

(IN)VISIBILIDADES URBANAS
POLÍTICA, DEMOCRACIA E RESISTÊNCIA

ímpeto

ÍMPETO | REVISTA DE ARQUITETURA E URBANISMO

Nº 9

ISSN: 1983 - 6171



Memória guardada dentro de uma porta, ali, na metade do corredor da FAU.

Essa porta nunca se aquieta, é sempre visitada: as pessoas não sabem direito o porquê, mas batem nela quando precisam de algo. Porta que testemunha todas as chegadas - sempre um novo ânimo para o grupo - e partidas - quase sempre saudades.

Dentro dela, um espaço que guarda. Guarda muitos papéis, livros, armários que trocam ocasionalmente de dono, cadeiras em constante dança, testemunhas do cotidiano.

Sobretudo nos guarda. O refúgio: lugar para explodir, dar risada, trabalhar em silêncio. Naquela sala cada um encontra o seu canto: sua cadeira, seu armário. Ao entrar no PET ganha-se pelo menos 18 companheiros(as) e opta-se por dividir o tempo por 18.

Também por 18 se divide o risco. As atividades sempre com ar de tentativa, de aprendizado. A autonomia da escolha: aqui tudo se pode propor, tudo se pode realizar. O nome ímpeto não foi uma escolha aleatória.

É um trabalho arriscado esse de explorar possibilidades. Arriscado e muitas vezes incompreendido. É difícil mesmo entender um grupo que se propõe a materializar uma filosofia que atualmente parece antiquada: a filosofia da partilha, do convívio. Partilha de uma sala, do tempo, dos riscos, do aprendizado.

Às vezes nem essas 18 pessoas sabem direito o que isso significa. Mas se sentem parte de algo. Parte de um grupo que nunca se esgota e da construção de uma memória que se expande.

É justamente a memória que mantém o(a) petiano(a). É a sensação que se desperta ao saber que outros(as) também percorrem aquele espaço, partilharam as cadeiras e as experiências.

A Ímpeto enquanto fruto de uma coletividade, produção do PET, é mais um desses elos que conectam os(as) petianos(as) que são e que foram petianos(as). Aquilo que permanece, que continua, constantemente (re)apropriado.

ímpo eto

ÍMPETO | REVISTA DE ARQUITETURA E URBANISMO
N. 9



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

REITORA

MARIA VALÉRIA COSTA CORREIA

VICE-REITOR

JOSÉ VIEIRA DA CRUZ

DIRETORA DA EDUFAL

ELVIRA SIMÕES BARRETTO

CONSELHO EDITORIAL DA EDUFAL

ELVIRA SIMÕES BARRETTO (PRESIDENTA)
FERNANDA LINS DE LIMA (SECRETÁRIA)
ADRIANO NASCIMENTO SILVA
ANA CRISTINA CONCEIÇÃO SANTOS
CID OLIVAL FEITOSA
CRISTIANE CYRINO ESTEVÃO OLIVEIRA
MARIA CRISTINA SOARES FIGUEIREDO TREZZA
NILTON JOSÉ MELO DE RESENDE
RICARDO CARVALHO CABÚS
TALVANES EUGÊNIO MACENO
TANIA MARTA CARVALHO DOS SANTOS

COORDENAÇÃO EDITORIAL

FERNANDA LINS

CATALOGAÇÃO NA FONTE

ÍMPETO: ARQUITETURA E URBANISMO / UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - UFAL - ANO 1, N.1 (SETEMBRO DE 2008) -- MACEIÓ: EDUFAL, 2008 - V

PUBLICAÇÃO MUDOU PARA PERIODICIDADE ANUAL A PARTIR DA 5ª EDIÇÃO.

ISSN: 1983-6171

1. ARQUITETURA. 2. URBANISMO. 3. FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO DA UFAL.

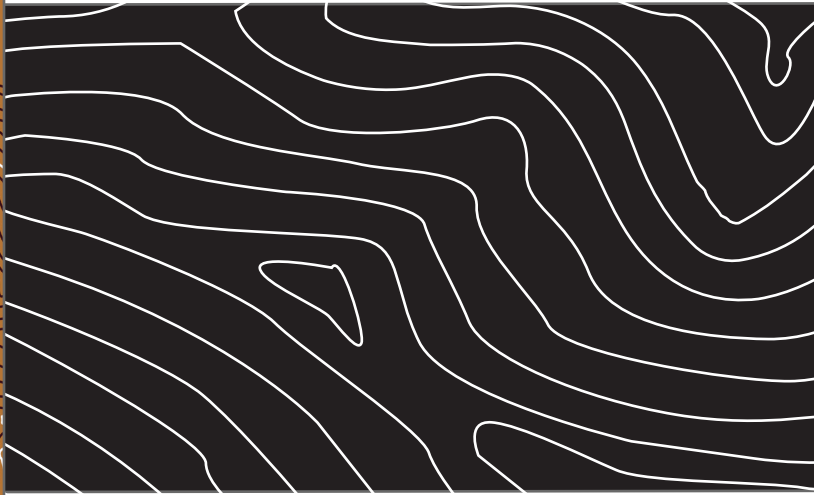
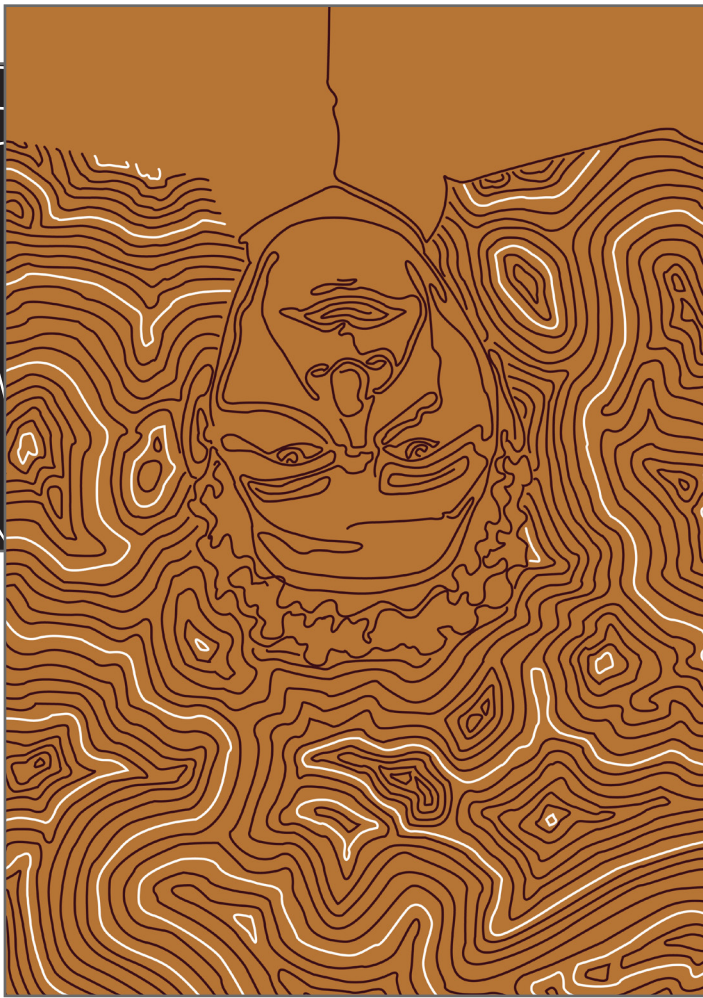
CDU: 711.4(051)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
PET ARQUITETURA

ímpeto

ÍMPETO | REVISTA DE ARQUITETURA E URBANISMO
N. 9

 **Edufal**
Editora da Universidade Federal de Alagoas



REVISTA N. 9

Sobre a autora da capa:

“A arte sempre tem um motivo, mesmo que perdido entre as desculpas para fazê-la. É assim que sou impulsionada, por motivos os quais sou questionada ou desafiada, sejam eles os meus, os das pessoas ao meu redor ou daquelas que nem conheço, mas que se fazem importantes o suficiente para me estimular a criar algo. É dessa forma que a Arquitetura e o Urbanismo tornam-se arte na minha rotina, me impulsionando a ser a mudança que almejo ver, em busca da melhoria do conjunto”.

Bruna Oliveira
@brunaocs @ilustra.buy



Sobre a capa:

A figura central e pouco abstrata remete a peça chave da sociedade, a grande mão esquecida e calejada, que incomoda e provoca questionamentos, num Brasil “de pernas pro ar”, e que neste cenário, é de essencial importância na luta pela igualdade e conquista de direitos. Ao mesmo passo, as linhas sinuosas, que surgem simultaneamente ao indivíduo, mostram a relação e as raízes da terra com seu proprietário, hora camuflando-se a essas, hora destacando-se, tomando graus de divergências. A arte busca expressar a realidade e incitar a inquietação, o movimento.

CONSELHO EDITORIAL

Caroline Gonçalves dos Santos
Débora de Barros Cavalcanti Fonseca
Flávia Maria Guimarães Marroquim
Gianna Melo Barbirato
Iana Ludermir Bernardino
Raquel Ludermir Bernardino

COMITÊ DE AVALIAÇÃO DA CAPA

Flávia de Souza Araújo
Maria Luísa de Carvalho Viégas Machado
Morgana Maria Pitta Duarte Cavalcante

REVISÃO GRAMATICAL

Anderson da Silva Pereira
Cristiana da Silva Oliveira
Débora da Silva Moreira
Natália Oliveira de Souza
Flávia Letícia Vila Nova Costa
Iago Espíndula de Carvalho
Laysdemberg Tavares Rodrigues
Maria Clara de Lima Barros
Mariana Cavalcante Oliveira

CAPA

Bruna Oliveira Correia Silva

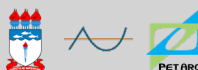
COORDENAÇÃO E DIAGRAMAÇÃO

Adrielly Paz Félix Paiva
Amanda Borges Castelo Branco de Magalhães
Dandara Melo Correia
Eduarda Feitosa Leite
Euclides Rocha Cavalcante Neto
Ítalo André Ferreira da Silva
José Rudá Rodrigues Lopes
Mirella Murta Gomes Rizzo

TUTORAS

Gianna Melo Barbirato
Lúcia Tone Ferreira Hidaka

REALIZAÇÃO



PET ARQUITETURA

Adrielly Paz Félix Paiva
Alexia Karen Santana Rodrigues
Amanda Borges Castelo Branco de Magalhães
Anne Kelly Nunes de Oliveira
Dandara Melo Correia
Eduarda Feitosa Leite
Euclides Rocha Cavalcante Neto
Isabelle Camilo Lau
Ítalo André Ferreira da Silva
João Arthur Barcelos Abdo
José Rudá Rodrigues Lopes
Laís Beatriz da Silva
Leandro Ferreira Marques
Mariana Ferreira de Sena
Mirella Murta Gomes Rizzo
Rodrigo Medeiros Frazão de Azevedo
Vanessa Dourado Bernardes

CONTATOS

Site: <http://pet.ufal.br/petarq>
Instagram/Twitter: @petarqfal
Email: petarqfal@gmail.com



EDITORIAL

A nona edição da Revista Ímpeto apresenta discussões e reflexões sobre os espaços urbanos **VISÍVEIS e INVISÍVEIS** frente ao desafio de superar as desigualdades socioespaciais e de se ressaltar a importância do **PAPEL POLÍTICO** da Arquitetura, Urbanismo e áreas afins como meio de **RESISTÊNCIA**. Enfatiza-se aqui a importância da prática da **DEMOCRACIA** na construção da cidade, nos espaços de convívio, nas edificações e equipamentos urbanos, papel necessário dos(as) profissionais do espaço construído.

Na sessão especial da Revista, **Roseline Vanessa Santos Oliveira**, a partir da definição de Raphael Bluteau sobre a palavra *resistência*, traz exemplos e, conseqüentemente, reflexões de como a paisagem urbana resiste, ou não, à força da mudança, ou como concilia a necessidade de preservá-la frente à inevitável dinâmica paisagística. À Professora Rose, nossos mais sinceros agradecimentos pela sua dedicação ao Programa de Educação Tutorial e pelo constante empenho e incentivo à Revista.

Dois artigos mostram um olhar interseccional da condição da mulher e de sua experiência no espaço urbano. **Júlia de Freitas Correia Lyra** aborda sobre espaços de medo, tipos de espaços inibidores e os conflitos e barreiras pelos quais vivenciam as mulheres nos espaços públicos do bairro Jatiúca na cidade de Maceió. **Mayara Almeida de Paula** traz reflexões acerca da condição das mulheres negras nessa mesma cidade, evidenciando a desigualdade, o preconceito e a persistência do pensamento excludente.

Dois artigos trazem análises dentro do contexto do entorno do Complexo Estuarino Lagunar Mundaú-Manguaba em Alagoas. **Anderson Elias Silva de Melo**, **Iago Andrew de Oliveira Silva**, **Angela Maria Machado Muniz Vieira**, **Fabrine Claudino da Silva** e **Juliana Donato de Almeida Cantalice** mostram a importância do Design no processo de valorização do bordado filé, em que estão envolvidos valores simbólicos, culturais, sociais, emprego de materiais e recursos do próprio ambiente com características locais e regionais

bem como a transmissão de conhecimentos baseada na experiência. **Tainá Silva Melo** narra sobre o estabelecimento de assentamentos humanos precários às margens da Lagoa Mundaú posteriormente à implantação da Avenida Senador Rui Palmeira (Dique Estrada), em meados da década de 1980 e descreve as ações de remoção ocorridas no período de 1988 a 2010.

Tuanne Monteiro de Carvalho e **Roseline Vanessa Santos Oliveira** partem de uma experiência lúdica como estratégia para acessar a memória de famílias de moradores(as) do Litoral Norte de Maceió, de forma a resgatar a historiografia e as referências culturais de dois bairros que passam por mudanças na paisagem face à especulação imobiliária. **Juliana Michaello Macêdo Dias** e **Walcler de Lima Mendes Junior** trazem uma reflexão sobre desigualdades de renda e injustiças sociais, que por um lado reafirmam as marcas de pobreza e exploração, mas que também podem despertar para a luta cotidiana por direitos sociais.

Agradecemos especialmente às(aos) autoras(es) e avaliadoras que contribuíram para a realização desta edição.

Uma boa leitura a todos(as)!

GIANNA MELO BARBIRATO
Tutora Egressa do PET Arquitetura

ESPECIAL

09

AS "PEDRAS" DE BLUTEAU E O
PATRIMÔNIO PAISAGÍSTICO

ROSELINE VANESSA SANTOS OLIVEIRA

SUMÁRIO

TECNOLOGIA

17

BORDADO FILÉ: RESPONSABILIDADE E INOVAÇÃO SOCIAL POR MEIO DO DESIGN ESTRATÉGICO

ANDERSON ELIAS SILVA DE MELO

IAGO ANDREW DE OLIVEIRA SILVA

ANGELA MARIA MACHADO MUNIZ VIEIRA

FABRINE CLAUDINO DA SILVA

JULIANA DONATO DE ALMEIDA CANTALICE

TEORIA

25

IDENTIDADES CULTURAIS, MARXISMO E PÓS-ESTRUTURALISMO: DEBATE SOBRE A CONSTRUÇÃO DO OUTRO, JUSTIÇA SOCIAL E LUTAS CONTEMPORÂNEAS

JULIANA MICHAELLO MACÊDO DIAS
WALCLER DE LIMA MENDES JUNIOR

33

BORDADOS: NARRATIVAS DE MEMÓRIAS RESISTENTES

TUANNE MONTEIRO DE CARVALHO
ROSELINE VANESSA SANTOS OLIVEIRA

URBANISMO

42

ASSENTAMENTOS HUMANOS PRECÁRIOS ÀS MARGENS DA LAGOA MUNDAÚ, EM MACEIÓ, ALAGOAS: DA SITUAÇÃO ÀS (RE)AÇÕES DO PODER PÚBLICO NO PERÍODO DE 1988 A 2010

TAINÁ SILVA MELO

50

AS MULHERES OCUPAM A CIDADE? UM OLHAR FEMINISTA E INTERSECCIONAL SOBRE A EXPERIÊNCIA URBANA FEMININA NO BAIRRO DA JATIÚCA - MACEIÓ/AL

JÚLIA DE FREITAS CORREIA LYRA

59

MACEIÓ E O DIREITO À CIDADE: REFLEXÕES SOBRE RACISMO, PATRIARCADO E PLANEJAMENTO URBANO

MAYARA ALMEIDA DE PAULA



ESPECIAL

AS “PEDRAS” DE BLUTEAU E O PATRIMÔNIO PAISAGÍSTICO

ROSELINE VANESSA SANTOS OLIVEIRA

Doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Bahia/Universidade do Algarve (Portugal), Professora Associada da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU-UFAL).
E-mail: roselineoliveira@gmail.com

A paisagem muda. As mudanças podem ser bruscas, sutis, lentas, invisíveis, por obra do homem, do tempo ou da natureza. Um ato bruto nas preexistências talvez seja mais facilmente identificável, mas há alterações e continuidades que se camuflam na dinâmica cotidiana ou na dispersão urbana que a contemporaneidade insiste em provocar. Nesses dois últimos casos, reconhecê-las requer vontade e preparo. O tempo, contudo, é capaz de denunciar essas nuances perceptivas, como sugere a historiografia que tem apontado para o incremento da forma de pensar a permanência, o resquício e seus valores. A reflexão acerca dessa literatura e de determinadas situações urbanas motivou a elaboração deste artigo que versa sobre maneiras de conteúdos paisagísticos resistirem à força da mudança, seja evitando-a, unindo-se a ela ou, contraditoriamente, mantendo-se à margem do olhar preservacionista.

Palavras-chave: Paisagem. Patrimônio. Preservação e resistência.

INTRODUÇÃO

“Resistência: razão de opor uma força a outra”
(Bluteau, 1728).

Em 1728 Raphael Bluteau define a palavra resistência como sendo uma qualidade dos corpos sólidos. Pedra e bronze são citados em seu dicionário. Conceitua-a também como sendo

um ato de se opor ao poder das leis humanas¹. O entendimento contemporâneo do termo parece não estar tão distante das definições setecentistas do lexicógrafo, apesar da etimologia comprovar a propriedade das palavras de mudarem de forma e de sentido com as trocas promovidas socialmente². Reivindicações em prol dos Direitos Humanos³, as quais vêm ganhando cada vez mais notoriedade impulsionadas pela ajuda das mídias e a consequente ampliação das possibilidades de seu acesso, podem ser citadas como um exemplo de resistência ao que se impõe, motivada pelo desejo de transformação. Se deslocarmos a aplicação do termo para o âmbito das discussões acerca da preservação do patrimônio paisagístico, o argumento se inverte, pois a resistência, nesse caso, é no sentido de permanecer, especialmente tentando evitar mudanças traumáticas ocorridas brusca e inesperadamente, como aquelas causadas por tsunamis, incêndios e demolições.

Nessa perspectiva, hoje, o que seriam essas “pedras” na paisagem? Entre gestos humanos e urbanos, o que resiste ao tempo se opõe à mudança e luta contra a “justiça”? Se é possível, como compatibilizar a inevitável dinâmica paisagística e a necessidade de preservá-la?

DESENVOLVIMENTO

Talvez essas perguntas não sejam assim tão intrigantes se pensarmos na composição da arquitetura e na sua capacidade de se manter existindo, como aquelas de idade milenar que chegaram até aqui vencendo o tempo - esse ciclo naturalmente infinito o qual, há quase duzentos anos, o crítico de arte inglês John Ruskin indicou justamente como sendo a razão de ser de sua morte e de sua beleza⁴.

Ações legais certamente participaram da construção dessa resistência da paisagem, elegendo o que deveria ou não ser preservado, atuando na sua manutenção física e fiscalizando suas reapropriações⁵. Obviamente, esse

¹BLUTEAU, 1728, p. 283 e 284.

²MEILLET (1906), 2016.

³“Os direitos humanos são direitos inerentes a todos os seres humanos, independentemente de raça, sexo, nacionalidade, etnia, idioma, religião ou qualquer outra condição. (...) incluem o direito à vida e à liberdade, à liberdade de opinião e de expressão, o direito ao trabalho e à educação, entre e muitos outros. Todos merecem estes direitos, sem discriminação” (In: <https://nacoesunidas.org/direitoshumanos/>, acesso em 22.04.2019).

⁴Em 1849, o crítico de arte inglês John Ruskin publicou seu livro intitulado *A lâmpada da memória*, onde o estado de ruína da arquitetura é tratado com vigor por se contrapor às ações restaurativas as quais, segundo o autor, interrompe o processo natural da história que garante a autenticidade do edifício, atribuindo-lhe, por extensão, a beleza conferida pelas marcas do tempo (a pátina).

⁵CHUVA, 2009.

processo de escolha, assim como as práticas de conservação e intervenção, são vítimas de uma forma de pensar que não é fixa. A história do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) denuncia o contínuo incremento da compreensão do termo *patrimônio*, passando a considerar aspectos subjetivos, afetivos e particularizados que resultaram na ampliação de abordagem do objeto arquitetônico ao sítio natural, das referências excepcionais a cotidianas, de tombamentos a inventários de referências culturais⁶. Tem-se lutado, portanto, para conseguir ponderar desde situações essencialmente resistentes, como os sítios de memória de longa duração abraçados pelo turismo (mesmo sofrendo as ameaças de suas pressões); os que estão resistindo, como centros históricos comerciais; até aqueles que vislumbram sua morte, como velhos saberes e ofícios que já não atraem as novas gerações para garantir a sua continuidade.

No entanto, por mais que o olhar sobre o legado se amplie e se sensibilize, reconhecê-lo não é tarefa fácil. Quando se elege algo enquanto patrimônio, outros são, inevitavelmente, invisibilizados. É comum o reconhecimento do edifício se impor ao do desenho urbano, por exemplo, mesmo que expressões como “A Ladeira da Misericórdia” em Olinda-PE, “cidade baixa e cidade alta” em Salvador-BA, “vai subir ou vai descer” em Maceió-AL, tão presentes no vocabulário das cidades, comprovem a potência identitária de suas morfologias.

Então, pode-se entender que a ideia de constância que a trama de construções e caminhos remete à paisagem aproxima-se do sentido da propriedade dos sólidos definida por Bluteau, mesmo que o poder de representação da arquitetura, que a ela garante onipresença, vá fazendo com que o rastro do movimento de se deslocar seja menos valorizado, como demonstram velhos e novos mapas (Figura 1).

Obviamente, a potente ideia de arquitetura enquanto referência dá certas garantias de sua manutenção. Os templos religiosos, por exemplo, em seus mais variados tipos, são historicamente resistentes à mudanças graças, em primeira instância, à força que o sagrado tem. Tal estabilidade talvez derive menos de sua face física e mais de sua localização geográfica, promovendo a continuidade da arquitetura mesmo que essa absorva roupagens estéticas cronologicamente e geograficamente contextualizadas ao longo do tempo. Então, o lote, aquela discreta marcação de terreno, o vazio preenchido, justificaria a qualidade de resistência arquitetônica enquanto referência paisagística. A Arquitetura muda, mas ela fica (Figura 2).

Ao sentido estético e à locação no sítio como aspectos da arquitetura enquanto marco de resistência, pode-se também somar a toponímia. Desde as *Grand Tours* oitocentistas, quando as viagens eram consideradas didaticamente formadoras da erudição, e que foram se resignificando com a dinâmica do turismo, a arquitetura tem sido objeto de desejo

Figura 1:

Mapa físico de Olinda-PE intitulado “Monumentos e Curiosidades”, de 1945, e mapa digital na instância do Ciberespaço, marcando, em 2018, a solicitação do usuário da direção e do tempo que um pedestre levaria o trajeto entre o convento franciscano e a igreja matriz da cidade - dois pontos expressivos do seu circuito turístico.

Fonte: Arquivo Nacional do Exército (RJ) e Google Maps (acesso em 31.01.2018).



⁶ Houve aplicação do Inventário de Referências Culturais em Alagoas enquanto objeto pioneiro, tratado como projeto piloto, onde o recorte abordou todo território do Estado. O trabalho ficou a cargo de três grupos de pesquisa da Universidade Federal de Alagoas intitulados Estudos da Paisagem, Nordestanças e Representações do Lugar, liderados pelas professoras Maria Angélica da Silva, Juliana Michaello e Josemary Ferrare, respectivamente, todos da Base Lattes do CNPq. O projeto foi financiado pelo IPHAN e pela SECULT-AL (Secretaria de Estado da Cultura de Alagoas) e foi executado entre janeiro de 2016 e agosto de 2017.



reconhecida por sua face, seu nome, ou pelo nome de seu lugar. Contudo, há casos em que ela consegue dividir seu pedestal. Para um peregrino, a ideia de “chegar” monumentaliza o destino, mesmo assumindo o percurso do caminhar como importante movimento que dá sentido à experiência⁷. Para quem vai à cidade desenhada de Brasília-DF, Patrimônio Cultural da Humanidade desde 1972, o que geralmente se procura é por seu conjunto edificado imponentemente locado numa avenida de 16km de extensão, mas seu próprio arranjo viário, também é tomado como parâmetro identitário, mesmo que por ele não se caminhe, inspirando inclusive a composição de *souvenirs*⁸ (Figura 3).

De qualquer forma, sejam inseridas na dinâmica cotidiana do habitante e/ou do visitante,

referências urbanas têm lutado injustamente pelo seu direito de existir. Dizemos injustamente porque o patrimônio oficialmente reconhecido como herança coletiva está sob a responsabilidade de alguém ou de alguma instituição, e, portanto, possuem donos, cujos intuítos preservacionistas em relação ao Bem tendem a, por diversos motivos, tolerar seus dilaceramentos. Preservar a arquitetura, fazê-la resistir, significa encarar uma série de interesses dentre os quais os da propriedade particular, pois, o sugestivo engessamento promovido pelo tombamento ou qualquer situação que a coloque no estatuto de herança coletiva é comumente visto como uma condição bastante ingrata diante dos olhos de quem é seu proprietário por direito⁹. Mesmo que reconheçam o valor do patrimônio e de seu compartilhamento, por vezes, não vêm

Figura 2: Imagens da Igreja da Sé de Olinda-PE, expostas em seu interior, documentando as configurações de suas fachadas durante o século XX até a sua feição atual resultante de obras de restauração em 1974.

Fonte: Roseline Oliveira e www.arquidioceseeolindarecife.org (acesso em 22.04.2019).

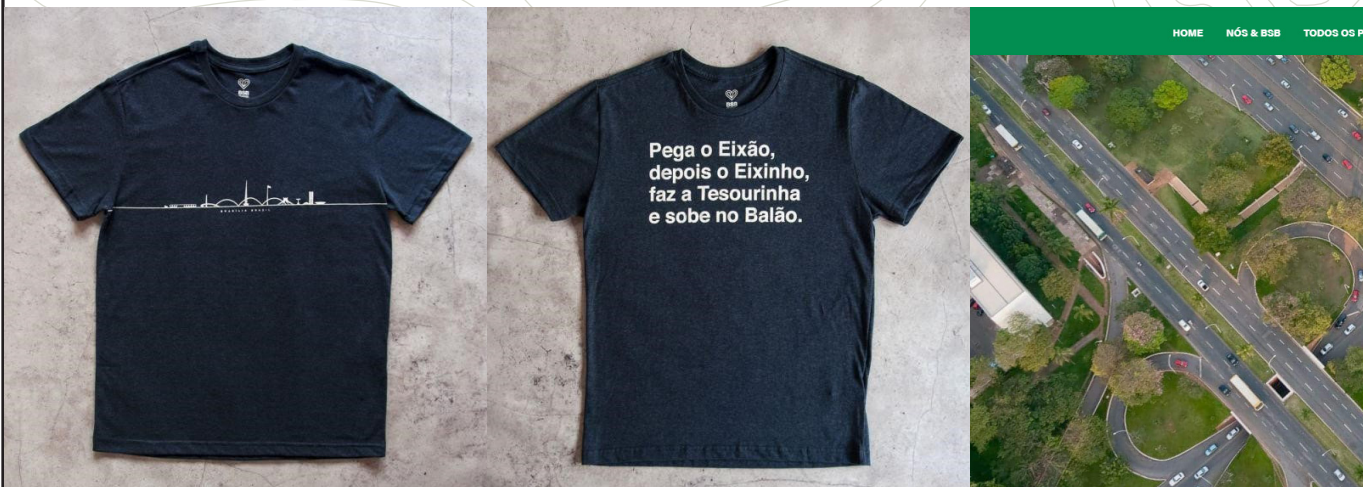
⁷ Como exemplo pode-se citar o Caminho de Santiago de Compostela, cujo percurso tem pontos de partidas em vários países, mas o destino é a catedral de origem medieval da cidade espanhola de mesmo nome.

⁸ BEHR, 2014.

⁹ “No dia 7 de março de 2005, foi demolida uma edificação que ficava no bairro da Pajuçara, conhecida por “casa rosada”. Ela chamava a atenção da população e de turistas por sua beleza arquitetônica em estilo neocolonial e mesmo em processo de tombamento estadual e da mobilização popular ela foi destruída. Esta lamentável ocorrência foi o ponto de partida para a criação das Unidades Especiais de Preservação (UEP), pois foi quando emergiu a fragilidade do patrimônio edificado do município segundo o qual, até aquele momento, não contava com nenhum instrumento de proteção a edificações isoladas” (In: <http://arquiteturaalagoana.al.org.br>, acesso em 22.04.2019).

Figura 3: Camisetas *Skyline* e *Pega o eixão*, vendidas na loja BSB Memo "que surgiu da vontade de compartilhar nosso sentimento afetivo e de gratidão pelas qualidades da cidade projetada por Lúcio Costa, Oscar Niemeyer, e tantos outros que construíram o espaço e a imagem do que chamamos de Brasília".

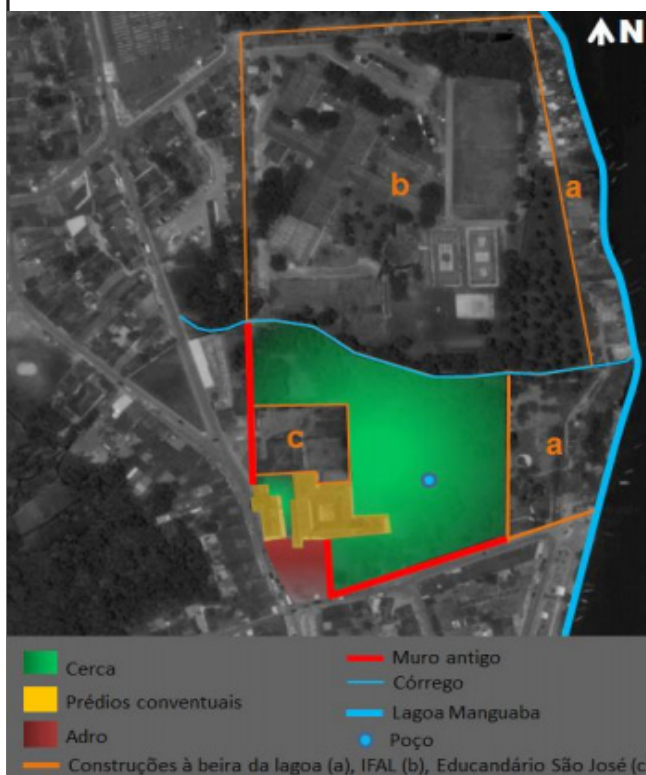
Fonte: Arquivo Nacional do Exército (RJ) e Google Maps (acesso em 31.01.2018).



outra alternativa a não ser a de ceder uma parte dele para, contraditoriamente, ajudá-lo a sobreviver¹⁰ (Figura 4).

Figura 4: Marcação dos velhos e novos limites da cerca do Convento Franciscano de Santa Maria Madalena, na cidade de Marechal Deodoro-AL.

Fonte: ALVES, 2017, p. 160.



Se por um lado a persistência da arquitetura parece não depender meramente de sua força de vontade, por outro os mais diversificados usos que lhe são dados já sugerem a potência de sua casca, mesmo que seus sig-

nificados espaciais sejam completamente desconsiderados, a exemplo do conjunto edificado do Centro Histórico do Pelourinho em Salvador, com suas velhas casas nas quais lhe foram enxertadas lojas e restaurantes – um Patrimônio da Humanidade de fachada... Mas, se alguns veem com pesar essa forma expositiva de preservar o patrimônio, outros comemoram a possibilidade de novos usos provocarem o retorno da arquitetura ao afeto da comunidade, mesmo que inusitados e descolados do tipo arquitetônico do Bem (Figura 5). De uma forma ou de outra, a arquitetura, assim resiste.

"Se", "contudo", "no entanto", "por um lado", "mas" - essas palavras que insistiram em compor os argumentos deste texto denunciam a complexa situação do patrimônio paisagístico enquanto questão, sugerindo que a lei, a ética e o tempo, os quais se colocam como cúmplices na luta pela resistência, não dão garantias de sua permanência. A fumaça do Museu Nacional do Rio de Janeiro e da Catedral de Notre Dame em Paris, que marcou o céu em 2018 e 2019, respectivamente, documenta o poder da imprevisibilidade¹¹ e, por extensão, a vulnerabilidade preservacionista.

Se danos irreversíveis podem ser obra do acaso, outros são assumidamente propositais, mesmo que para muitos sejam, inimagináveis. O edifício do Alagoas Iate Clube, mais popularmente conhecido como Alagoinha,

¹⁰ Como é o caso dos inúmeros complexos conventuais, tombados, cujos generosos recintos, favoráveis à adaptação, são transformados em hotéis de luxo, e suas cercas (área não edificada do programa arquitetônico do convento), desmerecidas, cedidas ou edificadas como se nada tivessem a dizer. O seminarista Gabriel Barbosa, atualmente morador do Convento de Santo Antônio, na cidade de Igarassu-PE, relatou, em conversa ocorrida em 28.04.2019, que, devido à falta de pessoas e recursos para manter todo o complexo conventual, tem-se optado pela cessão de parte da área da cerca, cada vez mais afastada de suas funções originais. Acerca do percurso de intervenções em conventos franciscanos nordestinos, ver ALVES, 2017 e MAGALHÃES, 2018.

¹¹ TALEB, 2016.



CONCLUSÃO

"A cidade não conta o seu passado, ela o contém com as linhas das mãos, escrito nos ângulos das ruas, nas grades das janelas, nos corrimãos das escadas (...)"
(CALVINO, 1991, p.14).

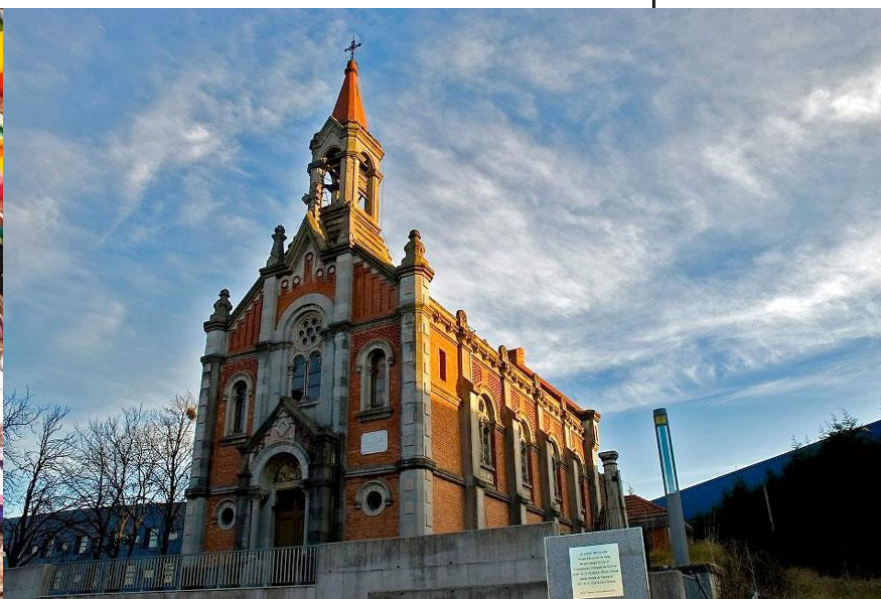
Reusos, substituições, restaurações, deslocamentos, dilaceramentos, lembranças, registros, museus... Talvez Foucault conseguisse perceber sem grandes dificuldades um sentido nesse conjunto de palavras as quais aqui representam meios através dos quais o patrimônio pode resistir, seguindo existindo mesmo depois de sua morte (física). Com sua integridade ou com seus pedaços, mutações e memórias, ele tem a potente capacidade de continuar quando pensamos num Bem como algo elástico, amplo, conectivo, não desmembrado: o edifício com seu lote, seu nome, gesto, crença, tempo, contexto, cotidiano, geografia, história e memória, que lhe remete solidez para ser continuamente ressignificado.

As causas da permanência insistir, através de diversas expressões, também são múltiplas e vão do reconhecimento oficial (tombamentos, registros e musealizações) à ignorância daquilo que espontaneamente se prolonga e discretamente resiste, como uma árvore que venceu guerras (Figura 6) ou uma rua que vence tráfegos (Figura 7).

um exemplar de referências modernistas levantado na orla marítima de Maceió, por anos conviveu com seu processo de arruinamento e agora espera uma construção outra ocupar o seu lugar. É bem provável que o novo edifício demore para conseguir apagar a memória do antigo cuja referência cotidiana há tempos não dependia da lembrança de sua fachada, e sim do seu nome de batismo. Após a construção do novo prédio, aquela ponta de terra que avança no mar continuará a ser chamada de Alagoinha. Ele passará de uma marco da paisagem para uma imagem pálida de um passado, até se transformar em um nome, uma referência de localização¹². O tempo dirá quanto tempo vai durar essa existência até virar uma lembrança salva por capítulo de livro¹³...

Figura 5: A igreja de Santa Bárbara de Illanera, em Astúrias, de 1912, foi adaptada para o uso de pista pública de skate desde 2015.

Fonte: www.revistagalileu.globo.com (acesso em 22.04.2019).



¹² Como o que aconteceu com a "antiga rodoviária" de Maceió-AL, a qual foi transferida para uma nova construção situada em outro bairro, mas permaneceu como referência toponímica da ladeira oficialmente chamada de Geraldo Melo dos Santos.

¹³ SILVA, 1991.

Figura 6: Imagem do núcleo de origem colonial do município de Igarassu-PE, (Frans Post, 1637), com a Igreja de São Cosme e Damião (1), o convento franciscano (2) e com a marcação do detalhe correspondendo a uma foto de 2017, mostrando a vegetação (pé de fruta-pão) que até hoje compõe o cenário da cidade, mas ao contrário dos edifícios supracitados, é invisível mesmo situado no núcleo que tem seu conjunto arquitetônico e paisagístico reconhecido enquanto patrimônio em nível federal desde 1972.

Fonte: FRANS POST, IN: BARLEUS (1647), 1974; e Roseline Oliveira, 2016.



Figura 7: Imagem do início dos trabalhos para a abertura da Avenida Fernandes Lima, nos anos de 1930 e da mesma nos anos 2000: um ato de Modernidade em Maceió (AL) - um sistema viário reto e extenso, conectivo e expansivo - através do qual, sem que seja percebido, a cidade alcançou o sucesso que seu conjunto edificado moderno não conheceu.

Fonte: Museu da Imagem e do Som de Alagoas e <https://goo.gl/fJK5NA> (acesso em 01.06.2017).

Amalgamados à rotina, essa última expressão de patrimônio está diante dos nossos olhos, mas são ignoradas pelo mero despreparo para enxergar esse tipo de resistência sem manifestações, sem grandes lutas, intervenções ou esforços, a não ser o de, sem ser notado, simplesmente existir. Talvez seja nessa situação que resida a sua força.

Portanto, na paisagem, as “pedras de Bluteau” podem representar a resistência em mudar a forma de ver o patrimônio, como também me-

taforizar as várias consistências que ele pode ter, com sua capacidade de deformação, ruptura e coesão, a depender de com que forças ele precise se opor.

REFERÊNCIAS

ALVES, N. **Patrimônio invisível: as cercas dos conventos franciscanos do Nordeste brasileiro**. 2017. (Dissertação em Dinâmicas do Espaço Habitado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2017.

BARLÉUS, G. **História dos feitos recentemente praticados durante os oito anos no Brasil (1647)**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1974.

BEHR, N. **Brasília-Z, cidade-palavra**. Brasília: Teixeira, 2014.

BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario Portuguez e Latino, Aulico, Anatomico, Architectonico, Bellico, Botanico [...] oferecido a ElRei de Portugal, D. João V / pelo Padre D. Raphael Bluteau**. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728. 8 v.

CALVINO, I. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

CHUVA, M. R. R. **Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do pa-**

trimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940). Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas - uma arqueologia das Ciências Humanas**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

MAGALHÃES, A. C. V. **Igrejas, conventos, cemitérios: o lugar dos mortos configurando a paisagem urbana e arquitetônica da cidade colonial Marechal Deodoro, Alagoas**. 2018. (Tese em Cidades) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2018.

MEILLET, A. **Como as palavras mudam de sentido**. São Paulo: Edusp, 2016.


RUSKIN, J. **As Lâmpadas da memória (1849)**. Cotia: Ateliê Editorial, 2008.

SILVA, M. A. da. **Arquitetura moderna: a atitude alagoana**. Maceió: Sergasa, 1991.

TALEB, N. N. **O cisne negro: o impacto do altamente improvável**. 8. ed. Lisboa: Ed. Alfragide, Dom Quixote, 2016.

Submetido em: 26/04/2019.

Aprovado em: 06/06/2019.



TECNOLOGIA

BORDADO FILÉ: RESPONSABILIDADE E INOVAÇÃO SOCIAL POR MEIO DO DESIGN ESTRATÉGICO

ANDERSON ELIAS SILVA DE MELO

Graduando em Design na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Alagoas (FAU-UFAL).
E-mail: andersoneliassm@gmail.com

IAGO ANDREW DE OLIVEIRA SILVA

Graduando em Design na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Alagoas (FAU-UFAL).
E-mail: iagoandrew2@gmail.com

ANGELA MARIA MACHADO MUNIZ VIEIRA

Graduanda em Design na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Alagoas (FAU-UFAL).
E-mail: angelamuniz602@gmail.com

FABRINE CLAUDINO DA SILVA

Graduanda em Design na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Alagoas (FAU-UFAL).
E-mail: fabrine_claudino@hotmail.com

JULIANA DONATO DE ALMEIDA CANTALICE

Mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Professora Assistente da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Alagoas (FAU-UFAL).
E-mail: juliana.donato@fau.ufal.br

O bordado filé é um ícone territorial e identidade do artesanato de Alagoas, indicado geograficamente pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), sendo sua produção concentrada nos entornos do complexo estuarino Mundaú-Manguaba. A valorização desses bens é complexa, envolvendo dimensões físicas e cognitivas, o contexto local e o processo de produção. Nesse contexto, o Design pode atuar como mediador dessas ações, que interligam comunidade-produto-cultura por meio de diversos aspectos. Neste artigo, pretende-se responder às demandas identificadas durante a construção social e validação dos dados obtidos no percurso de um projeto de extensão. Foram utilizados os métodos da Análise Ergonômica do Trabalho (AET), bem como técnicas e ferramentas do Design. Pôde-se assim reforçar a troca entre os saberes acadêmicos e da comunidade, fortalecendo a atuação do designer na inovação social, enquanto profissional pluralista.

Palavras-chave: Bordado filé. Design social. Ações extensionistas.

INTRODUÇÃO

O artesanato compreende valores simbólicos, culturais e sociais, já que em sua prática, empregam-se materiais e recursos do próprio ambiente com características locais e regionais, cuja transmissão de conhecimentos se dá baseada na experiência. Esses conhecimentos são também aprimorados com o passar do tempo, acrescentando-se melhorias no produto ou no modo de produzi-lo. Um ofício em que mãos e mentes laboriosas, debruçadas sobre uma atividade feita à mão, geralmente sem uso de livros ou manuais técnicos, aprendem a fazer fazendo (INBORDAL, 2016). Logo, independente de sua caracterização, o artesanato apresenta necessidades relacionadas a qualidade de vida e do trabalho de quem o executa, bem como aos aspectos específicos do processo produtivo, reverberando em diversos âmbitos, sendo de suma importância a identificação desses aspectos e o desenvolvimento de soluções, a partir de ações conjuntas e interdisciplinares. Nesse sentido, a interação entre comunidade e academia pode ser muito proveitosa.

Na modalidade do bordado filé, foi apontada a existência de 860 artesãos em Maceió, 626 em Marechal Deodoro e 21 em Coqueiro Seco, totalizando 1.507 emissões de carteiras de artesãos com domicílio na área das lagoas Mundaú e Manguaba na modalidade de filé. E ainda, de acordo com o Programa de Artesanato Brasileiro e Secretaria de Estado do Planejamento e do Desenvolvimento Econômico (PAB/SEPLANDE, 2014) estatisticamente o filé aparece como o maior registro de técnica na tipologia bordados e rendas tradicionais de Alagoas, só superado pela modalidade *crochet*.

Com base em estudos e pesquisas realizadas durante a vigência do edital do Programa de Círculos Comunitários de Atividades Extensionistas - Proccaext, da Universidade Federal de Alagoas - UFAL, nos anos de 2016 e 2017, por meio do projeto "A renda filé: design, ergonomia e inovação", aprovado e financiado pelo referido edital, pôde-se observar - num processo de imersão junto à comunidade localizada na "Rua das Rendeiras" do Pontal da Barra - Maceió/AL - e mediante uma validação progressiva, várias demandas latentes nos eixos da ergonomia, do design, entre outras. Uma das principais demandas consiste no modo de produção do bordado filé. Nessa oportunidade pôde ser identificada a ausên-

cia de bem-estar físico durante a execução do ofício por parte das bordadeiras, devido a falta de instrução e em diversas situações analisadas, condições desfavoráveis de trabalho (ARAÚJO et al, 2016).

Outra questão observada está relacionada à falta de valorização do bordado filé por parte da população. O ofício em questão é a principal fonte de renda de parte das bordadeiras, o que aponta para a importância da comercialização desses para o sustento da comunidade. Por isso, é imperativo que se busque a preservação deste saber-fazer para a cultura alagoana.

Entretanto, observou-se que as novas gerações da comunidade estão aos poucos perdendo o interesse em aprender e dar continuidade ao ofício, em virtude do tempo dedicado à elaboração e produção das peças e do retorno financeiro incerto. É dentro dessa perspectiva que nasce da relação entre produto, homem e a cultura, de forma que o designer pode atuar como um mediador para solucionar possíveis problemas, a fim de melhorar a experiência dos envolvidos, seja pela relação desses com os dispositivos técnicos, materiais ou aspectos simbólicos. Desse modo, segundo Krucken (2009), entende-se que essas manifestações culturais ligadas ao território - como é o caso do trabalho desenvolvido pelas artesãs - beneficiam os produtores e os consumidores locais, a partir da conexão que existe entre o processo de produção, formas de consumo, valorização da tradição e os meios de inovação.

METODOLOGIA

Para auxiliar a prática projetual e corroborar com as considerações dos autores, foram utilizados métodos da Análise Ergonômica do Trabalho (AET). Essa compreende tanto a análise ergonômica da demanda quanto da tarefa e das demais atividades, de forma que assim pode-se observar as inúmeras possibilidades de soluções por meio do Design que possam favorecer o desenvolvimento do ofício. Para tal finalidade, foram utilizados métodos interacionais (ação conversacional, verbalizações espontâneas e provocadas, escuta ampliada e análises coletivas do trabalho) e métodos observacionais (observação da atividade das bordadeiras, vídeos e fotografias). Os envolvidos no projeto aqui descrito, designers em formação e docentes da área, buscaram proporcionar melhorias no âmbito social por

meio da troca de conhecimentos, além de desenvolver soluções estratégicas com o intuito de promover impactos positivos na qualidade de vida e de trabalho da comunidade local e das bordadeiras de filé. O projeto foi realizado a partir da conjugação de pesquisas bibliográficas e de campo, de extenso processo de hierarquização de demandas e geração de soluções. Além disso, o processo pôde ser validado no local de pesquisa a partir de interação com os envolvidos.

No tocante aos procedimentos técnicos, pode ser classificada como uma pesquisa participante, visto que essa foi desenvolvida a partir da interação entre os pesquisadores e os membros da situação investigada (GIL, 2002). Como citado, também foram aplicados processos baseados na AET. Segundo Vidal (2002), a AET é um conjunto estruturado de análises intercomplementares dos determinantes da atividade de trabalho das pessoas em uma organização. Ainda de acordo com o autor, a AET pode ser realizada em etapas, numa perspectiva de progressividade e de seletividade, sendo pontuadas por etapas de classificação do problema, de focalização e escolha de situações, de diagnóstico, de restituição e de validação (VIDAL, 2008).

De acordo com o proposto pela AET as seguintes fases foram executadas: **a) análise ergonômica da demanda:** realizada no Núcleo de Artesanato do Pontal da Barra (NAPB) de Maceió/AL. Os colaboradores do projeto participaram desta etapa em conjunto com as bordadeiras de filé da comunidade. Nesse processo foram utilizados equipamentos de apoio tais como: câmera fotográfica e de vídeo, gravador de áudio e bloco de anotações para registro e documentação dos dados levantados; **b) análise ergonômica da tarefa e atividades:** foram retratados os ambientes físicos, englobando a análise das condições posturais dos trabalhadores, análise dos aspectos psicológicos, análise organizacional e condições ambientais do NAPB; **c) execução final do projeto:** após todo o levantamento de dados, análises e identificação das demandas, foram propostas soluções. O processo de desenvolvimento ocorreu no campus A.C. Simões, na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Alagoas; **d) validação do projeto:** nesta etapa, que também ocorreu no NAPB, foram apresentadas as propostas e soluções desenvolvidas durante os meses de projeto, a fim de observar as suas implicações e melhorias nas atividades

e aspectos sociais e econômicos relevantes e validá-las num processo de interação entre academia e comunidade.

DESIGN, ARTESANATO E BORDADO FILÉ

Tem-se no Design, um campo multi, inter e transdisciplinar que integra aspectos antropológicos, econômicos, ergonômicos e mercadológicos ligados às macross áreas da inovação tecnológica para a criação de produtos, sistemas, serviços e processos. Tal abordagem contribui para uma discussão sobre a importância desse tipo de estudo e sua contribuição para a sociedade, pois, segundo Barroso (1999), as intervenções no artesanato devem objetivar o desenvolvimento e melhoria da qualidade da competitividade do produto de origem artesanal, de modo sustentável.

O artesanato abrange tanto âmbitos culturais quanto sociais, já que o mesmo se enquadra em uma prática vernacular em que se empregam materiais e recursos do próprio ambiente, com características locais e regionais, o que muitas vezes é a principal fonte de renda das famílias que o fazem, passando por suas gerações. Observa-se assim que bordado se encaixa nessas características, ressaltando a sua importância social e cultural.

De acordo com Barros (2008), o filé é uma tipologia do artesanato que consiste em um bordado sobre uma rede semelhante às usadas pelos pescadores da localidade. Sua suposta origem é derivada do fato de que as mulheres dos pescadores da região, ao fazerem e consertarem as redes de seus maridos, descobriram que era possível executar trabalhos artesanais utilizando-se do mesmo procedimento em um tear de madeira. O processo de produção do bordado filé consiste em 4 etapas: a primeira é a preparação do tear; a segunda a confecção da rede (que pode ser feita por outra artesã) que é presa a ele; a terceira é a confecção das peças; e a quarta é a finalização da peça. Sendo assim, Matos et al (2012), divide as análises dos principais resultados e as respectivas discussões a respeito dos riscos e agentes ocupacionais, dos materiais e equipamentos, do método/organização e do posto de trabalho da seguinte forma: a) estrutura física; b) equipamentos e máquinas; c) método de trabalho; d) posto de trabalho; e) questões legais; e f) identificação dos riscos.

Entretanto, a maioria das bordadeiras de filé,

até então analisadas, mesmo as que fazem parte de associações locais, não dispõem de um estatuto organizacional para a execução de seus ofícios. Porém, à respeito do processo de produção do filé com base nas informações colhidas durante a imersão *in loco* e com foco no processo produtivo, temos que:

- Cada artesão é responsável pela sua própria produção;

- O trabalho é realizado na calçada, na porta de suas casas e/ou estabelecimentos, onde sentadas em cadeiras de praia ou mesmo no chão, as artesãs apoiam o tear em suas pernas e debruçam-se sobre o mesmo para o exercício de suas funções;

- Os artesãos curvam-se para frente para terem acesso aos pontos mais distantes do equipamento, e exercem maior força de ambos os membros inferiores e superiores, tanto para movimentar a agulha quanto para trocar os fios da linha de algodão;

- A iluminação diurna é utilizada e os artesãos enfrentam uma jornada de trabalho que varia entre 8 a 10 horas diárias. Os materiais utilizados pelos artesãos do bordado filé são: agulha para filé, linhas de algodão, tesoura e um tear. Eles não utilizam nenhum equipamento de proteção individual (EPI), como máscaras (para evitar a inalação de pelos soltos das linhas de algodão utilizadas, algo que muitas reclamam) e óculos protetores;

- Observou-se durante as visitas *in loco* que a comercialização das peças é baixa, fato que se deve em parte à dependência das agências de turismo para encaminhar os turistas para a "rua das rendeiras". Este fato reverbera em um baixo retorno financeiro para alguns mesmo em alta temporada.

Outra demanda identificada durante a execução do projeto mostra que, apesar do bordado filé ser um patrimônio imaterial cultural e motivo de orgulho para o estado de Alagoas, não há uma valorização significativa do trabalho manual pela população turística e, principalmente, pela população local. A ausência de inovação das peças que está aliada à falta de informações e também ao conservadorismo são agravantes que resultam na baixa comercialização e conseqüentemente em uma baixa rentabilidade. As peças mais comuns (vestuários), são vendidas entre R\$70,00 (setenta reais) a R\$150,00 (cento e cinquenta reais), podendo variar de acordo com o tamanho ou complexidade dos pontos. Peças mais trabalhadas são normalmente feitas através de encomendas e são vendidas por preços

mais altos, podendo chegar até R\$500,00 (quinhentos reais). Geralmente uma peça pequena depende, no mínimo, de uma jornada de trabalho de 8 a 10 horas para ser confeccionada. Assim, a produtividade ocorre de forma lenta e a rentabilidade muitas vezes não compensa. Além do longo e exaustivo processo de produção que envolve a feitura dos artefatos, fatores como a complexidade dos pontos, e ausência de conforto físico durante o ofício não são devidamente valorizados pela população local e turística. Outra questão observada é que por ser uma tipologia artesanal secular, os saberes são transmitidos de geração para geração, e isso resulta em produtos relativamente padronizados, sem uma variação significativa nas formas, cores e pontos.

Essa ausência de inovação por parte dos bordadeiras da região desestimula a concorrência, fazendo com que a movimentação do mercado da região fique estagnada. Em contrapartida, pessoas que possuem acesso a conhecimentos relacionados à inovação e às tendências, nesse caso, das artesãs que participam de institutos locais como o INBORDAL (Instituto do Bordado Filé de Alagoas), assistidas pelo SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequena Empresa), são as que geralmente obtêm mais lucro e tem no bordado filé uma forma de destacar-se no mercado dentre os concorrentes. Portanto, observa-se a necessidade de propor intervenções de design, visando propiciar benefícios relacionados à inovação para a comunidade local, a partir de ações conjuntas entre uma equipe multidisciplinar e a comunidade produtora de artesanato, o que poderá ter como consequência um impacto positivo na qualidade de vida e produtividade dos mesmos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para promover melhorias no processo de produção das bordadeiras de filé do Núcleo Pontal da Barra, em Maceió/AL, foi desenvolvida e aplicada uma solução de design estratégico, com vistas a solucionar as principais demandas identificadas com base na responsabilidade e inovação social, de forma a otimizar a relação das bordadeiras e o seu trabalho. Após todo o levantamento de dados, análises, identificação e hierarquização das demandas e diagnósticos, foram propostas oficinas visando melhorias na eficácia do processo de produção da comunidade das "filezeiras" aqui analisadas, cujos temas propostos englobam desenho, cor, precificação, modelagem e

tendência das peças, já que esses temas foram considerados pelas próprias bordadeiras como sendo as demandas mais urgentes a serem sanadas, já que as doenças ocupacionais não eram tão incômodas, de acordo com os relatos colhidos. A realização das oficinas teve como objetivo agregar conhecimento acadêmico de desenho bidimensional, incentivando o desenvolvimento de novos pontos, potencializando assim a criatividade das bordadeiras em novas composições, estimulando a confecção de peças diferenciadas. Integrado ao desenho, o grupo ainda realizou uma oficina de estudo da cor, suas combinações e o impacto que a cor transmite para a percepção de um produto. Ainda, foi realizada uma oficina de moda (Figura 1), com a participação de uma designer de moda, formada pela Escola Técnica de Artes (ETA-UFAL), no intuito de transmitir os conhecimentos básicos de modelagem, destacando as tendências da moda e em como as bordadeiras podem adaptá-las como fator diferencial de suas peças.

Figura 1: Oficina Moda: tendências, croqui e modelagem.

Fonte: Acervo do projeto de extensão "A renda filé: design, ergonomia e inovação" (2019).



Os encontros para a realização das oficinas ocorreram no bairro do Pontal da Barra, em Maceió/AL, na casa de uma das bordadeiras e na Colônia dos Pescadores (Figura 2), local onde ocorrem as reuniões mensais da Associação dos Pescadores do bairro do Pontal da Barra. Após a realização das oficinas puderam ser observados alguns benefícios e novos hábitos adquiridos pelo grupo atendido, tais como:

a) Aplicação do filé em peças prontas: as bordadeiras passaram a fazer aplicações do filé nas peças prontas, ao invés de somente fazer uma peça completa. Tal técnica, já utilizada por algumas bordadeiras, economiza material, tempo da jornada de trabalho, resultando em menos tempo em posturas inadequadas ergonomicamente (já descritas anteriormente) bem como realizando esforço e movimento repetitivo, o que pode diminuir o custo dessas peças, possibilitando o aumento das vendas.

b) Produção de peças seguindo tendências atuais: as “filezeiras”, passaram a elaborar suas peças de acordo com os modelos que possuem mais “saída” na atualidade, propondo novos moldes para as peças (Figura 3), como por exemplo, a produção de *top cropped* (blusas curtas) para o carnaval, acessórios variados, como colares, brincos, bolsas e aplicação em sandálias.

c) Aprimoramento das paletas de cores: as paletas de cores também foram aprimoradas para seguir combinações harmônicas e as tendências de moda atuais de acordo com as estações do ano. Novos novelos de linha foram elaborados pensando na melhor combinação das cores. Tal técnica foi assimilada pelas bordadeiras (de acordo com relatos das mesmas) na oficina de Desenho e Cor, na qual foram apresentadas as tendências e as noções básicas de combinação de cores (Figura 4) através do círculo cromático.

Figura 2: Oficina desenho, cor e precificação.

Fonte: Acervo do projeto de extensão “A renda filé: design, ergonomia e inovação” (2019).

Figura 3: Modelos e cores seguindo as tendências.

Fonte: Acervo do projeto de extensão “A renda filé: design, ergonomia e inovação” (2019).

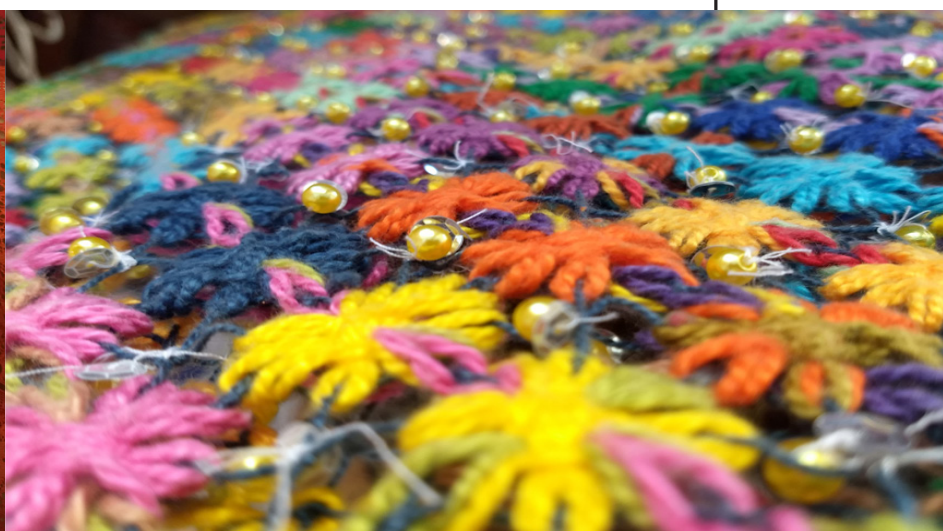
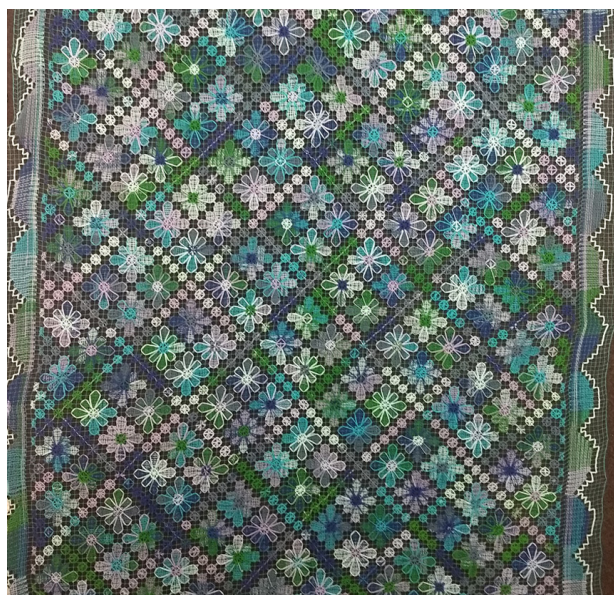


Figura 4: Combinação de cores feita com círculo cromático.

Fonte: Acervo do projeto de extensão "A renda filé: design, ergonomia e inovação" (2019).



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar do foco para a intervenção ter sido pautado no processo produtivo das bordadeiras de filé do bairro Pontal da Barra, têm-se que os desdobramentos reverberaram também na comercialização, já que, segundo relatos feitos durante visitas pós-oficinas, a venda de tais peças aumentou à medida que estas passaram a seguir as tendências atuais e uma nova modelagem e também houve o surgimento de novas encomendas.

Além disso, a evolução das bordadeiras ao longo de todo o processo e desenvolvimento da pesquisa, e a construção social estabelecida com a comunidade tornam possível abordagens futuras, para soluções de propostas de intervenções das demandas remanescentes. Desse modo, com base nos desdobramentos apresentados é validada a importância de estudos e da intervenção da Universidade com a comunidade no intuito de troca de conhecimentos e melhoria da qualidade de vida dos artesãos. O filé é mais que um bordado: é a história de várias mulheres e suas mães, avós e filhas. É uma tradição antiga que, infelizmente, vem se perdendo, mas que continua a ser contada nos pontos que, com muita perseverança, elas continuam a bordar. O Design pode melhorar as ferramentas: processos e desenvolvimento de produtos; são inúmeras as possibilidades que podem ser incentivadas para fazer com que o filé se conecte com a sociedade, do mesmo jeito que o bordado conecta seus pontos diversos em uma peça.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, L. N. **A análise ergonômica do trabalho e o design na identificação de demandas no processo de produção do bordado filé: caso do Pontal da Barra - Maceió/AL.** 2018. 183 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Design Bacharelado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2018.

ARAÚJO, L. N., NEVES, S. L. C., MELO, A. E. S., ALMEIDA, J. D. **Levantamento preliminar com base na ergonomia dos problemas do processo de produção da renda filé.** In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, [Anais]. João Pessoa, Paraíba. Brasil, 2016.

BARROS, M. C. R. O artesanato Alagoano: Filé. In: IV COLÓQUIO DE MODA, Novo Humburgo, 2008. **Anais [...].** Novo Humburgo, 2008. Disponível em: http://coloquiomoda.hospedagem-desites.ws/anais/anais/4-Coloquio-de-Moda_2008/42268. Acesso em: maio 2017.

BARROSO, E. **Design, Identidade Cultural e Artesanato.** Primeira Jornada Iberoamericana de Design no Artesanato. Fortaleza, 1999. Disponível em: <http://www.eduardobarroso.com.br/artigos.htm>. Acesso em: set. 2018.

GIL, A. C. **Como classificar as Pesquisas? Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

INBORDAL - Instituto do Bordado Filé de Alagoas - **Patrimônio Imaterial de Alagoas.** Disponível em: <http://www.INBORDAL.org.br/pt-br>. Acesso em: mar. 2018.

INPI: **Pedidos de indicação geográfica concedidos e em andamento.** Disponível em: <http://www.inpi.gov.br/menu-servicos/indicacao-geografica/pedidos-de-indicacao-geografica-no-brasil>. Acesso em: fev. 2018.

IPHAN: **Patrimônio Cultural Imaterial - Iphan.** Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/cartilha_1_-_parasaber-mais_web.pdf. Acesso: fev. 2018.

KRUCKEN, L. **Design e território: valorização de identidades e produtos locais.** São Paulo: Nobel, 2009.

MATOS, D. L., et al. Identificação dos riscos ocupacionais em uma associação de mulheres artesãs no Médio Sertão Maranhense. In:

VII Congresso Norte Nordeste de Pesquisa e Inovação, Palmas, 2012. **Anais [...]**. Palmas, 2012. Disponível em: <http://http://www.propi.iftto.edu.br/>. Acesso em: nov. 2017.

PAB/SEPLANDE: **Bordado filé ou renda Filé**. Disponível em: <http://gazetaweb.globo.com/gazetadealagoas/noticia.php?c=249332>. Acesso em: fev. 2018.

VIDAL, M. C. R. **Ergonomia na Empresa: Útil, Prática e Aplicada**. Rio de Janeiro: Virtual Científica, 2002.

_____. **Guia para Análise Ergonômica do Trabalho (AET) na empresa: uma metodologia realista, ordenada e sistemática**. Rio de Janeiro: Virtual Científica, 2008.

Submetido em: 06/05/2019.

Aprovado em: 01/06/2019.



TEORIA

IDENTIDADES CULTURAIS, MARXISMO E PÓS- ESTRUTURALISMO: DEBATE SOBRE A CONSTRUÇÃO DO OUTRO, JUSTIÇA SOCIAL E LUTAS CONTEMPORÂNEAS

JULIANA MICHAELLO MACÉDO DIAS

Doutora em Planejamento Urbano e Regional pelo IPPUR/
UFRJ, Professora Adjunta da Faculdade de Arquitetura e
Urbanismo da Universidade Federal de Alagoas (FAU-UFAL).
E-mail: jumichaello@yahoo.com.br

WALCLER DE LIMA MENDES JUNIOR

Doutor em Planejamento Urbano e Regional pelo IPPUR/UFRJ,
Professor Titular do Programa de Pós-Graduação em Sociedade,
Tecnologias e Políticas Públicas (SOTEPP) da Universidade
Tiradentes (UNIT).
E-mail: walclerjunior@hotmail.com

Como expressão relacionada ao pensamento decolonialista e pós-moderno, a culturalização da instância política, isto é, a marcação de identidades culturais como efeito politizador na luta por direitos sociais, prevalece como suplemento que localiza/mobiliza indivíduos em construções de pertencimento a grupos, comunidades, territórios e práticas afirmativas dentro da sociedade. Sobre essa condição de pertencimento étnico-cultural sustentam-se as ações afirmativas que norteiam estratégias de lutas e conquistas de direitos sociais, especialmente nas duas primeiras décadas do século XXI. Para tornar as coisas mais fluidas e instáveis, esse pertencimento tende a aliar qualidades paradoxais. Ao mesmo tempo se apresenta de forma fundadora e contingencial, descartável e cumulativa, incentivando e estimulando a fixação e o abandono de múltiplas identidades ou identificações. Isso gera posturas híbridas, zonas de interseção, em que se manifestam paradoxos, entropias e desafios às análises apoiadas no pensamento estruturado pelos conceitos cânones da modernidade. O problema que será abordado nesse artigo sugere que, se por um lado desigualdades de renda e injustiças sociais prevalecem, permanecem e, por vezes, se agudizam como marcas de pobreza e exploração atuais, por outro, as políticas fundadas em expressões étnico-culturais produzem contornos mais nítidos aproximando o indivíduo da luta cotidiana por direitos sociais.

Palavras-chave: Identidades culturais. Lutas sociais. Pós-Estruturalismo.

INTRODUÇÃO

O que se propõe no artigo é discutir o que se perde (ou se ganha) na inversão de uma posição política baseada nas categorias clássicas de “capital”, “meios de produção”, “classe social” e “trabalho” por posturas que se afirmam através de identidades culturais, religiosas, raciais, étnicas e de gênero. Seria tácito assumir que nessa substituição algo potencialmente mobilizador e elucidador das disputas pela distribuição de direitos sociais sobre os recursos disponíveis na sociedade, se evanesce em condição demasiadamente abstrata, insustentavelmente leve ou, ao contrário, as formas identitárias, os feixes religiosos, as rasuras de gênero, os suplementos culturais em laços comunitários configurariam um instrumental mais adequado para a tarefa de traduzir e operar fenômenos sociais da atualidade? Considerando que a partir dos acontecimentos de 1968 projeta-se no meio acadêmico o que se chama de pensamento pós-estruturalista, seria correto assumir que estratégias de luta baseadas em identidades culturais substituíram por completo as tradicionais bandeiras aglutinadoras?

Para um escopo considerável de autores que claramente se colocam em posição crítica ao que se convencionou chamar de pós-estruturalismo, desprezar as categorias de classe social e trabalho em termos ideológicos, assim como na formulação de estratégias de luta e resistência por direitos sociais, pode levar a equívocos de interpretação de construções e discursos relacionados a dominação, exclusão e exploração. O argumento aponta para um duplo fenômeno: a intolerância expressa em discursos fascistas, cada dia mais presentes em países e culturas, as mais variadas da geopolítica mundial, e o aumento das taxas de exploração, vulnerabilidade, exclusão e risco social, refletindo, dessa forma, a condição material e social de determinados recortes étnico-culturais.

Passados quase meio século de manifestações e discursos ancorados sob o signo das manifestações do “Maio de 68”, talvez seja oportuno, propor um rasgo, um corte violento, uma parada arbitrária que se disponha a medir as consequências da assunção de posturas e compromissos epistêmicos em análises empíricas, considerando ganhos e perdas de direitos sob certas condições sociais e políticas. Em meio a um momento político em que emergem discursos hegemônicos cada vez

mais ancorados em certo ódio às minorias identitárias, refletir sobre as potências, mas também as fragilidades ligadas às mesmas, nos parece essencial para construir meios de resistência.

DOS ESPECTROS DE MARX

Para tratar de (in)visibilidades urbanas, direito à cidade e identidades territoriais, começamos por apresentar um rol de dados, imagens e situações que exemplificam o estado tenebroso da atualidade daquilo que Mike Davis chama de Planeta Favela (2006), considerando o risco social e a distribuição material de bens e recursos de grupos e etnias as mais variadas nas diversas e cada vez maiores cidades à margem das cidades formais pelo mundo.

As favelas indianas continuam a crescer 250% mais depressa do que a população da Índia em geral. O déficit habitacional anual estimado de Mumbai de 45 mil unidades no setor formal traduz-se de um aumento correspondente de moradias informais nas favelas. (DAVIS, 2006, p. 28).

Ulaanbaatar (Mongólia) núcleo urbano de concreto e aço da época soviética está hoje cercada por um mar de 500 mil ex-pastores empobrecidos que moram em tendas chamadas guers, e poucos deles conseguem comer mais de uma vez por dia (Id., p. 35).

O exemplo mais incomum de moradias herdadas é sem dúvida a Cidade dos Mortos, no Cairo, onde 1 milhão de pobres usam sepulturas mamelucas como módulos habitacionais pré-fabricados. Os invasores (...) adaptaram os túmulos com criatividade para atender às necessidades dos vivos. Cenotáfios e placas fúnebres são usadas como escrivaninhas, cabeceiras, mesas e estantes (Id., p. 43).

Em Hong Kong, 250 mil pessoas moram em anexos ilegais em telhados ou em antigos poços de ventilação fechados no centro dos prédios. As piores condições de vida, no entanto, são suportadas, pelos chamados homens engaiolados (...) tendência desses moradores de construir coberturas de arames sobre suas camas para impedir o roubo

de seus pertences. O número médio de moradores nesses apartamentos é de 38,3 e a média de espaço vital per capita é de 1,8 metros quadrados (Id., p. 45).

Gaza, considerada por alguns como a maior favela do mundo abriga 750 mil refugiados que vivem com menos de 2 dólares por dia (Id., p. 57).

Nas encostas acima de Cabul (...) centenas de famílias que fugiram do combate entre o Talibã e as forças de oposição, no norte rural do Afeganistão, espremem-se agora em um labirinto de favelas verticais sem cozinhas nem banheiros, dormindo quinze ou vinte pessoas em cada cabana (Id., p. 57).

O escritor Rian Malan descreveu o impacto resultante na área metropolitana da Cidade do Cabo, onde a população africana negra mais que triplicou entre 1982 e 1992: "Vieram num ritmo de oitenta, noventa famílias por dia, construíram casas com as mãos nuas, usando ripas de madeira, paredes de lata, restos de lixo obtidos nos aterros sanitários e sacos plásticos para se proteger da chuva. Em dois anos as dunas de areia tinham desaparecido debaixo de um mar imenso de choças e barracos, tão densamente povoado quanto uma cidade medieval e habitado por personagens fantásticos – muambeiros, bandidos, profetas, rastafáris, traficantes de armas e reis da maconha, além de 1 milhão de trabalhadores comuns (Id., p. 69).

Nas favelas de Mumbai, na média, divide-se um vaso sanitário para cada 100 habitantes (idem, p.82). (...) [Em Mumbai] enquanto os ricos têm 90% da terra e vivem com conforto e muitas áreas livres, os pobres vivem espremidos em 10% da terra (Id., p. 104).

Pesquisadores do projeto observatório urbano da ONU advertem que em 2020 a pobreza urbana do mundo chegará à 45 ou 50% do total de moradores da cidade. Dois bilhões de favelados entre 2030 e 2040 (Id., p. 155).

Diante desse pequeno catálogo de horrores, que poderia se estender indefinidamente, e diante desse recorte de mundo inominável,

cabe, agora com mais propriedade do que foi sugerido no início do artigo, propor uma pausa. Discutir o direito à cidade e à justiça social urbana, depois de passar por essa repetição do horror pelo mundo para além de uma utopia de unificação das esquerdas, deve ao contrário, começar pelo dissídio, esforço exaustivo de criticar e expor o trauma, a falta, a ausência de uma solução que resolveria o óbvio a ser solucionado: a pobreza e a falta de direitos sociais mínimos. Então, nessa tensão entre estratégias de luta por ampliação dos direitos sociais, constrói-se o argumento dos que defendem a conquista de direitos através das identidades étnico-culturais formadas sob condições decolonialistas, pós-modernas, pós-estruturalistas.

Para esse grupo, diante da volatilidade dos fenômenos atuais, seria inútil operar pelos conceitos cânones da crítica marxista. Por outro lado, essa crítica não vai descartar tão facilmente os “grandes discursos” da sociologia moderna, como fica claro na literatura de Bauman, e seu conceito de “líquido” de Hall e seu conceito de “identificação” e de Babha, e sua interpretação de “cultura”. Ou mesmo nas lutas feministas, que se ancoram contemporaneamente no conceito de interseccionalidade, a fazer operar opressões historicamente reconhecidas nas lutas sociais como a classe, as opressões lidas como identitárias, como o gênero. Então, não se trata de abrir mão de uma responsabilidade que deve ser rígida e vigilante consigo mesma e muito menos de abrir mão de certas lições da história que na queda do bloco socialista nos anos 90 chegou a ser decretada como superada. Jacques Derrida em *Espectros de Marx* (2010), através da crítica pós-estruturalista, reposiciona os meios de articulação possíveis como caráter de resistência.

Nenhuma justiça (...) parece possível ou concebível sem o princípio de alguma responsabilidade, para além de todos os presentes vivos, para alguém dos fantasmas daqueles que ainda não nasceram ou que já estão mortos, sejam eles vítimas de guerras, de políticas ou de outra violência, nacionalista, racista, colonialista, sexista, ou outro tipo de extermínios, vítimas de opressões do capitalismo imperialista ou qualquer das formas de totalitarismo (DERRIDA, 2010, p.XVIII, tradução nossa).

O espectro não é algo dado a ser visto, é uma

aparição que evanesce logo que se percebe presenciada por outros olhos, o espectro precisa ver sem ser visto, “alguém por trás da armadura pode, em segurança, ver sem ser visto” (Id., p. 8). Esse é o poder supremo do espectro de Marx, a possibilidade de ver, nomear, catalogar, identificar e co-existir em fenômenos, fatos, contextos, relações de causa e efeito, datas, marcos, transformações, repetições, revoluções sem nunca se dar a fraqueza de ser visto. O poder de Marx se expressa como: “A insígnia suprema do poder: o poder de ver sem ser visto” (Id., p.8, tradução nossa). Uma declaração de reconhecimento desta presença espectral do marxismo se expressa sobre a crítica do fim da história.

Quando a máquina dogmática e o aparato ideológico marxista (Estados, partidos, células, sindicatos e outros locais de produção doutrinária) estão em processo de desaparecimento, já não tem qualquer desculpa, apenas álibis, para afastar-se desta responsabilidade. Não haverá futuro sem isso. Não sem Marx, nenhum futuro sem Marx, sem a memória e a herança de Marx: de toda forma, de um certo Marx, de seu gênio, de pelo menos um de seus espíritos. (Id., p.14, tradução nossa).

Trata-se, então, de resgatar ou manter assombrado o caráter crítico do marxismo a despeito de seus engessamentos doutrinários e da forma monolítica de construção da História. Como o fantasma de Hamlet que segue em cena mesmo quando está fora da cena, o marxismo segue presente com toda sua complexa trama espectral, ora como o fantasma revolucionário e libertário, a desafiar as forças policiais, exércitos e inimigos da liberdade, ora como força patriarcal e heliocêntrica fazendo pesar sobre suas cátedras o peso da vigilância ideológica.

DA CRÍTICA PÓS-MODERNA

Se o espectro marxista segue ancorando as lutas sociais como esse indelével rastro, a discussão do pós-estruturalismo deve tratar da possibilidade/impossibilidade da construção do binômio identidade/alteridade como marca circunstancial, fragmentada, múltipla e, por isso mesmo, responsável em um sentido ainda mais comprometido do que qualquer compromisso/ação política marxista já esteve em relação ao outro e a si. Quando a partir da academia se constrói o outro: o favelado,

o excluído, o espoliado como um todo coeso (uma identidade, portanto), para os pensadores da desconstrução está se objetivando um ser que nunca se determina desta forma.

Em outras palavras, "o interesse da desconstrução, de sua força e de seu desejo, se é que ela os tem, é uma certa experiência do impossível: quer dizer (...), do outro, a experiência do outro como invenção do impossível, em outros termos, como a única invenção possível. Caso contrário, poderíamos acrescentar, o outro se reduziria a mera projeção de uma ordem presente já dada, à simples antecipação de um resultado. Numa palavra o tema desconstrucionista da alteridade se constitui na confluência da exclusão e da promessa; trata-se sempre de uma alteridade por vir (DERRIDA, 1987, p. 27).

Sobre a justiça social, o que a desconstrução propõe não é inaugurar uma fórmula ou modo de praticar certo texto jurídico que passará a responder de forma mais eficiente a questões éticas, superando o que ficou da história, inclusive do receituário de justiça presente no marxismo. Ao adiar eternamente o resultado do cálculo que determina o que é justo e o que não é, isto é, ao introduzir um espaçamento na decisão da justiça, a desconstrução abriria suas defesas para duas possibilidades de resposta crítica sobre si. 1) A de seus detratores que propõe que agindo assim, ainda que não intencionalmente, estaria compactuando com a permanência dos fenômenos de injustiça que se multiplicam e se agudizam. 2) A de seus defensores que propõe que agindo assim, ainda que correndo o risco supracitado, estaria desafiando uma percepção de limite do bem, limite ético, limite de se fazer justiça, cuja fronteira sempre corre o risco de determinar quem está incluído dentro desse limite e quem se encontra fora dele, isto é, quem se encontra além ou aquém do ato de fazer justiça.

Por exemplo, em uma sociedade fictícia, utópica, imaginária em que todos os problemas relativos a fazer justiça entre os homens aparentemente estariam solucionados, ainda restaria pensar numa ética que atendesse aos demais seres vivos, isto é, restaria estar predisposto a escutar os apelos e queixas da natureza, dos seres vivos, cuja mudez foi a imposta pela linguagem etnocêntrica, antropocêntrica do ser humano. Sustenta-se que

esse tratamento dispensado aos demais seres vivos não-humanos, inspira historicamente certo tratamento a grupos sociais estigmatizados, espoliados e excluídos – convertendo-os em sub-humanos, bestas, animais.

Houve, há ainda na espécie humana muitos sujeitos que não são reconhecidos, como sujeitos e recebem esse tratamento do animal (...) o que se chama confusamente de animal, portanto o ser vivo como tal e sem mais, não é um sujeito da lei e do direito. A oposição do justo e do injusto não tem nenhum sentido no que lhe concerne. Se quisermos falar de injustiça, de violência ou de desrespeito com relação ao que chamamos (...) de animal (...), é preciso reconsiderar a totalidade da axiomática metafísico-antropocêntrica que domina, no ocidente, o pensamento do justo e do injusto (DERRIDA, 1987, p. 35).

Essa dupla problematização em torno do ato de fazer justiça e de como fazê-lo em nome do "outro", aponta para um movimento de abertura que não se completa, nem como justo, o cálculo final que determinaria em ato que a justiça foi feita, nem como a construção de um totalmente "outro", o outro do homem, o animal como o totalmente outro da linguagem, o excluído da linguagem e logo do direito. Esse duplo movimento, segundo os termos pós-estruturalistas, não reconhece propósito, a não ser o de garantir a abertura que denuncia toda tentativa de fechamento como ato violento e arbitrário.

Porém, isso não significa que a desconstrução pós-estruturalista se oriente de forma antagônica à ideia de "fazer justiça", ou ao desejo de que a justiça se faça, como os críticos do pós-estruturalismo afirmam, mas, ao contrário, busca a realização da justiça em um limiar ético que aposta no impossível, no inatingível. Uma ética sem condição, sem condicionantes, sem limites, uma ética que reinventa o sentido da justiça que tem por fim atender aquele que se vê no lugar de ser atendido pela justiça, o "outro" injustiçado, e que, por sua vez, não deve ser encerrado em uma subjetividade específica.

Não há ética sem presença do outro, mas também, e conseqüentemente, sem ausência, sem dissimulação, desvio, différance, escritura. [...] A distinção feita entre moralidade e ética re-

pousa no constante adiamento da ética no sentido de nunca definir ou fixar a outra. Este é um importante aspecto do pós-estruturalismo. Ele se afasta do método estruturalista e de seus pressupostos metafísicos, pois eles pressupõem que o outro possa ser definido e porque o outro é definido sob as bases de uma moralidade particular (WILLIAMS, 2013, p. 65).

Essa responsabilidade sobre o outro, que também é responsabilidade em direção ao pensamento estruturalista, está expressa não como niilismo ou relativismo vulgar, mas como problematização de verdades e limites da fala e da ação justa, no sentido de não permitir que o conceito de justiça acomode uma resposta, um receituário, uma verdade, um telos, preexistente, conformado.

(...) o que se chama correntemente de desconstrução não corresponde, embora alguns tenham interesse em espalhar tal confusão, a uma abdicação quase niilista diante da questão ético-político-jurídica da justiça, mas a um duplo movimento [...] 1. O sentido de uma responsabilidade sem limite, e deste modo necessariamente excessiva, incalculável, diante da memória; e, assim, a tarefa de lembrar a história, a origem e o sentido, e, portanto, também os limites dos conceitos de justiça, de lei e direito, de valores, normas, prescrições que ali se impuseram e se sedimentaram, permanecendo, a partir de então, mais ou menos legíveis ou pressupostos; [...] 2. Esta responsabilidade em relação à memória – memória de uma herança que é ao mesmo tempo herança de um imperativo ou de um feixe de injunções – é uma responsabilidade diante do conceito mesmo de responsabilidade que regula a justiça e a justeza de nossos comportamentos, de nossas decisões teóricas, práticas, ético-políticas (DERRIDA, 2007, p. 36- 38).

Então, para o pós-estruturalismo, a crítica do apagamento, esquecimento de uma herança marxista ou moderna, ou de um apagamento das diferenças capturadas por um relativismo estéril, não procede, a não ser como um equívoco, uma má leitura. O excesso de justiça não deve significar relativismo muito menos imparcialidade frente ao sofrimento.

Esse excesso de justiça sobre o direito e sobre o cálculo, esse transbordamento do inapresentável sobre o determinável, não pode e não deve servir de alibi para ausentar-se das lutas jurídico-políticas, no interior de uma instituição ou de um Estado, entre instituições e entre Estados. Abandonada a si mesma a ideia incalculável e doadora da justiça está sempre mais perto do mal ou do pior, pois ela pode ser sempre reapropriada pelo mais perverso dos cálculos. (...) Uma garantia absoluta contra esse risco só pode saturar ou suturar a abertura do apelo à justiça, um apelo sempre ferido (DERRIDA, 2007, p. 55).

Ao contrário, o espectro de Marx e suas marcações de diferença verticais baseadas em classes sociais ou categorias trabalhistas estão presentes entre inúmeras outras possibilidades classificatórias e o fato de se permitir uma percepção sensível, aberta, intraduzível e contingencial dos fenômenos que se expressam ora de forma hegemônica ora singular, ou até mesmo, ora como presença ora como ausência, não significa menor compromisso, responsabilidade ou vigilância epistêmica e ética no trato de questões que determinam iniquidades, violências e injustiças sociais, ainda que a ideia de justiça permaneça sempre em aberto como contraponto às verdades metafísicas e arbitrarias da lei.

DA VIOLÊNCIA DE SE CONSTRUIR O OUTRO

Derrida (2007) propõe um corte transversal nas categorias benjaminianas de “violência instauradora” que funda um novo Estado ou direito e de “violência conservadora”, necessária na manutenção e sedimentação desse novo Estado ou direito. O duplo movimento expressa as invenções de origem e de telos, seja de um Estado, seja de um direito.

(...) proporei a interpretação segundo a qual a própria violência da fundação ou instauração do direito deve envolver a violência da conservação do direito e não pode romper com ela. É próprio da estrutura da violência fundadora solicitar sua própria repetição e fundar o que deve ser conservado, conservável, destinado à herança e à tradição, à partilha (DERRIDA, 2007, p. 89).

No limite, essa confusão entre violência fundante e conservadora se expressa de forma ainda mais presente nos dias de hoje, seja na figura da força policial e seu aparato tecnológico de vigilância, seja na figura dos movimentos sociais organizados em sua luta por legitimidade. Se para manter e garantir todo o complexo aparato de segurança, liberdade e direitos, o Estado, mesmo na mais clara democracia, se vê impulsionado a gerir sua violência oficial através da polícia, os movimentos sociais só podem se sedimentar na garantia de direitos ao inaugurar estratégias de combate e violência que serão interpretadas (principalmente pelas forças conservadoras e dominantes da sociedade) como ilícitas ou mesmo terroristas.

A polícia é o Estado, é o espectro do Estado e que não se pode rigorosamente atacá-la sem declarar guerra à ordem da res pública. Pois a polícia já não se contenta hoje em aplicar a lei pela força (enforce) e, portanto, em conservá-la, ela a inventa, ela publica decretos, ela intervém cada vez que a situação jurídica não é suficientemente clara para garantir a segurança (DERRIDA, 2007, p. 99).

Então, para garantir a polis como lugar de convivência ou mesmo de tolerância entre diferentes, à polícia, que é todo um aparato de vigilância para além de homens fardados contra o direito de manifestação e greve da classe trabalhadora, não se furta a possibilidade de pôr em xeque ou fazer degenerar premissas democráticas.

A segurança do Estado exige a interceptação da conversa privada, por exemplo, a instalação de microfones invisíveis, a utilização de microfones direcionados, a intrusão nas redes informatizadas ou simplesmente a prática tão comum entre nós da boa e velha escuta telefônica (DERRIDA, 2007, p. 105).

Assim, o Nazismo e outras formas totalitárias, particularmente o discurso da "Solução Final", não seria, como o discurso humanista prefere classificar, uma ausência de lei e de direitos que garantiriam valores éticos e morais, mas uma radicalização desse poder normativo da violência policial fazendo convergir atos de fundação do novo Estado e de novos direitos, com atos de manutenção e fixação da nova lei e da nova ordem, que segundo a subjetivi-

dade do nazismo, atenderia àqueles mesmos valores éticos e morais que toda lei e todo direito promete atender: uma sociedade melhor, mais justa, etc.

Desse ponto de vista, a solução final é ao mesmo tempo uma decisão histórico-política de Estado e uma decisão de polícia, de polícia civil e de polícia militar, sem que se possa jamais discernir entre as duas e atribuir verdadeiras responsabilidades a qualquer decisão (p.138). [...] Como explicar de outro modo, a forma institucional ou burocrática, os simulacros de legislação, o juridicismo, o respeito pelas competências e hierarquias, em suma, por toda a organização jurídico-estatal que caracterizou a realização tecno-industrial e científica da "Solução Final"? Aqui certa mitologia do direito se desencadeou contra uma justiça, acerca da qual Benjamin pensava que no fundo, ela devia permanecer heterogênea ao direito, ao direito natural como ao direito histórico, à violência de sua fundação, como a de sua conservação. E o nazismo foi uma revolução conservadora desse direito (DERRIDA, 2007, p.139).

É por essa passagem que Derrida (2007) expressa sua desconfiança e ao mesmo tempo a defesa de que um ato revolucionário, para verdadeiramente produzir efeito transformador, deve considerar a presença/ausência do aparato de polícia, e, principalmente, formas de superá-la, naquilo que promete, a coesão social, a segurança, a manutenção da ordem através da reinvenção constante dos limites da lei. Movimentos de base social forjados pelas marcas identitárias (território, gênero, etnia, etc.) devem estar atentos a essa dupla condição de inaugurar e manter uma nova ordem de justiça e direitos, considerando o quanto deve ser transformado do que preexiste como aparato legal do Estado.

Então, as lutas de resistência e conquista de novos direitos através de identidade e território, como direito à favela, direito à manifestação de culto, direito a certo uso e ocupação do espaço público através de práticas culturais, etc. devem considerar a capacidade de reinvenção da violência criativa do Estado somada à capacidade de manutenção da ordem pela violência conservadora, ambas sintetizadas pelo aparato policial. Em raríssimas vezes as duas violências do Estado são

surpreendidas, um raro exemplo foram as manifestações de 2013, em que, considerando as contradições e críticas endereçadas ao ato, não se pode negar o poder de surpreender o aparato policial que esse tipo de protesto produziu.

Por outro lado, ao discutirmos as lutas identitárias enquanto fundadas na construção/desconstrução do outro, não se trata de deixar identidades e alteridades em aberto e lidar com elas de maneira tolerante apenas. No debate político dessas identidades não cabe apenas afirmá-las e respeitá-las. Cabe também, indefinidamente, contestá-las, afrontá-las. Como alerta Zizek (2003) ao falar de uma

(...) redefinição contemporânea da política, como a arte da administração competente, ou seja, a política sem política; ou mesmo do multiculturalismo tolerante de nossos dias, a experiência do Outro em sua alteridade (o Outro idealizado que tem danças fascinantes e uma abordagem holística ecologicamente sadia da realidade, enquanto práticas como o espancamento de mulheres ficam ocultas...) (ZIZEK, 2003, p. 25).

Sobre esse Outro, Derrida (2006) chega a um resultado próximo, no sentido em que no lugar do discurso holístico de respeito ao Outro prescreve uma relação com o Outro menos alinhada ao discurso da tolerância do que gostariam seus críticos e seus seguidores. Para o autor, a relação com o Outro não se dá como ato que se faz, mas que se sofre. O discurso da tolerância seja para Zizek (2003), seja para Derrida (2006) seria uma armadilha que sequestra a força de luta e resistência dos movimentos sociais debilitando sua capacidade de conquistar direitos e espaço na sociedade.

A ideia de tolerar os outros, de suportar a sua diferença, porque sabemos estar na verdade, é ao mesmo tempo dogmática e relativista. E em certos casos poderia ver nela uma forma de desrespeito (DERRIDA; FERRARIS, 2006, p. 84).

Então, não se trata de propor uma ética da tolerância visto que não se trata de um ato, uma tomada de decisão, mas de um gesto que independe de mim que é incondicional e imprevisível e sequer cabe qualquer ato de antecipação ou expectativa.

Para que haja um porvir como tal, uma surpresa, uma alteridade é preciso, ne plus voir venir (já não ver vir), é preciso que não haja sequer uma antecipação, um horizonte de expectativa. E, portanto, que o futuro me caia em cima – me aconteça, justamente quando nem sequer o espero (...) significa que o outro existe antes de mim, o que me ante-vem. O outro não é sequer simplesmente o futuro, é, por assim dizer o ante-vir, o ante-porvir. Por isso não sou dono de mim do lugar aberto a hospitalidade (DERRIDA; FERRARIS, 2006, p. 140).

Não é dono, porque esse lugar já pertence ao outro que virá, independentemente de vir ou não vir. Logo, não se trata de tolerar o outro, de adotar uma postura liberal frente ao outro, assim também não se trata, como dito, de algo que se faz, mas que se sofre. Por isso, essa responsabilidade não passa pela obrigação de tolerar ou mitigar a pena, as dores, mas de criar espaço para a possibilidade da alteridade chegar.

DO DESEJO DE PERTENCER

Ainda assim, falta algo nesse embate que diz respeito ao problema de como lidar de forma crítica com as ideias de identidade territorial, por exemplo na forma de uma comunidade marcada por traços étnico-culturais e de resistência, no sentido de defesa e de conservação de certo modo de pertencimento.

O desejo de pertencer à seja que comunidade for, o próprio desejo de pertença, pressupõe que não se pertence. Não poderia dizer quero ser da família se o fosse deveras. Noutros termos não poderia dizer “quero ser italiano, europeu, falar essa língua, etc., se o fosse já. A motivação da pertença – nacional, linguística, política, filosófica, pressupõe a não pertença. O que pode ter consequências políticas: não há identidade, há uma identificação, uma motivação em vista da pertença, mas que por sua vez pressupõe que a pertença não existe, quem quer ser isto ou aquilo, francês, europeu, etc., não o é (DERRIDA; FERRARIS, 2006, p. 45).

Esse seria o ponto nervoso e final deste artigo, visto que, ao deslocar o termo pertencer

para o lugar ao qual ainda não se pertence, Derrida (2006) desloca todo um escopo sócio científico e doutrinário de construção estrutural de um outro afirmado como pertencente a tal cultura, etnia, prática, comunidade, cotidiano, modo de fazer. Essa artificialidade e afastamento provocado pelo discurso que já lida com a relação em termos de objeto, objeto de desejo, um vir a ser que é sempre condição do outro, é o resultado que parte das ciências sociais preferem ocultar.

A ideia de verbalizar uma identidade como tal, na contramão do que via de regra se propõe, se por um lado atende ao discurso estratégico de produzir força de políticas afirmativas, por outro introduz no contexto um afastamento, uma diferença, uma separação metafísica que dificilmente seria superada. O equívoco não está no ato de desejar pertencer ou não, também não está na introdução desse vírus que os estudos sociais inexoravelmente carregaram em pesquisa de campo, sertão e mata adentro equipados com blocos de anotação, gravadores e câmeras, mas na ausência de percepção de que a partir desse ponto o outro já verbaliza pela língua de um, do mesmo, do pesquisador sob os termos do discurso da universidade. Já se constrói, desconstrói pelo discurso que de fora aglutinou um conjunto soberbo de fazeres e dizeres primeiro sob a alcunha de folclore, depois substituída, em tempos de politicamente correto, por cultura popular e assim por diante.

O problema ainda não respondido é a permanência daqueles números de miséria e injustiça social que se avolumam desde os tempos dos folcloristas até os pós-modernos. E, em termos cada vez mais atuais, como lidar com aqueles que se identificam e afirmam seu "direito a oprimir"? Como lidar com as identidades espúrias que exigem, elas também, tolerância?

REFERÊNCIAS

DAVIS, M. **Planeta Favela**. São Paulo: Boitempo, 2006.

DERRIDA, J. **Força de lei**. São Paulo. Martins Fontes: 2007.

DERRIDA, J. **Specters of Marx**. New York: Routledge Classics, 2006.

DERRIDA, J.; FERRARIS, M. **O gosto do segredo**. Lisboa: Fim de século, 2006.

DERRIDA, J. **Psyché: Invention de l'autre**. Paris: Éditions Galilée, 1987.

WILLIAMS, J. **O pós-estruturalismo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

ZIZEK, S. **A subjetividade por vir: Ensaios críticos sobre a voz obscena**. Lisboa: Relógio D'água Editores, 2006.

Submetido em: 27/04/2019.

Aprovado em: 04/06/2019.

BORDADOS: NARRATIVAS DE MEMÓRIAS RESISTENTES¹

TUANNE MONTEIRO DE CARVALHO

Graduada em Arquitetura e Urbanismo na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Alagoas (FAU-UFAL), Mestranda em Arquitetura e Urbanismo do PPGAU/DEHA/UFAL.
E-mail: tuannemdc@gmail.com

ROSELINE VANESSA SANTOS OLIVEIRA

Federal da Bahia/Universidade do Algarve (Portugal), Professora Associada da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Alagoas (FAU-UFAL).
E-mail: roselineoliveira@gmail.com

A orla marítima de Maceió-AL vem sendo apropriada pela especulação imobiliária e pela indústria do turismo, que fazem dos seus traços geográficos uma marca construída pelo marketing. No Litoral Norte ainda há lugares que têm resistido às interferências urbanas que desconsideram, por exemplo, expressões de suas preexistências. Este artigo apresenta, pois, uma experiência lúdica como estratégia para acessar a memória de famílias de moradores que por gerações participaram da construção de um fragmento da paisagem, por meio de um protótipo construído a partir da analogia com um bordado e compartilhado com os próprios moradores depois de pronto. Além de registro e sociabilização de memórias, os resultados constituem-se como exercícios de outros mecanismos de identificação de um rico conteúdo silencioso e invisível, contribuindo para a historiografia de dois bairros no limiar de drásticas mudanças em suas feições físicas e, por extensão, em suas relações cotidianas.

Palavras-chave: Litoral Norte de Maceió. Resistência urbana. Registro de memórias.

PARÊNTESES URBANOS

Desde a situação geográfica da cidade – uma faixa de terra entre o mar e a lagoa, até sua toponímia que significa “o que tapou o alaga-

diço” – Maceió, capital de Alagoas, carrega em sua paisagem fortes marcas que envolvem o espaço natural. Nas últimas décadas, a cidade vem passando por um processo acelerado de mudanças, o qual tem sido balizado por investimentos na área da construção civil com interesses especulativos em áreas marcadas por recursos naturais. Dentre as mais visíveis está a expansão urbana que, por vezes, acontece de forma lenta e associada ao próprio movimento dos habitantes de um lugar; enquanto outras acontecem de forma bastante bruta e, na maioria das vezes, é resultado de iniciativas externas à dinâmica local. No cerne dessa última situação, encontram-se a especulação imobiliária e a indústria do turismo, que, aliadas a uma aparente ausência de orientação ou fiscalização pública acerca do patrimônio ambiental urbano², se impõem nos espaços tendendo a atuar isoladamente e, assim, desconsiderar formas de viver que caracterizam cada um desses espaços.

Dentro desse contexto, situa-se o Litoral Norte (Figura 1), região da cidade onde as áreas próximas ao mar ainda costumam apresentar hábitos tradicionais voltados para a subsistência, além de conter fragmentos de paisagens não urbanizadas, como as praias margeadas por coqueiros, fozes de rios e riachos e manguezais. É comumente conhecida por ser uma região distanciada do centro urbano, “fora da cidade”, onde os povoados situam-se ao longo das margens da Rodovia AL 101 Norte. Nesse processo, alguns cantos, por um tempo, mantiveram-se salvos das interferências drásticas da urbanização, construindo-se a partir de gestos lentos – como os bairros Garça Torta e Riacho Doce. Esses parênteses urbanos têm atraído um outro habitante, o que percorre o lugar em busca de um ambiente distinto da “cidade grande” e de sua feição padronizada.

Contudo, essas relações de distância e não pertencimento à Maceió vem mudando consideravelmente na última década nos bairros do Litoral Norte. É bastante perceptível uma acelerada inserção de novos padrões construtivos (Figura 2), como condomínios

¹este artigo é fruto do Trabalho Final de Graduação da autora (CARVALHO, 2017).

²O patrimônio ambiental urbano é constituído de conjuntos arquitetônicos, espaços urbanísticos, equipamentos públicos e a natureza existente na cidade, regulados por relações sociais, econômicas, culturais e ecológicas, onde o conflito deve ser o menor possível e a inclusão social uma exigência crescente. Portanto, ele acompanha o processo social, assumindo todas as modernidades necessárias. É reconhecido e preservável por seus clássicos valores potencialmente qualificáveis: pragmáticos, cognitivos, estéticos e afetivos, de preferência sem tombamentos. Geograficamente, podem se manifestar sob forma de manchas urbanas ou formações lineares, sem limites perenes, mas sempre transcendendo unidades de significado autônomo. O conceito se reporta tanto a um conjunto existente como a um processo em permanente construção, ou seja, patrimônio ambiental deve se configurar como o ser e o porvir (YÁZIGI, 2012, p.28).

residenciais de habitações unifamiliares e multifamiliares de grande porte e demais equipamentos urbanos. Além dos interesses contemporâneos pela moradia em ambientes “paradisíacos”, como vêm sendo divulgado pelo marketing imobiliário, o direcionamento da expansão urbana para essa região também foi provocado pelo projeto urbano de duplicação da Rodovia AL 101 Norte³ o que poderá render benefícios aos empreendimentos imobiliários em termos de escoamento do trânsito, caso comparado com os demais bairros a beira-mar de Maceió, nos quais ocorrem congestionamentos em horários de muito movimento.

Nessa perspectiva, a ideia deste artigo é a de indagar sobre como pode-se conhecer um lugar e, com isso, considerá-lo com maior discernimento. Como salvaguardar seus interesses e mesmo através de modificações decorrentes, respeitar uma determinada forma de viver marcada por gestos lentos, construídos ao passo da dinâmica da convivência. Este artigo é fruto de uma colaboração para a compreensão do percurso histórico entre o Riacho Garça Torta e o Riacho Doce, por meio do embarque nas memórias de habitantes dos dois bairros. É também um exercício de aprendizagem sobre patrimonialização⁴.

Figura 1: Colagem de fotografias do Litoral Norte de Maceió.
Fonte: Acervo autoral, 2017.



Figura 2: Anúncios de inserção de edifícios multifamiliares no bairro de Riacho Doce.
Fonte: Acervo autoral, 2017.



³De acordo com o Portal da Secretaria de Estado de Transporte e Desenvolvimento Urbano de Alagoas (SETRAND/AL), a duplicação da AL 101 Norte terá extensão de 5,8 quilômetros, a primeira etapa da obra começa no bairro de Cruz das Almas, em frente ao Parque Shopping e segue até o bairro de Garça Torta. Nessa primeira etapa, as obras foram iniciadas em meados de 2016 e até a presente data apenas um dos três trechos foi concluído (trecho que perpassa o bairro de Jacarecica) e o segundo (trecho entre o bairro de Jacarecica e o bairro de Garça Torta) está em obras (2019).

⁴Segundo Pesavento, “A patrimonialização do passado da cidade implicaria em assumir a cidade como propriedade cultural partilhada, o que demanda uma aprendizagem. Reconhecer uma história comum inscrita no espaço da cidade, entender como sua uma memória social, saber ver no traçado das ruas e nos prédios e praças lugares, dotados de sentido, endossar um pertencimento, reconhecendo territórios e temporalidades urbanas, é tarefa que deve ser assumida pelas instâncias pelas quais se socializa uma atitude desejada, indo da mídia ao ensino, do governo à iniciativa privada. Isto implicaria em criar responsabilidades, em educar o olhar e as sensibilidades para saber ver e reconhecer a cidade como um patrimônio herdado” (PESAVENTO, 2005, p. 16).

FRAGMENTOS

Ao fazer analogia com um escavador em busca de tesouros, o crítico e pensador alemão Walter Benjamin (1932) descreve que não se deve temer a fadiga de ir e voltar exaustivas vezes ao mesmo assunto enquanto se tenta construir uma comunicação entre as diferentes memórias. Benjamin traz em seu livro *Selected Writing* a passagem *Excavation and Memory*, o processo de “escavação da memória”, o qual explica que a memória não é apenas um instrumento a ser utilizado para acessarmos o passado, mas um meio no qual deveríamos construir experimentações. Pois, muitas vezes as lembranças por elas mesmas são apenas fragmentos de momentos, mas ao se analisar minuciosamente seus conteúdos buscando aproximar as suas similaridades pode se alcançar uma legibilidade. Ainda de acordo com o processo de “escavação”, para se obter memórias autênticas deve ser menos importante que o investigador faça um relato sobre elas, do que aquilo que ele consegue identificar ao encontrá-las.

Ademais, algumas referências⁵ ajudaram a compreender que o embarque nas memórias de um lugar através da oralidade de seus habitantes requer revestir os ouvidos de delicadeza para escutar um passado que está a cada dia mais mudo: os registros das memórias de algumas vozes que viveram em tempos de outrora em um lugar que hoje é um presente em acelerada mudança. Assim, no caso em pauta, por meio do perguntar, do escutar, do ver, do sentir, perceber, rememorar, imaginar, foi possível mapear a dinâmica dos bairros e, por extensão, de sua própria espacialidade. Os depoentes não apenas falaram de suas experiências, mas expuseram registros dessas memórias, a exemplo de prosas, textos, cartas, livros e retratos do passado.

Para além do acesso ao passado, as referências também deram pistas de como transformar narrativas em outras, na perspectiva de sua transmissão e divulgação, pois, “Para que a experiência vivida possa se elaborar como conhecimento por meio do discurso narrativo, esse saber precisa encontrar quem queira

ouví-lo. Desse modo, a arte da narrativa está, em sua origem, profundamente vinculada ao dom de ouvir” (CUNHA, 2013, p. 181). Nesse sentido, acessar o passado, a memória de um lugar, é também uma ação para o futuro, é uma forma de resistência, especialmente no contexto da contemporaneidade em que impera o indivíduo enquanto consumidor de coisas e paisagens sem o interesse em realmente percebê-las:

Se o sono é o ponto mais alto da distensão física, o tédio é o ponto mais alto da distensão psíquica. O tédio é o pássaro de sonho que choca os ovos da experiência. O menor sussurro nas folhagens o assusta. Seus ninhos - as atividades intimamente associadas ao tédio - já se extinguíram na cidade e estão em vias de extinção no campo. Com isso, desaparece o dom de ouvir, e desaparece a comunidade dos ouvintes. Contar histórias sempre foi a arte de contá-las de novo, e ela se perde quando as histórias não são mais conservadas. Ela se perde porque ninguém mais fia ou tece enquanto ouve a história (BENJAMIN, 1994, p. 204).

Então, para acessar memórias é preciso observar, silenciar e ouvir. Nesse sentido, surge o desafio de acessar o passado através da história oral, colocar-se na posição de ouvinte e atentar-se para o fato de que muito mais importante do que achar uma forma ideal para narrar a memória é encontrar quem a queira escutar, ou seja, encontrar os ouvintes. Portanto, este estudo corresponde ao processo de construção de objeto (protótipo) por meio do qual as memórias dos habitantes dos bairros de Garça Torta e Riacho Doce podem ser acessadas e compartilhadas.

EMBARQUE EM PASSADOS

O processo de construção do protótipo, intitulado “Bordados”, teve como ponto inicial imersões nos bairros, por meio dos quais foram coletados depoimentos, sínteses gráficas e escritas das impressões das experiências e

⁵ O trabalho de Irene Klokari, *Memories of Famagusta: Recapturing the Image of the City through the Memories of Refugees* tem como objetivo recriar a imagem de uma avenida majoritariamente destruída após a invasão de tropas turcas à cidade de Famagusta na Ilha de Chipre, por meio das memórias dos seus habitantes, hoje refugiados. Na obra *O Narrador*, Walter Benjamin (1994, p. 201) apresenta o papel das narrativas como uma forma de transmitir experiências, seja a sua própria ou a relatada por outros. Outra referência que se mostrou pertinente no estudo, foi o texto de Neiva Vieira da Cunha (2013) intitulado “Memória, narrativas e identidades sociais: histórias de moradores de favelas da Grande Tijuca, no Rio de Janeiro”, o qual reitera o discurso do papel das narrativas para divulgação de experiências advindas de processos de construção da memória coletiva.

de material audiovisual. Essas sínteses tratam de registros da paisagem “natural” e “edificada” e também dos movimentos dos habitantes, bem como das próprias entrevistas. Foram considerados neste estudo seis depoentes dos dois bairros que nasceram entre os anos de 1920 a 1945 e dez entre os anos de 1955 a 1975.

As entrevistas com os habitantes foram feitas de forma livre e não cronometradas, apenas foi perguntado sobre as memórias mais antigas e marcantes que eles têm do lugar e deixou-se que os assuntos fluíssem. Quase todas as conversas foram feitas em grupos de duas ou três pessoas dialogando sobre as lembranças do passado. Todas as conversas foram registradas através de áudio ou vídeo. Algumas entrevistas e conversas aconteceram a partir da mostra de uma representação da base cartográfica dos dois bairros, para que os habitantes pudessem apontar ou representar graficamente as suas memórias espacialmente. A maioria preferiu registrar suas lembranças às margens da base cartográfica ou nela discretamente, interferindo na forma de setas e marcas, outras, com maior entusiasmo, preferiram voluntariamente desenhar e anotar suas memórias com mais detalhes (Figura 3).

Esses registros mostraram o quanto os bairros foram modificados ao longo dos anos, pois muitos dos aspectos ambientais e sociais descritos nos relatos, hoje só existem por meio das lembranças compartilhadas. Como a ausência de muros nos lotes onde, de acordo com relatos, era possível ter a vista e acesso à praia sem grandes dificuldades, assim como os lugares de banhos nos riachos, os quais praticamente não existem mais, principalmente devido à poluição, ao desmatamento das matas ciliares e ao assoreamento.

Então, como dar forma com esse emaranhado de dados? Como torná-los audíveis? Assim como em um movimento de bordado, foram feitas, ponto a ponto, costuras entre as conversas, entre as memórias, entre os desenhos, os retratos e os textos, relacionando similaridades e destacando peculiaridades, fatos curiosos e descrições recorrentes. Dessa maneira, esses bordados englobam os lugares – os que persistiram no tempo e aqueles que já não são mais mencionados – as pessoas e seus costumes, os cânticos, as brincadeiras, as danças, os festejos e as tradições.

Nessa dinâmica, o primeiro desafio enfrentado para elaborar o protótipo sociabilizador

Figura 3: Memórias escritas e gráficas dos entrevistados.

Fonte: Acervo autoral, 2017.

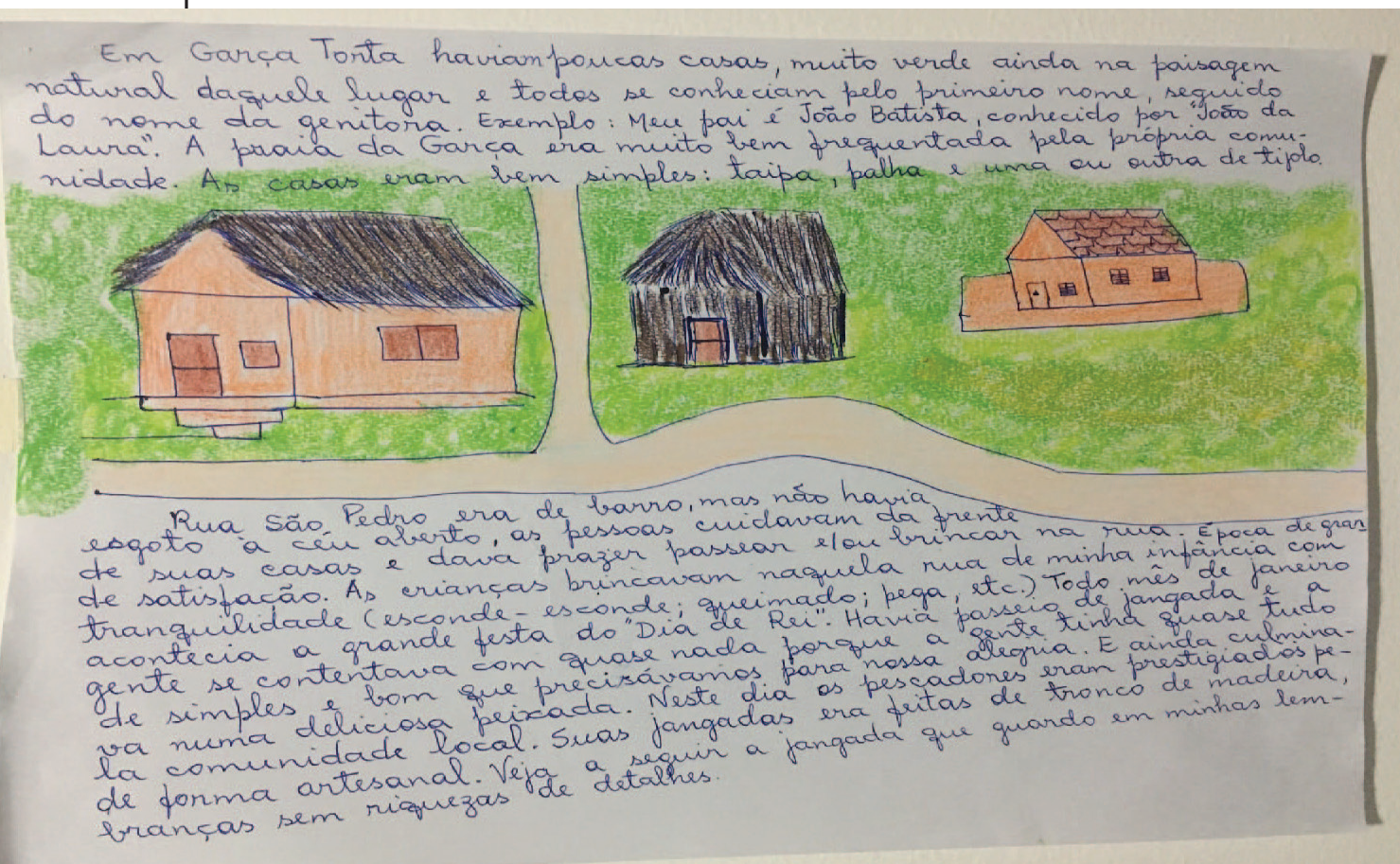




Figura 4: Cartas da Memória, frente e verso.

Fonte: Acervo autoral, 2017.

dessas memórias foi o de organizar a grande quantidade de informações, as quais foram sistematizadas por temas de maneira a não engessar seus conteúdos. Dentre os variados temas suscitados, cinco foram selecionados como principais: a religiosidade, os fazeres, os lugares, as pessoas e os festejos, podendo as informações dos depoimentos permear um ou mais dos temas citados. Dentre eles foram selecionados 35 pontos, considerando a recorrência de assuntos nos depoimentos e relevância histórica da informação, tais pontos correspondem a tópicos marcantes na história dos dois bairros. Com o auxílio dos temas, em cada um dos Pontos selecionados foram entrelaçados trechos de memórias narradas pelos habitantes com retratos, desenhos ou demais documentos acessados, constituindo, assim, as Cartas da Memória (Figura 4).

Paralelamente à construção dos Pontos e das Cartas da Memória, as lembranças dos habitantes foram cartografadas, tomando um plano bidimensional (desenhado em formato digital e posteriormente impresso em papel) como base, de forma que ícones e traços representassem elementos e características descritas nos registros e depoimentos. Para a construção da síntese gráfica alguns aspectos foram recorrentes como, por exemplo, as descrições nas quais o lugar é intimamente ligado ao nome dos seus habitantes, como indicou o depoimento de João Batista Barbosa em 2016: "Na Pitombeira era o pessoal do César. Joca, tio Dé. Joca, era tudo dele. Depois era da Maria César. Depois vinha o seu Zunga, era depois da minha mãe. Da minha mãe até o tio Dé, entrada da balança por ali, era do meu pessoal, dos irmãos da minha avó. Tio Joca, tio Dé." As descrições também abrangeram os aspectos físicos, como as moradias. Os detalhes descritos e os desenhos acessados ajudaram a alocar as informações no plano e a criar ícones e traços para representá-los. Por

consequente, os Pontos e as Cartas da Memória foram associados à síntese gráfica (Figura 5) – Tecido da Memória – e numerados de 01 a 35.

Com os Pontos, as Cartas e os Tecidos da Memória construídos, restou um item para compor o protótipo: as Linhas – a construção de um caminho para acessar e compartilhar memórias, uma experiência para narrar e ouvir histórias. Assim, no protótipo construído (Figura 6) as Linhas são os narradores e os ouvintes, ao mesmo tempo. As Linhas são aqueles que se permitem experimentar ponto a ponto o tecido das memórias e fazer; assim, bordados coletivos de histórias entre os dois riachos. Os Bordados são experiências e as Linhas são os experimentadores.

Esse protótipo, enquanto meio de patrimonialização, foi posto em teste na varanda de uma das casas de Garça Torta, onde moradores adolescentes puderam experimentar e conhecer as histórias dos bairros (Figura 7). Essa experiência possibilitou a percepção de que uma mesma lembrança vai ter sempre uma duração e sons variados: o ritmo e o tom do narrador. Algumas memórias vão soar al-

Figura 5: Fotografia de um trecho da síntese gráfica, intitulada Tecido da Memória e ao lado sua ampliação.

Fonte: Acervo autoral, 2017.

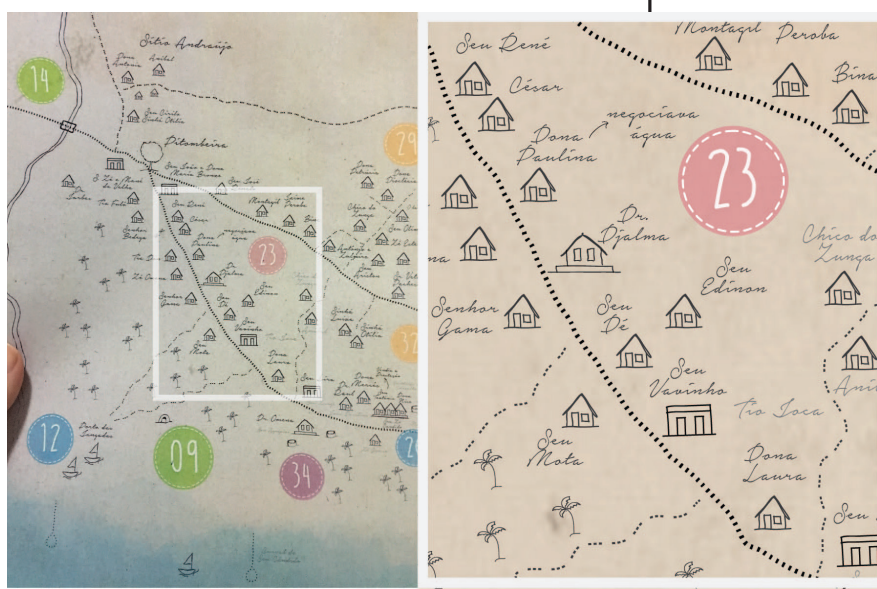


Figura 6: Colagem de fotografias do protótipo construído.
Fonte: Acervo autoral, 2017.



Figura 7: Experiência do Bordados.
Fonte: Acervo autoral, 2017.

tas, claras, ecoar. Outras vão soar baixinho, tímidas. Alguns participantes acrescentaram informações à experiência, compartilhando

com os outros o que seus pais ou demais familiares já haviam contado para eles sobre as histórias dos bairros. Ademais, os participantes passaram a torcer pela carta que queriam narrar, pelo ponto que queriam ir.

A experimentação durou cerca de uma hora e quarenta minutos e se mostrou um mecanismo eficiente e interessante para divulgar as histórias e memórias dos dois bairros (Figura 8). De fato, o processo de criação do protótipo passou por muitas reformulações e teve muitos incentivos e inspirações que surgiram ao longo do caminho. A ideia dos participantes construírem as próprias narrativas abre a possibilidade, por exemplo, de ampliar a construção desse produto para outras perspectivas, outras mãos, outras palavras. Neiva Cunha diz que “a narrativa enquanto forma de elaboração da experiência vivida sempre aponta para uma relação dialógica” (2013, p.181) e que “consiste fundamentalmente em refazer, para si e para outrem, o caminho percorrido em uma determinada existência” (2013, p.181). Assim, a ideia de promover uma experiência,





Figura 8:
Construção de Narrativas.

Fonte: Acervo autoral, 2017.

ainda que dentro de algumas limitações, dá margem para compreender a relação dialógica citada pela autora.

BORDADOS: A MEMÓRIA DO PRESENTE

A construção dos Bordados apresentou-se como uma experiência valiosa no âmbito da patrimonialização, não apenas por registrar as memórias e histórias de habitantes que fazem de um bairro ser um lugar, mas por provocar a vivacidade de memórias que estavam adormecidas através da troca lúdica de lembranças. Dessa maneira, a experiência em muito contribuiu para dissolver ideias binárias tais como “natural” e “edificado”, “velho” e “novo”, “material” e “imaterial”, temas cuja conceituação vem sendo um exercício constante das ações do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), o qual tem se mostrado cada vez mais atento ao desafio de como compatibilizar as inevitáveis mudanças da paisagem e preservar a sua dinâmica particularizada, a exemplo das ações de educação patrimonial e das inúmeras ações voltadas para o mapeamento das referências culturais.

Assim, o processo que resultou no Bordados consistiu em um exercício de outros mecanismos de identificação de um expressivo conteúdo silencioso e invisível, funcionando

como uma ferramenta incitante de relações de pertencimento entre os habitantes e o próprio lugar que habitam, na medida em que favorece o compartilhamento de histórias e memórias, com potencial de uso enquanto instrumento de patrimonialização. Por extensão, o produto enquanto registro também contribui para a historiografia de dois bairros no limiar de drásticas mudanças em suas feições físicas e, conseqüentemente, em suas relações cotidianas.

REFERÊNCIAS

BENJAMIN, Walter. O narrador, considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. *In:* _____ **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura.** Tradução de Sergio P Rouanet. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 197-221.

_____. *Excavation and Memory.* *In:* _____ **Selected Writings: Vol. 2, part 2 (1931–1934).** Tradução de Rodney Livingstone. Edição por Marcus Bullock, Michael W Jennings, Howard Eiland e Gary Smith. Cambridge, Massachusetts: The Belknap Press of Harvard University Press, 2005. p. 576.

CARVALHO, Tuanne. **Um passeio entre Dois Riachos.** 2017. Trabalho de Final de Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Fe-

deral de Alagoas, Maceió, 2017.

CUNHA, Neiva. Memórias, narrativas e identidades sociais: histórias de moradores de favelas da Grande Tijuca, no Rio de Janeiro. *In*: DUARTE, Cristiane; VILLANOVA, Roselyne (Orgs.). **Novos olhares sobre o lugar: ferramentas e métodos, da arquitetura à antropologia**. Rio de Janeiro: Contra Capa. 2013.

KLOKKARI, Irene. **Memories of Famagusta: Recapturing the Image of the City through the Memories of Refugees**. 2016. Dissertação. University of Brighton, Brighton, 2016. Disponível em: https://issuu.com/ireneklokkari/docs/irene_klokkari. Acesso em: nov. 2016.

PESAVENTO, Sandra. Cidade, Espaço E Tempo: Reflexões Sobre A Memória e o Patrimônio Urbano. **Caderno LEPAARQ – Textos de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio**, Pelotas, v. 2, n. 4, ago./dez. 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/lepaarq/article/view/893/873>. Acesso em: jan. 2017.

SETRAND. Portal da Secretaria de Estado de Transporte e Desenvolvimento Urbano de Alagoas. **Duplicação AL 101 Norte**. Disponível em: <http://www.setrand.al.gov.br/acoes>. Acesso em: jun. 2019.

YÁZIGI, Eduardo. **O patrimônio ambiental urbano: uma conceituação ampliada e aperfeiçoada**. *Revista Hospitalidade*, São Paulo, v. IX, n. 1, p. 22 - 51, jun. 2012. Disponível em: <https://www.rev Hosp.org/hospitalidade/article/view/471>. Acesso em: nov. 2018.

Submetido em: 15/05/2019.

Aprovado em: 01/06/2019.



URBANISMO

ASSENTAMENTOS HUMANOS PRECÁRIOS ÀS MARGENS DA LAGOA MUNDAÚ, EM MACEIÓ, ALAGOAS: DA SITUAÇÃO ÀS (RE)AÇÕES DO PODER PÚBLICO NO PERÍODO DE 1988 A 2010

TAINÁ SILVA MELO

Doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Alagoas (PPGAU/UFAL), Professora Efetiva do Instituto Federal de Alagoas - Campus Murici (IFAL).
E-mail: tainamelo.ifal@gmail.com

Posteriormente à implantação da Avenida Senador Rui Palmeira (Dique Estrada), em meados da década de 1980, a estreita faixa de terra entre essa via e a Lagoa Mundaú passou a abrigar assentamentos humanos precários, atraídos pela proximidade a fontes de trabalho e renda. As favelas do Dique-Estrada são os exemplos mais conhecidos dessas ocupações. Entre 1988 e 2010, quatro ações do poder público buscaram a remoção dessas favelas. Este trabalho tem como objetivo descrever essas ações e discutir a localização dos mais pobres na cidade de Maceió. Trata-se de um recorte da dissertação da autora (MELO, 2010) e, apesar de ter se passado quase uma década desde a conclusão desses estudos, os assentamentos humanos precários às margens da Lagoa Mundaú ainda são uma triste realidade no espaço urbano maceioense.

Palavras-chave: Assentamentos humanos precários. Lagoa Mundaú, Maceió - AL. Políticas públicas de habitação.

INTRODUÇÃO

Posteriormente à implantação da Avenida Senador Rui Palmeira (Dique Estrada), em meados da década de 1980, a estreita faixa de terra entre essa via e a Lagoa Mundaú passou a abrigar assentamentos humanos precários, atraídos pela proximidade a fontes de trabalho e renda, como a própria lagoa e o Mercado da Produção, no bairro da Levada. Os assentamentos mais representativos dessas áreas da cidade são as favelas do Dique-Estrada. Ao longo das últimas décadas, existiram diversas ações que objetivaram a remoção dessas ocu-

pações. Este trabalho descreve essas ações e discute a localização da população mais pobre na cidade de Maceió, capital de Alagoas.

Trata-se aqui de um recorte da dissertação da autora, apresentada em abril de 2010, para obtenção do título de mestre em Arquitetura e Urbanismo, com área de concentração em Dinâmicas do Espaço Habitado, na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Alagoas (MELO, 2010).

O presente artigo encontra-se estruturado em quatro sessões: i) a primeira apresenta as principais localizações das moradias dos mais pobres na cidade de Maceió; ii) a segunda sessão descreve as condições de vida da população das favelas do Dique-Estrada; iii) em seguida, são apresentadas as ações do poder público para a população moradora das favelas do Dique-Estrada, no período de 1988 a 2010; e iv) por fim, são apontadas algumas considerações sobre o que foi discutido nesse artigo.

A LOCALIZAÇÃO DOS MAIS POBRES NA CIDADE DE MACEIÓ-AL

O resultado de uma pesquisa socioeconômica realizada em 2001, para a elaboração do Plano Estratégico Municipal para Assentamentos Subnormais (PPM/BID, 2001), demonstrou que naquele ano, 46% da população maceioense residia em assentamentos precários, sendo constatada a existência de 135 assentamentos precários em Maceió. A localização territorial desses assentamentos, da mesma forma em que ocorre nas demais cidades brasileiras, dá-se nos terrenos “desprezados” pelo mercado formal de terras, que correspondem principalmente às áreas ambientalmente frágeis da cidade, quais sejam: as grotas e encostas e as margens da Lagoa Mundaú (Figura 1).

As grotas e encostas são elementos marcantes das características geomorfológicas de Maceió, resultantes das particularidades do relevo dessa cidade, o qual é formado por duas tipologias principais: i) a planície litorânea-lagunar – com altitudes de até 10 m, e ii) o tabuleiro – com altitude de 40 a 80 metros (COSTA; RAMOS, 2004, p. 2). As encostas são formadas na junção da planície com o tabuleiro e as grotas correspondem a diversos vales (inseridos no tabuleiro) dos cursos d’água que correm em direção ao Oceano ou à Lagoa Mundaú.

Às margens da Lagoa Mundaú, por sua vez, localizam-se dez dos cinquenta bairros de Maceió: Rio Novo, Fernão Velho, Bebedouro, Mutange, Bom Parto, Levada, Vergel do Lago, Ponta Grossa, Trapiche da Barra e Pontal da Barra, (Figura 1) e em quase todos eles, próximo, ou mesmo sobre as águas da Lagoa, é possível encontrar ocupações humanas, tanto assentamentos precários quanto estabelecimentos de comércio e lazer.

Os impactos ambientais das ocupações de áreas ambientalmente frágeis podem resultar, infelizmente, em sérios desastres socioespaciais (por exemplo, queda de barreiras com perda de vidas humanas), especialmente em períodos chuvosos. Um estudo publicado em 2005 apontou o número de áreas de risco de escorregamento e de enchentes ou inundações pelo bairro de Maceió (OLIVEIRA, 2005).

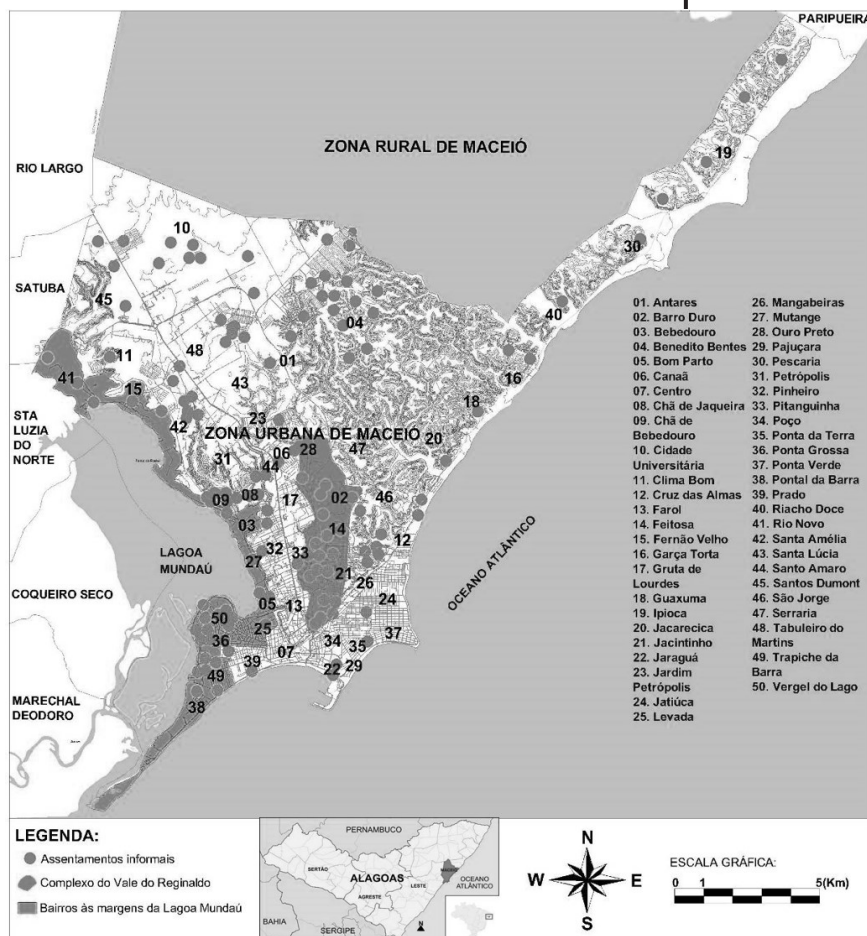
De acordo com esse estudo, é possível encontrar, em Maceió, 55 áreas de risco de escorregamento de barreiras e 36 áreas de risco de inundações. Os bairros de Jacintinho e Feitosa apresentam a maior concentração de áreas de risco de escorregamento – 12 áreas ao todo. E os bairros da margem da Lagoa Mundaú apresentam a maior concentração de áreas de enchente e inundação – 24 áreas ao todo, especialmente Bom Parto e Bebedouro (com sete áreas cada), em seguida, Trapiche e Vergel (com três áreas cada), e por fim, Fernão Velho, Ponta Grossa, Pontal da Barra e Levada (com uma área cada).

Assim, as localizações das moradias dos mais pobres em Maceió representam situações de vulnerabilidade quer seja pela ilegalidade/informalidade das ocupações, quer seja pelos riscos à saúde e à vida de seus habitantes.

AS OCUPAÇÕES HUMANAS ÀS MARGENS DA LAGOA MUNDAÚ: O COMPLEXO DE FAVELAS DO DIQUE ESTRADA

A Lagoa Mundaú tem cerca de 27 km² de área, integra o baixo curso da bacia hidrográfica do Rio Mundaú e compõe o Complexo Estuarino Lagunar Mundaú-Manguaba (CELMM), localizado no litoral médio de Alagoas.

Na zona urbana de Maceió, o contorno original da Lagoa Mundaú foi alterado, por meio de aterros, para se adequar às necessidades urbanas. Os aterros realizados entre o final da década de 1970 e o final da década de 1980,



ampliaram os terrenos disponíveis para ocupação de modo a permitir a construção de conjuntos habitacionais e de vias de transportes e reduzir a área atingida por inundações periódicas.

Atualmente, as áreas às margens da Lagoa Mundaú estão localizadas em dez bairros, conforme dito anteriormente. Em seis dos dez bairros existem ocupações humanas precárias nessas áreas: Bebedouro, Bom Parto, Levada, Vergel do Lago, Ponta Grossa e Trapiche da Barra. Nesses três últimos se localiza o complexo de favelas do Dique-Estrada.

O complexo de “favelas do Dique Estrada” é constituído pelas favelas conhecidas como Muvuca, Torre, Mundaú e Sururu de Capote, localizadas na faixa de terra entre a Avenida Senador Rui Palmeira, mais conhecida como Dique Estrada, e a lagoa Mundaú (Figura 2).

Um diagnóstico, divulgado em abril de 2009 sobre as condições de vida dos menores habitantes da orla lagunar, demonstrou que a população total habitante de três destas favelas (com exceção da Favela da Torre) era formada por 2.466 pessoas, distribuídas em 635 domi-

Figura 1: Localização dos Assentamentos Informais na Cidade de Maceió em 2001.

Fonte: Base Cartográfica PMM; PE-MAS, 2001. Adaptado pela autora.

Figura 2: Localização das Favelas do Dique-Estrada, Maceió, AL. Fonte: Base Cartográfica PMM, adaptado pela autora.



cílios (ALBUQUERQUE; 2009, p.9). Segundo Rodrigues (2008), o número total de famílias das quatro favelas era igual a 1.531. Grande parte dessas famílias havia se instalado na área no final da década de 1980.

As condições de vida da população das favelas do Dique Estrada estavam bastante insalubres, quando o estudo foi realizado, na medida em que a maioria absoluta dos moradores convivia com o esgoto a céu aberto nos espaços de circulação entre os barracos, correndo o risco de ser contaminada por diversas doenças. Para o destino do lixo, havia alguns depósitos (como lixeiras e caçambas) do sistema público de coleta posicionados nos canteiros da Avenida Senador Rui Palmeira, mas alguns moradores também despejavam seus resíduos sólidos na Lagoa Mundaú.

A situação de renda da população da orla lagunar, quando foi realizado o diagnóstico (2009), apresentou-se bastante incipiente, apenas 5% dos responsáveis estavam empregados com carteira assinada. A principal fonte de renda era a pesca artesanal e a venda do marisco conhecido como sururu. Outras fontes de renda consistiam nos programas assistenciais do Governo Federal como o Programa Bolsa Família, que atendia a 43,8% das famílias e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, que atendia apenas três famílias moradoras das favelas da orla lagunar (ALBUQUERQUE, 2009).

Desse modo, a situação de precariedade de vida dessa população era marcada tanto pela falta de infraestrutura e serviços urbanos, quanto pela falta de oportunidades de melhoria das condições de renda. Além disso, as famílias estavam expostas a situações de violência social: tráfico de drogas e prostituição infantil.

Por sua vez, a relação dos assentamentos com a lagoa ocorria ao mesmo tempo em formas de dependência e degradação. A dependência decorria do fato de a lagoa ser o depósito de uma das principais fontes de renda da população – a pesca do sururu – enquanto a degradação decorria da deficiência dos sistemas de saneamento básico.

AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS OCUPAÇÕES ÀS MARGENS DA LAGOA MUNDAÚ, NO PERÍODO DE 1988 A 2010

As principais ações do poder público com relação às favelas do Dique Estrada foram sobretudo tentativas de remoções. No período de que trata esse trabalho, 1988 a 2010, foram realizadas quatro mobilizações que resultaram em novos conjuntos habitacionais.

A primeira mobilização do poder público foi motivada por grandes enchentes e quedas de barreiras causadas por fortes chuvas que assolaram o estado de Alagoas em meados de 1980, que deixaram diversas famílias da capital desabrigadas. Diante dessas circunstâncias, o então Governador do Estado – Fernando Collor de Mello – elaborou um projeto de construção de dois conjuntos residenciais “de caráter emergencial”, em duas grandes áreas planas da planície lagunar: **os conjuntos Virgem dos Pobres I** (no bairro de Vergel do Lago) e **II** (no bairro de Trapiche da Barra), somando um total de 2.300 casas (Figura 3). Esses conjuntos foram construídos através do programa PROMORAR, no mesmo ano, em regime de mutirão, no qual o governo cederia o material e o terreno e os próprios moradores seriam a mão de obra (ANDRÉ; LOPES, 1999, p.27. BRANCO, 2006, p.54).

No entanto, as unidades habitacionais desses conjuntos não obedeceram aos mínimos padrões urbanísticos e, tendo em vista a rapidez com que foi executado (seis semanas), não possuía nenhum sistema de infraestrutura básica, especialmente de esgotamento sanitário. Além disso, os conjuntos não receberam

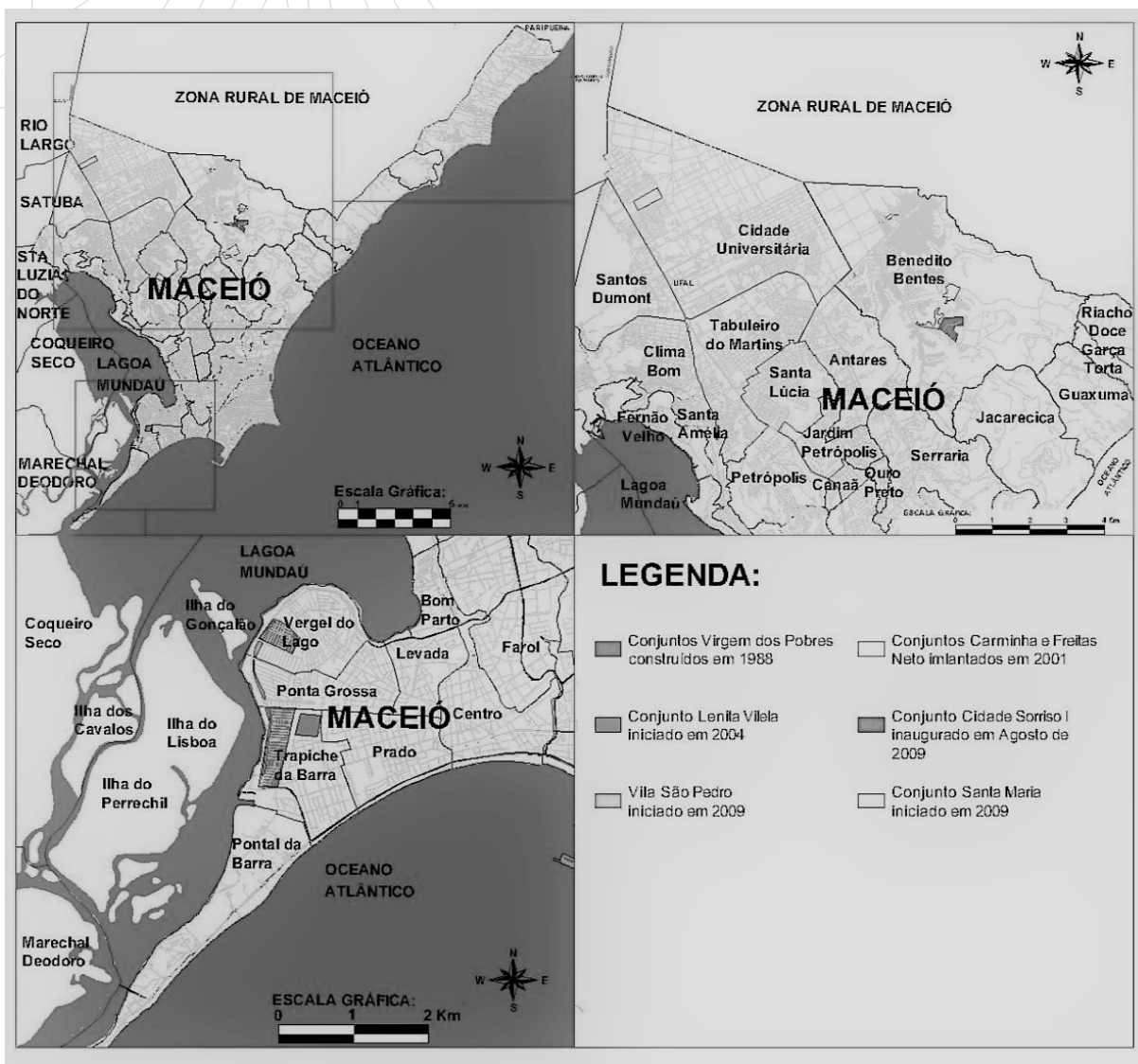


Figura 3: Conjuntos Implantados para remoção das Favelas do Dique-Estrada.

Fonte: Base Cartográfica PMM, modificado pela autora.

a aprovação da Prefeitura Municipal, nem foram registrados em Cartório, apesar de terem sido implementados pelo próprio poder público.

Paralelamente à construção desses conjuntos, estava previsto um projeto paisagístico para as áreas às margens da Lagoa Mundaú, que, por sua vez, seriam consideradas as áreas verdes do conjunto (ANDRÉ; LOPES, 1999, p.32). Porém, esses projetos não foram executados, de modo que, após a implantação dos conjuntos, muitas das famílias retornaram às margens da lagoa e outras mais se juntaram a elas.

A segunda mobilização do poder público para a remoção das favelas do Dique Estrada partiu da Prefeitura Municipal de Maceió, cerca de dez anos depois da primeira, em 1998. Desta vez, foi elaborada uma proposta de transfe-

rência dos moradores desses assentamentos para um loteamento que seria implantado no bairro Benedito Bentes, distante cerca de 20 km dos locais de emprego e renda da população habitante às margens da Lagoa Mundaú. De acordo com André e Lopes (1999, p.104), a proposta da prefeitura era ceder lotes de dimensões 8,0 x 20,0 m para 1.700 famílias, com os sistemas de infraestrutura urbana (abastecimento de água, energia elétrica e transporte) pré-instalados, cabendo às famílias a construção das habitações. Todavia, essa mobilização não chegou a ser efetuada.

Em agosto de 2000, entretanto, ocorreram novas enchentes nas áreas às margens da lagoa, quando as águas subiram mais de 1,5 m acima da linha d'água normal, deixando novamente muitas famílias desabrigadas. (VASCONCELOS, 2006, p.40). Dessa vez, a população desalojada foi transferida para uma creche no Vale

do Reginaldo, área central da cidade, cerca de 7 km distante dali. No ano seguinte (2001), foram implantados os conjuntos **Carminha e Freitas Neto**, no bairro Benedito Bentes (Figura 3) para abrigar essas e mais algumas famílias provenientes de outros assentamentos (como a Vila de Pescadores do Jaraguá).

No início de 2003, foi publicada uma reportagem na Gazeta de Alagoas sobre os conflitos relativos ao Conjunto Freitas Neto demonstrando que, segundo os próprios moradores, os sistemas de transporte e coleta de lixo não satisfaziam às necessidades da população. As queixas dos moradores também decorriam da falta de equipamentos públicos de segurança, saúde e educação, além das dificuldades de emprego e renda, tendo em vista a distância dos centros de trabalho (EXCLUSÃO, 2003).

Até o final de 2004, haviam sido transferidas para esses conjuntos cerca de 300 famílias somente das favelas do Dique Estrada (CEM, 2004). De acordo com dados da Secretaria Municipal de Habitação Popular e Saneamento (SMHPS, 2009), os conjuntos Freitas Neto e Carminha foram finalizados em 2004, sendo o primeiro com um total de 741 unidades habitacionais e o segundo com 1.003 unidades. Ambos foram aprovados pelo órgão municipal responsável pelo controle urbano, a então Superintendência Municipal de Controle e Convívio Urbano (SMCCU)¹. Diante das dificuldades apontadas, muitas famílias retornaram aos locais de moradia anteriores.

Paralelamente à implantação dos conjuntos Carminha e Freitas Neto, entre os anos 2000 e 2006, ocorreu um processo de implementação do "Projeto de Requalificação da Orla do Dique Estrada", elaborado através da parceria dos governos estadual e municipal. O objetivo principal desse projeto era transformar a orla lagunar em um novo ponto de turismo e lazer para a cidade de Maceió. Nesse sentido, o plano de atividades abrangia a construção de um complexo turístico com lojas e restaurantes, de um terminal hidroviário e de um museu natural integrado a uma área de pesquisa científica (BRANCO, 2006, p.62; PERIFERIA, 2003).

Para atingir esse objetivo, uma das propostas desse projeto consistiu na transferência das cerca de 1.600 famílias que ocupavam as áreas

às margens da Lagoa Mundaú (terceira mobilização). Dessas famílias, 350 (que segundo os responsáveis pelo projeto, eram aquelas que dependiam diretamente da pesca) seriam relocadas para o **Conjunto Lenita Vilela**, localizado no bairro do Trapiche da Barra. (Figura 3). De acordo com uma reportagem da Gazeta de Alagoas (PERIFERIA, 2003), as demais famílias seriam transferidas para um terreno localizado na parte alta da cidade, cedido pela Prefeitura Municipal, e receberiam um "kit habitação" - ou seja, o material necessário para a construção das casas, do governo do Estado. As habitações seriam edificadas em regime de mutirão.

Em setembro de 2003, 37 famílias foram removidas da favela do Dique Estrada, das quais: dez dependiam diretamente da pesca e foram encaminhadas para casas de aluguel pago pela prefeitura, localizadas no bairro do Trapiche da Barra, até que o Conjunto Lenita Vilela estivesse concluído; 16 receberiam indenizações pelas habitações em que moravam (com valores que variavam entre R\$500,00 e R\$1.500,00); e 11 foram removidas para casa de familiares (ALMEIDA, 2003).

O projeto de urbanização da orla do Dique Estrada não foi concluído de fato, sendo apenas implementada uma parte do projeto original: foram construídas edificações padronizadas para o material de trabalho dos pescadores; uma capela; além da melhoria das calçadas, ciclovia e canteiros.

Quanto ao Conjunto Lenita Vilela, conforme afirmam Lopes e Junqueira (2005, p.62), sua construção foi iniciada em 2004 e "foram construídas 350 casas embrião (quarto, sala, cozinha e banheiro) e respectiva infraestrutura. As obras encontram-se inacabadas e já com problemas graves de drenagem, em função da cota das ruas ser superior às das soleiras das casas". De fato, mais de 1.000 famílias permaneceram habitando as áreas do Dique Estrada às margens da Lagoa Mundaú.

Em 2009, foi realizada a última mobilização (quarta) de transferência da população das favelas do Dique Estrada do período definido por este estudo (1988-2010), a qual fez parte de uma das ações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) na cidade de Maceió – Urbanização Integrada da Orla Lagunar. Para

¹ Atualmente faz parte da Secretaria de Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente.

este processo foram construídos dois conjuntos habitacionais: **Vila São Pedro** (nas áreas vazias dos bairros Vergel do Lago, Trapiche da Barra e Ponta Grossa) e **Conjunto Santa Maria** (no terreno onde se localizava a Cidade de Lona, no bairro Cidade Universitária). (Figura 3). Esses dois conjuntos são empreendidos pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Estado de Infraestrutura (SEINFRA).

De acordo com esse projeto, 1.181 das 1.531 famílias seriam removidas para estes conjuntos: 360 cadastradas como famílias de pescadores e marisqueiros – e, por isso, permaneceriam nos bairros próximos à ocupação original (Conjunto Vila São Pedro); e 821 famílias iriam para o Conjunto Santa Maria (a mais de 20 km de distância da ocupação original).

Quanto às demais famílias, em junho de 2009, cerca de 200 foram “contempladas” com habitações no **Conjunto Cidade Sorriso I**, que se localiza no bairro Benedito Bentes, e foi implementado pela Prefeitura Municipal através do Programa de Subsídio à Habitação (PSH), porém o objetivo era transferir todas as demais 450 famílias para esse conjunto, de modo a extinguir todas as habitações existentes nas favelas do Dique Estrada (ALAGOAS, 2008; PENHA, 2009; PENHA, 2009; PREFEITURA, 2009).

Tendo em vista as experiências anteriores de transferência de população para locais distantes das moradias originais e/ou, pior ainda, distante das oportunidades de emprego e renda, é quase certo que muitas das famílias “passarão a casa”. Esse processo de venda ou troca da residência recebida “de graça” do governo é muito criticado pela maior parte da população. Porém não adianta determinar a essas pessoas um lugar onde morar, sem dar condições para que elas consigam manter a moradia. A falta de políticas complementares à cessão da moradia, como por exemplo, políticas de geração de emprego e renda e/ou de redução (ou isenção) de taxas como IPTU, contas de água, luz, etc., pode levar muitas das famílias a voltar à situação de informalidade. Em agosto de 2009, apenas três meses após a inauguração do Conjunto Cidade Sorriso I, já havia em torno de 15 denúncias de negociação das residências recebidas (RODRIGUES; TENÓRIO, 2009).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo teve como objetivo discutir

Nesse sentido, a questão da integração social dos favelados não pode ser pensada fora do quadro de referência das perspectivas do modelo de desenvolvimento econômico, da estruturação do mercado de trabalho e do padrão de redistribuição de renda, sendo menos importantes as possibilidades de impactos positivos das melhorias habitacionais para a redução da pobreza e da integração social (CARDOSO, 2007, p.11).

a localização da moradia dos mais pobres na cidade de Maceió, a partir do caso das favelas do Dique Estrada, descrevendo a situação de vida de seus moradores, assim como as ações do poder público para essas favelas.

A análise das condições de vida do complexo de favelas do Dique Estrada explicitou a “desordem” socioambiental das formas de organização territorial dos mais pobres na cidade de Maceió e, mais amplamente, nos espaços urbanos brasileiros. Essa “desordem” é representada por três aspectos da vida dos moradores de área ambientalmente frágeis: insalubridade, vulnerabilidade social e situação de risco.

Dado que a ocupação de áreas ambientalmente frágeis representa uma das poucas alternativas de moradia para a população de baixa renda nas cidades brasileiras, a questão ambiental urbana brasileira - a precariedade de vida de grande parte da população - não pode ser dissociada da questão da moradia - a dificuldade de acesso dos mais pobres aos benefícios da cidade. O estudo de caso aqui demonstrado pode contribuir para a construção de um quadro mais completo da questão urbano-ambiental do país e das ações do poder público para essas situações.

As (re)ações do poder público para a população das favelas do Dique Estrada não representaram de fato uma busca por melhoria das condições de vida daquela população, pois necessitariam de políticas complementares como, por exemplo, de geração de emprego e renda, de redução ou isenção de taxas de serviço público (água, luz, IPTU), e sim uma tentativa de resolver superficialmente apenas a questão da situação de risco (ou para tornar a pobreza menos visível aos olhos da população em geral). Em muitos casos, sem condição de se manter no novo local de moradia, a população retorna à situação de vida anterior.

Passados quase dez anos após a conclusão desses estudos, os assentamentos precários na faixa de terra entre a Lagoa Mundaú e a Avenida Senador Rui Palmeira são visualmente maiores do que nos anos relatados aqui. Mais uma vez, o poder público municipal apresenta em 2017, um “novo” projeto de reassentamento da população dessa área, denominado “Projeto Maceió de Frente para a Lagoa”, o qual prever o deslocamento de 1.776 famílias (245 famílias a mais do que há dez anos) para um novo conjunto residencial denominado “Vilas do Mundaú”, que será construído em uma área próxima ao local, semelhantemente ao Vila São Pedro (MUNICÍPIO, 2019).

REFERÊNCIAS

ALAGOAS, DIÁRIO OFICIAL. **Governo do Estado vai reurbanizar orla lagunar com recursos do PAC**. Maceió, 01 jul. 2008. Disponível em: <http://www.agenciaalagoas.al.gov.br>. Acesso em: maio 2009.

ALBUQUERQUE, Maria de Fátima Machado. (Org). **Diagnóstico das condições de vida e risco social dos menores residentes na orla lagunar de Maceió**: Relatório da Pesquisa de campo realizada no período compreendido entre novembro de 2008 e abril de 2009. 47 folhas Maceió: Universidade Federal de Alagoas, 2009.

ALMEIDA, Fátima. Prefeitura inicia retirada de famílias do Dique Estrada. **Gazeta de Alagoas**. Maceió, 25 set. 2003. Cidades. Disponível em: <http://www.gazetaweb.com>. Acesso em: out. 2009.

ANDRÉ, Ricardo; LOPES, Edson. **Análise do Processo de Transferência das Favelas do Dique Estrada, Proposta pela Prefeitura de Maceió**. 1999. 175 folhas. Trabalho Final de Graduação (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 1999.

BRANCO, Noeme Amaral Franco Lima Castello. **O Dique Estrada em pleno século XX: Poesia e miséria**. 2006. Trabalho Final de Graduação (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2006.

CARDOSO, Adauto Lúcio. Urbanização de favelas no Brasil: revendo a experiência e pensando o desafio. *In*: XII ENCONTRO DA AS-

SOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL. 2007, Belém. **Anais [...]**. Belém: ANPUR, 2007.

CEM famílias vão para o Carminha e o Freitas Neto. **Gazeta de Alagoas**. Maceió, 16 dez. 2004. Cidades. Disponível em: <http://www.gazetaweb.com.br>. Acesso em: out. 2009.

COSTA, J. de A; RAMOS, V. A. O Espaço Urbano de Maceió: ambiente físico e organização socioeconômica. *In*: ARAUJO, Lindemberg Medeiros de. (org.) **Geografia: espaço tempo e planejamento**. Maceió: EDUFAL, 2004. p. 191-205.

EXCLUSÃO: drama no Conjunto Freitas Neto. **Gazeta de Alagoas**. Maceió, 12 jan. 2009. Cidades. Disponível em: <http://www.gazetaweb.com>. Acesso em: out. 2009.

MACEIÓ, Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Habitação Popular e Saneamento (SMHPS). **Plano Estratégico Municipal para Assentamentos Subnormais** – Programa Habitar Brasil BID – Subprograma de Desenvolvimento Institucional dos Municípios. Maceió, 2001. 80 p.

MACEIÓ, Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Habitação Popular e Saneamento (SMHPS). **Programa de regularização fundiária do conjunto residencial Joaquim Leão – Vergel do Lago, Maceió-AL**. metodologia finalíssima 2.doc. 56 p. Maceió, mar. 2006. Arquivo (1.294 kb); Microsoft Word.

MARQUES, R. C. C. ; NORMANDE, E. ; LEMOS, R. P. L. ; RODRIGUES, M. N. . **Mapa Ambiental do Complexo Estuarino-Lagunar Mundaú Manguaba**. 1999.

MELO, Tainá Silva. **A localização dos pobres nas cidades brasileiras: um estudo sobre a situação dos assentamentos humanos às margens da Lagoa Mundaú em Maceió, Alagoas**. 2010. 196 folhas. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas, 2010.

MUNICÍPIO vai tirar 1776 famílias das margens da lagoa; conheça projeto Vilas do Mundaú. **TNH1**, Maceió, 26 jan. 2019. Disponível em: <http://www.tnh1.com.br>. Acesso em: jun. 2019.

OLIVEIRA, José Clênio Ferreira de. **Biometeorologia**: Estudo de casos em Maceió, Alagoas. Maceió: Fundação Manuel Lisboa, 2005.

PENHA, Ricardo. Prefeito entrega 1.480 casas populares no Benedito Bentes. **Portal da Cidade de Maceió**, Maceió, 20 maio 2009. Notícias. Disponível em: <http://www.maceio.al.gov.br>. Acesso em: maio 2009.

_____. Prefeitura transfere mais 120 famílias para o Cidade Sorriso. **Portal da Cidade de Maceió**, Maceió, 30 jun. 2009. Notícias. Disponível em: <http://www.maceio.al.gov.br>. Acesso em: jul. 2009.

PERIFERIA receberá investimentos de R\$ 10 milhões. **Gazeta de Alagoas**, Maceió, 07 ago. 2003. Cidades. Disponível em: <http://www.gazetaweb.com>. Acesso em: out. 2009.

PREFEITURA inaugura Conjunto Cidade Sorriso. **Gazetaweb.com**, Maceió, 19 maio 2009. Últimas notícias. Disponível em: <http://www.gazetaweb.com>. Acesso em: maio 2009.

RODRIGUES, Elaine; TENÓRIO, Sidney. Secretário entrega apartamentos na orla e anuncia punições a quem negociar moradias. **Tudo na Hora**, Maceió, 18 ago. 2009. Disponível em: <http://www.tudonahora.com.br>. Acesso em: ago. 2009.

VASCONCELOS, Nilson de Albuquerque. **Proposta de construção de abrigos provisórios para as vítimas de desastres na cidade de Maceió-AL**. 2006. 86 folhas. Monografia (Pós-Graduação *lato sensu* em Planejamento e Gestão de Defesa Civil) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

Submetido em: 28/04/2019.

Aprovado em: 21/05/2019.

AS MULHERES OCUPAM A CIDADE? UM OLHAR FEMINISTA E INTERSECCIONAL SOBRE A EXPERIÊNCIA URBANA FEMININA NO BAIRRO DA JATIÚCA – MACEIÓ/AL¹

JÚLIA DE FREITAS CORREIA LYRA

Graduada em Arquitetura e Urbanismo na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Alagoas (FAU-UFAL), Mestranda em Ordenamento do Território e Urbanismo (IGOT-Universidade de Lisboa).
E-mail: julialyra@campus.ul.pt

Partindo do pressuposto de que a cidade não apenas evidencia, mas também reproduz as desigualdades, o artigo busca relacionar a construção social do papel da mulher com sua experiência no espaço urbano, ao analisar como as questões de gênero se materializam territorialmente. Por meio de um olhar interseccional, a análise – baseada em metodologias de escuta anônima e não-anônima – incide precisamente nos conflitos que vulnerabilizam as mulheres nos espaços públicos, demonstrando que as vivências femininas são distintas não somente dos homens, mas diferenciam-se também entre as múltiplas mulheres. A partir dos resultados obtidos, foi possível identificar espaços e as características desses que geram medo e insegurança, a fim de esboçar caminhos para (re)pensar a cidade sob uma perspectiva feminista.

Palavras-chave: Espaços públicos. Planejamento urbano. Gênero. Insegurança. Medo.

INTRODUÇÃO

A cidade – entendida não apenas como reflexo das relações sociais, mas também como um organismo essencial para a manutenção

das desigualdades do sistema capitalista² – é estruturada com base numa lógica patriarcal³ que reservou à mulher uma posição de subalternidade e exclusão. O orquestrado distanciamento da figura feminina do pensar e fazer o urbano produziu – e tem produzido – espaços masculinizados e dicotômicos, rigidamente fragmentados entre esfera pública e privada, materializando uma segregação de gênero que não somente se manifesta na cidade, como a define.

Em contraposição a tal dualidade, experiências feministas demonstram sucessivas tentativas de associar as reivindicações feministas ao estudo territorial. Nesse sentido, Taciana Gouveia pontua que:

Falar das desigualdades não é apenas tratar do problema do ponto de vista do acesso desigual aos espaços e processos das cidades é, acima de tudo, reconhecer que as desigualdades entre mulheres e homens não atravessam a produção e reprodução das cidades, mas são, por princípio, elementos constituintes das mesmas. Esta é uma distinção importante, na medida em que se atuamos apenas no plano das desigualdades de enquanto acesso estaremos trabalhando os impactos da estrutura na vida das mulheres - o que é importante, mas não o suficiente - que ao assumirmos as desigualdades de gênero como estruturadoras e dinamizadoras das cidades estaremos enfrentando a questão do poder e consequentemente dos privilégios que os homens têm com a conservação desta estrutura (GOUVEIA, 2005, p. 1).

Ao partir da ideia de que os alicerces das cidades são as relações de poder⁴ e baseado na compreensão do espaço urbano enquanto elemento atuante no ordenamento das relações humanas, o artigo busca demonstrar

¹Fundamentado no Trabalho Final de Graduação "(Im)permanências e (in)seguranças da mulher na cidade: Pensando os espaços públicos a partir de uma perspectiva feminista no bairro da Jatiúca – Maceió/AL", orientado pela Prof. Dr. Juliana Michaello Macêdo Dias e defendido em 2018 na Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal de Alagoas. Disponível em: https://issuu.com/julialyra0/docs/tfg_-_imperman_ncias_e_inseguran_as. Acesso em: 01 jun. 2019.

²Segundo Silvia Federici (2017, p. 37), "o capitalismo, enquanto sistema econômico-social, está necessariamente ligado ao racismo e ao sexismo (...) difamando a 'natureza' daqueles a quem explora: mulheres, sujeitos coloniais, descendentes de escravos africanos, imigrantes deslocados pela globalização".

³Patriarcado pode ser definido como a organização social que hierarquiza homens em relação às mulheres, marcando a primazia masculina (SAFFIOTI, 2015, p. 145).

⁴Isabela Peccini (2016) afirma que "aprofundar o entendimento da cidade e suas lógicas de produção e reprodução é essencial para que se entenda como a mulher vive esse espaço, assim como de que forma as diversas relações de poder se dão e influenciam sua organização" (PECCINI, 2016, p. 42).

como o papel social historicamente atribuído à mulher representou consequências em sua experiência urbana, marcada pela vulnerabilidade, medo, controle e sua conseqüente (im) permanência nos espaços públicos. Nesse sentido, para verificar os conflitos e barreiras que as mulheres enfrentam no âmbito urbano, o estudo centra na análise dos sentimentos, dos comportamentos e das experiências urbanas femininas e pretende não apenas distingui-las da vivência masculina, como reconhecer a multiplicidade de experiências compreendidas no termo mulher(es). Para tal, a discussão direciona o olhar ao contexto maceioense, na medida em que compreende o recorte específico⁵ das mulheres ocidentais, brasileiras, contemporâneas, alagoanas, usuárias do bairro da Jatiúca, em Maceió – Alagoas.

O debate apresentado é fruto do Trabalho Final de Graduação, intitulado “(Im)permanências e (in)seguranças da mulher na cidade: Pensando os espaços públicos a partir de uma perspectiva feminista no bairro da Jatiúca – Maceió/AL”, que por meio da realização de intervenções urbanas, questionários e mapeamentos destinados à coleta de narrativas anônimas e não-anônimas, buscou responder: i) quais são os espaços de medo que não são vivenciados plenamente pela mulher; ii) quais são os tipos de espaços que inibem a sua permanência; e iii) quais os conflitos e barreiras que vivenciam nos espaços públicos. Dentre as conclusões da pesquisa, resultantes da apreensão da subjetividade da experiência feminina presente nos relatos e do apanhado teórico do trabalho, merecem destaque: i) o obstáculo da vulnerabilidade na coleta de relatos sobre medo e violência, demonstrando a importância dos mecanismos de escuta anônima (e coletiva); ii) a disparidade das experiências entre as próprias mulheres, resultante de diferentes formas de dominação e opressão de seus corpos – demonstrando a importância de incluir o debate sobre interseccionalidade⁶; iii) a identificação

de medos, espaços, formas de deslocamento e ocupação distintamente segregados e/ou hierarquizados para homens e mulheres; e iv) a adoção de comportamentos específicos e estratégias de sobrevivência como mecanismos de defesa na utilização dos espaços públicos.

Com essas questões em mente, e a partir da compreensão que estes diferentes vieses explicitam o comportamento controlado do corpo feminino enquanto sujeito público, torna-se pertinente e fundamental repensar a cidade, o planejamento e o desenho urbano a partir de uma perspectiva feminista.

O contexto de crise – e, por que não?, reinvenção – que nossas cidades estão atravessando sinaliza a necessidade de novas maneiras de se pensar o planejamento e a gestão urbana (...). Como falar em combate à violência doméstica ou às desigualdades salariais entre homens e mulheres sem levar em conta que o meio urbano é cenário desses conflitos? Com mais de 80% da população brasileira vivendo em cidades, é evidente que o espaço construído exerce influência fundamental na manutenção ou superação de tal assimetria na relação entre homens e mulheres – e que muito pode se avançar ao se abordar a questão a partir da perspectiva do planejamento e desenho urbanos (HARKOT, 2015).

CONSTRUÇÃO URBANA ENQUANTO CONSTRUÇÃO SOCIAL

Para iniciar o debate, cabe elucidar que o espaço urbano não é neutro. Nas palavras de Isabela Peccini, a “produção desse espaço não se dá de forma imparcial, ou seja, se dá pelos olhos e mãos do patriarcado e do Capital e pode funcionar, portanto, como agente de manutenção das desigualdades frutos destes

⁵ A contextualização histórica e social em que se insere a mulher varia de acordo com o tempo e espaço. Quando refere-se aqui a essa(s) mulher(es) específica(s), não há a intenção de reduzi-la(s) a uma generalização, mas reconhecer também que existe uma série de nuances dentro desse próprio contexto que diferencia as mulheres negras das brancas, as ricas das pobres, as cis das trans, etc. No Brasil, segundo dados do Mapa de Violência de 2019 realizado pelo IPEA (2018), ocorrem em média 13 homicídios de mulheres por dia, sendo 66% das vítimas mulheres negras. Ao analisar, ainda, que as taxas de homicídios de mulheres por 100 mil habitantes, verifica-se que os números de Alagoas (6,4) são superiores à média nacional (4,7), ficando evidenciada também uma desigualdade nos resultados apurados: enquanto a taxa de homicídio de mulheres negras é de 7,9, a de mulheres não negras é de 0,2, demonstrando sobretudo a disparidade racial no Estado.

⁶ O conceito de interseccionalidade, definido por Kimberlé Crenshaw no ano de 1991 em seu artigo “*Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics and Violence Against Women of Color*” (ou em português “Mapeando as margens: interseccionalidade, política de identidade e violência contra mulheres não-brancas”), busca debater de que forma a multidimensionalidade das opressões se combinam e entrecruzam, excluindo a ideia da quantificação e mensuração das variáveis opressoras e compreendendo como tais sistemas se relacionam, modificam-se e geram situações complexas e particulares.

sistemas” (PECCINI, 2016, p. 17). Ainda segundo a autora,

Através da fixação das populações em um território como lugar de moradia e trabalho e a conseqüente produção de excedentes, se desencadeia uma série de outras necessidades como a de gestão, organização das relações, memorização e registro. Estes espaços e estas relações se constroem e se influenciam sem início e fim, sempre indo e voltando, concretizando de forma abstrata e espacial diversas relações de poder e trabalho (PECCINI, 2016, p. 42).

De forma semelhante, Lefebvre assinala que “a cidade e o urbano não podem ser compreendidos sem as instituições oriundas das relações de classe e propriedade” (LEFEBVRE, 1991 *apud* GONZAGA, 2011, p. 83). Considerando a urbanização como um fenômeno de classe (VIANNA, 2014, p. 13), pode-se presumir a existência de determinados sujeitos detentores do poder e dos meios de produção que, para garantir a manutenção de sua posição social, devem exercer o controle e tornar outros sujeitos submissos. Pode-se, ainda, correlacionar tal argumento com a constatação Lefebvriana que a primeira opressão de classe foi a “dominação da mulher pelo homem, que, para garantir a propriedade em geral, primeiro transformou-a em propriedade, e, depois, os filhos e escravos” (LEFEBVRE, 1991 *apud* GONZAGA, 2011, p. 83), indicando simultaneamente quem são essas figuras excluídas e quais as intenções omissas na construção de sua exploração.

PROPRIEDADE PRIVADA, TRABALHO, RELIGIÃO E ESTADO NA CONSTRUÇÃO DO PAPEL SOCIAL DA MULHER

Como visto acima, a sustentação da primazia masculina prevê indissociavelmente a submissão feminina. Pode-se citar, dentre outras diversas, três importantes estratégias de dominação que promovem a manutenção de seus privilégios: i) o argumento da diferenciação biológica entre homens e mulheres, sen-

do essas figuras fragilizadas, desprovidas de força física⁷; ii) o uso da violência e do medo contra a mulher, colocando-a em uma posição de vulnerabilidade; e iii) o controle de sua autonomia financeira. Tais estratégias apresentadas resultam, por ora se pode apurar, da movimentação de um conjunto de atores e ações, dos quais serão elencados três, considerados à grosso modo os principais instrumentos de exploração da mulher.

Em primeiro lugar, o surgimento da propriedade privada. Como conseqüência do desenvolvimento do comércio e do Estado e a ascendente necessidade de acumulação de bens, o homem transformava a mulher em sua primeira escrava, ao promover a supressão de sua liberdade sexual e de sua função de trabalho na comunidade (ALAMBERT, 1997, p. 26), justificada pela precisão do reconhecimento da paternidade para sucessão de herança. Naquele momento, não apenas concentra-se o monopólio de terras - e, portanto, do capital - nas mãos dos homens, mas atribuí-se ao seu trabalho uma maior importância e “o trabalho da mulher passa a ser desprezado. Em conseqüência, o lugar principal dos clãs passou a ser ocupado pelos homens” (ALAMBERT, 1997), inicia-se, então, o sistema patriarcal.

As resultantes apontam para o segundo ponto: a hierarquização do trabalho, que dividiu-se em reprodutivo – não remunerado, o qual eram designadas as atividades de cuidados com o lar e dos indivíduos que o habitavam – e produtivo – gerador de mais-valia e, conseqüentemente, remunerado, o qual foi atribuído maior importância e valor. Assim, tal fato é análogo ao que Vianna assegura em seu discurso:

[...] O primeiro não é valorizado pela sociedade, em primeiro lugar porque não é enxergado enquanto trabalho, e sim como algo que a mulher/esposa/mãe faz por amor e dedicação a sua família, e em segundo lugar pois não é remunerado. Essa hierarquização torna o trabalho doméstico feminino completamente invisibilizado (VIANNA, 2014, p. 23-24).

⁷ É fundamental frisar que tais estereótipos não aplicaram-se às escravas negras, considerando que elas, “enquanto trabalhadoras, não podiam ser tratadas como o ‘sexo frágil’ ou ‘donas de casa’” (DAVIS, 2016, p. 20). A autora complementa que “a postura dos senhores em relação às escravas era regida pela conveniência: quando era lucrativo explorá-las como se fossem homens, eram vistas como desprovidas de gênero; mas, quando podiam ser exploradas, punidas e reprimidas de modos cabíveis apenas às mulheres, elas eram reduzidas exclusivamente à sua condição de fêmeas” (DAVIS, 2016, p. 19). Essa constatação é fundamental na medida em que indica o princípio da estereotipação da mulher negra como uma figura forte e agressiva em oposição ao imaginário fragilizado e sensível das mulheres brancas – ainda que ambos tenham seu papel na estrutura patriarcal.

Tal separação, denominada “divisão sexual do trabalho”, promoveu a desagregação entre “economia doméstica e economia pública” (DAVIS, 2016, p. 25), e reforçou a dicotomia mulher/privado x homem/público através da transferência da responsabilidade da casa e dos filhos unicamente à mulher. A dominação masculina fica ainda mais evidente porque mesmo após a inserção massiva da mulher – ou melhor, que mulher?⁸ – no mercado de trabalho permanecem atribuídas a elas todas as funções domésticas, entretanto, essas estão mais ocultas e desvalorizadas. A lógica urbana e os espaços públicos não são readequados para recebê-las (GONZAGA, 2011, p. 47), sobrecarregando-as simultaneamente em duplas ou triplas jornadas de trabalho e sujeitando-as a empregos com baixos salários e pouca valorização profissional. Assim, “cria-se uma base dual para a família: o homem provedor e a mulher na função de dona-de-casa e mãe, e mesmo que ela trabalhe, sua renda será vista como simplesmente complementar à do homem” (VIANNA, 2014, p. 24).

Novamente sob o disfarce da diferenciação biológica, duas importantes instituições de poder não somente ocultam a produção da força de trabalho feminina, como promovem o controle dos seus corpos e da sexualidade, assim como fez o homem. E a mulher torna-se escrava de novos senhores: o Estado e a religião, o terceiro e último ponto aqui elencado. Nesse sentido, Federici cita que:

Na sociedade capitalista, o corpo é para as mulheres o que a fábrica é para os homens trabalhadores assalariados: o principal terreno de sua exploração e resistência, na mesma medida em que o corpo feminino foi apropriado pelo Estado e pelos homens, forçado a funcionar como um meio para a reprodução e a acumulação de trabalho (FEDERICI, 2017, p. 34).

A “revolução moral” cristã traz consigo princípios e costumes que, em associação com o Estado, moldam e exaltam a mulher “ideal”. Entretanto, sua postura pautada pela dualidade, “oscilava entre Eva e Maria. De um lado,

promovia a mulher, de outro, mantinha sua submissão secular, que ela acreditava estar de acordo com a ordem das coisas” (ALAMBERT, 1997, p. 31). Em outras palavras, promovia a divinização da mulher ao passo que também exercia o controle e dominação de seus corpos públicos⁹.

Um importante exemplo do papel das instituições de poder na posição social da mulher foi o genocídio do caça às bruxas, “(...) fundamental para a constituição do sistema capitalista que necessitava estabelecer o controle sobre os corpos e a capacidade reprodutiva das mulheres, sobre os seus saberes e sua força de trabalho (...)” (SILVA, FARIA, PIMENTA, 2017, p. 4). O acontecimento, que proliferou o terror à “feitiçaria” feminina, proibiu o acesso das moças à universidade – transferindo sua educação para o convento – legislou sobre a incapacidade jurídica da mulher e expulsou-as de suas profissões liberais (ALAMBERT, 1997, p. 44).

É especialmente nestes contextos áperos que torna-se ainda mais pertinente aproximar o debate feminista da perspectiva territorial, não somente porque suas pautas desencadearam uma série de lutas por direitos que se manifestaram na cidade, como também suas reivindicações a modificaram. A compreensão de que “as tarefas produtivas e reprodutivas não deveriam estar fragmentadas no espaço urbano, assim como não deveriam estar segregados os sujeitos” (SILVA; FARIA, PIMENTA, 2017, p. 15) tem centralizado a pauta que critica a dualidade entre o público e o privado, levando em consideração:

[...] os diversos deslocamentos que as mulheres fazem no espaço urbano e a sua relação com a divisão sexual do trabalho. Ter uma dupla jornada de trabalho significa se deslocar para o emprego formal e remunerado e ainda levar filhos à escola, acompanhar doentes ao hospital, pessoas dependentes em suas necessidades, o que requer múltiplos deslocamentos pela cidade. Nesse sentido, a divisão entre áreas residenciais e o centro, que normalmente concentra os serviços e atividades produtivas,

⁸ Angela Davis (2016) apresenta em seu livro o estudo de W. E. B. Du Bois (1920) no qual demonstra que “proporcionalmente, as mulheres negras sempre trabalharam mais fora de casa do que suas irmãs brancas” (DU BOIS, 1920). Assim sendo, não somente exerceram as funções de forma mais precoce, como também estiveram mais presentes nos espaços públicos.

⁹ Narrar o corpo da mulher pública enquanto domínio público significa assumir a gravidade da constante invasão de seu espaço privado, apropriado na forma de assédios, estupros e olhares.

marca das cidades modernistas, onera o cotidiano das mulheres. Tal modelo de cidade reflete um padrão dicotômico entre espaço público (produtivo) e o privado (reprodutivo), bem como desconsidera que os papéis sociais diferenciados entre homens e mulheres determinam diferentes experiências na cidade (SILVA; FARIA, PIMENTA, 2017, p. 13).

Desse modo, dando continuidade à observação da distinção de papéis e dos reflexos da mentalidade sexista na cidade, compete o destaque à pesquisa Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS) sobre segurança pública (IPEA, 2012 *apud* SIQUEIRA, 2015, p. 24), que revela uma diferenciação e hierarquização dos medos das mulheres em relação aos homens: "o medo delas está relacionado à sua integridade física, o assalto à mão armada e o assassinato. Os homens sentem mais medo dos crimes relacionados ao patrimônio, o arrombamento de residência" (SIQUEIRA, 2015, p. 24). Tal afirmação demonstra que os maiores medos da mulher envolvem, majoritariamente, os seus corpos, enquanto os dos homens envolvem os seus bens. Este é o principal motivador e estruturador desta pesquisa, que atuou na coleta de narrativas anônimas e não anônimas, objetivando corporificar tais constatações aplicadas à realidade do bairro da Jatiúca.

Estabelecido à sua época em um sítio distante do núcleo originário da cidade, o bairro, situado em Maceió/Alagoas, é marcado pela heterogeneidade de um antigo espaço de ocupação de baixa renda, cuja expansão do tecido urbano promoveu transformações que incrementaram o valor da terra e resultaram no que hoje consiste em um dos bairros mais movimentados e almejados da cidade. Vale destacar que apesar de possuir um caráter predominantemente residencial, esse detém uma quantidade significativa de comércios e serviços, configurando-se atualmente como a principal zona de lazer noturna da parte baixa da cidade. Além disso, a sua característica litorânea e turística somada ao abastecimento de importantes equipamentos, escolas e shoppings nas proximidades promovem a convergência de fluxos provenientes de diversas áreas de Maceió, atraindo múltiplos usuários e usuárias ao longo de todo o dia.

Se presumirmos a Jatiúca como um dos locais de maior prestígio e movimento de Ma-

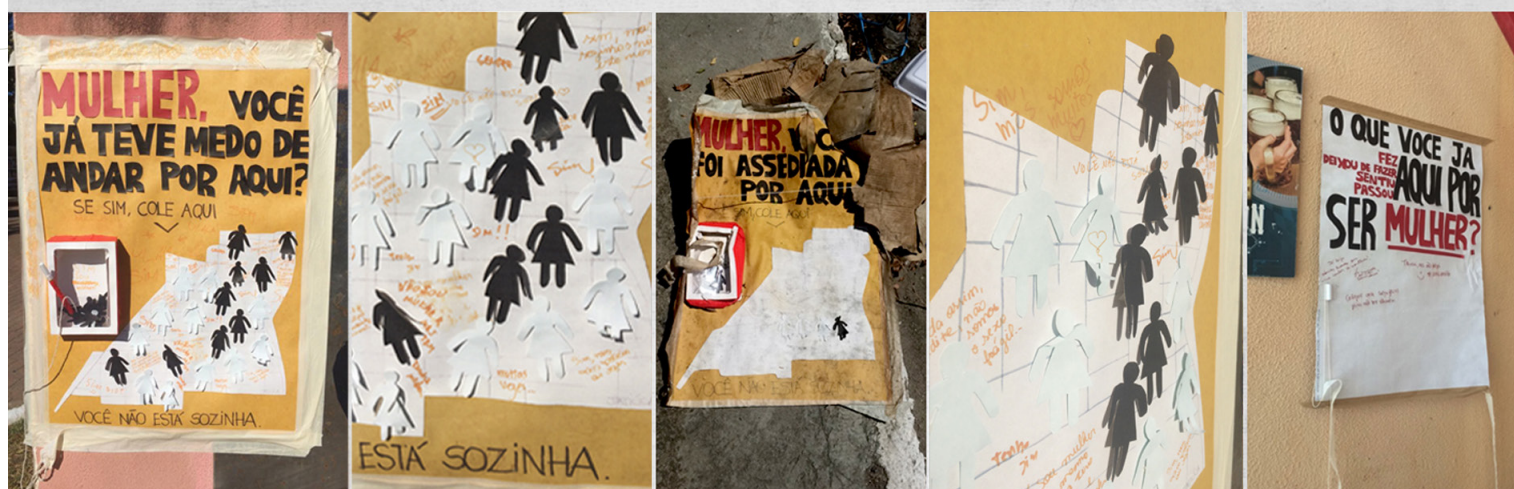
ceió, avaliar a experiência urbana feminina em seus espaços públicos significa tanto identificar e ponderar a particularidade dos privilégios da vivência dessas usuárias nesse contexto, quanto reconhecer a provável discrepância com relação a outras realidades menos favorecidas da cidade. Dessa forma, a possível obtenção de respostas alarmantes pressupõe o quão crítica é a realidade da mulher em Maceió, bem como é capaz de indicar, sobretudo, a gravidade do que pode ser o seu cotidiano em conjunturas mais desvalidas.

(IM)PERMANÊNCIAS DA MULHER NA CIDADE

Inevitavelmente, é a perspectiva do medo e da insegurança que molda a análise urbana sob o viés do gênero. Primeiro, porque sua existência consiste em um dos principais instrumentos de vulnerabilização e subordinação das mulheres em relação aos homens; segundo, porque é fundamentado nessa projeção da violência de gênero – em especial, do estupro e do assédio sexual – que é exercido o controle dos corpos. Tal fato interfere no acesso, mobilidade, segurança, lazer e em outros fatores que resultam no afastamento e impermanência da mulher em todos os âmbitos da vida pública. Centrando o olhar nesse aspecto e objetivando apresentar de forma sucinta os resultados obtidos na coleta de dados, retomaremos as quatro questões centrais pontuadas no início deste artigo, que consistem em uma sintetização dos relatos recolhidos.

A princípio, a construção da metodologia do trabalho constituiu-se enquanto obstáculo, consideradas a complexidade, aspectos subjetivos e a vulnerabilidade que envolve a coleta de relatos sobre medo e violência, muitas vezes omitidos pelas vítimas. Tentativas sem sucesso de promover diálogos aproximados e identificados demonstraram *i) a necessidade da aplicação de mecanismos que obtivessem autonarrativas anônimas*, respeitando o distanciamento entre pesquisadora e entrevistadora, e evitando o comprometimento dos dados pela falta de abertura e confiabilidade para tratar de um assunto ainda sensível.

Como solução, foram elaborados questionários e mapeamentos coletivos de preenchimento não identificado, nos quais foram coletados relatos de usuárias territorialmente dispersas e intervenções urbanas que direcionaram uma pesquisa-ação territorialmen-



te concentrada em pontos previamente destacados como críticos no bairro.

As respostas demonstraram, inicialmente, a existência de discursos dotados de contradição: quando questionadas sobre possíveis situações de violências de gênero presenciadas ou vivenciadas no bairro, uma parcela significativa replicou negativamente, mas contradisse na sequência, ao relatar, quase que inconscientemente, situações de assédio e agressão a si ou a outras mulheres. Tal postura nos leva a questionar sobre a capacidade de enxergarmos nossas próprias opressões, em especial nas situações mais constantes e naturalizadas, desconsideradas como violências de gênero.

A verificação de discursos contraditórios também demonstraram a heterogeneidade das vivências femininas, comprovando *ii) a disparidade das experiências entre as próprias mulheres*. As implicações das diversas formas de opressões evidenciam-se na medida em que, dentro de determinadas falas, o reconhecimento da vivência enquanto mulher se apresentava de forma indissociável da vivência enquanto negra, pobre, transexual, lésbica, gorda. Isso atesta um contraste nas suas maneiras de enxergar e viver o espaço: ao passo que para umas o policiamento é um forte gerador do sentimento de segurança, para outras é sinônimo de medo e repressão; enquanto a existência de edifícios com guaritas é sinônimo de segurança para certas mulhe-

res, para outras é sinônimo de privatização e elitização do espaço. Outra vez, as distinções oriundas de raça e classe mostram-se igualmente definidoras das experiências femininas, embora, constantemente, as análises de gênero tendam a ignorá-las.

Por outro lado, conforme presumia o estudo, *iii) a identificação de medos, espaços, formas de deslocamento e ocupação distintamente segregados e/ou hierarquizados para homens e mulheres* demonstra que as diferenciações acentuam-se e diferenciam-se de maneira mais expressiva quando comparadas entre os gêneros, especialmente se considerarmos que os espaços de dominação e utilização masculina¹⁰ predominam na cidade. Enquanto os homens realizam, majoritariamente, atividades de ocupação voltadas ao lazer pessoal, como a prática de esportes de skate, futebol e academia – desenvolvidas em espaços especificamente pensados para tais encargos – as mulheres destinam-se às atividades que envolvem o cuidado com outros indivíduos (filhos, cachorros e idosos, por exemplo), transferindo as responsabilidades domésticas também aos espaços públicos.

Salvo raras exceções, mulheres dificilmente são vistas sozinhas exercendo funções distintas do deslocamento. Sua presença nos espaços públicos é marcada pelo passo apressado, conduzido com cuidado por caminhos seletivos – ainda que estabeleçam percursos mais longos –, buscando aproximação com outras

Figura 1: Intervenções urbanas como metodologia de escuta anônima.

Fonte: Elaboração Autoral (2018).

¹⁰ Isso não significa afirmar que tais espaços e atividades sejam exclusivos para homens, reforçando os estereótipos de gênero, mas busca-se enfatizar a presença numerosa de homens como fator de afastamento das mulheres, que por vezes são sexualizadas, constrangidas, assediadas ou coibidas de utilizá-los.

mulheres e evitando ruas escuras, pouco movimentadas ou ocupadas exclusivamente por homens. É justamente pela indispensabilidade da *iv) adoção de comportamentos específicos e estratégias de sobrevivência como mecanismos de defesa à utilização dos espaços públicos* que permanecer tornou-se, portanto, um movimento reservado à casos de necessidade.

Ao aprofundar ainda mais nos dados da pesquisa, observa-se que a grande maioria das mulheres se sentem inseguras no bairro em virtude do medo da violação, principal receio dessas. Talvez por isso, o comportamento mais frequentemente adotado seja o controle

da vestimenta¹¹, seguido de uma série de estratégias de conduta para proteção pessoal.

Apesar da subjetividade das falas, foi possível traçar equivalências na determinação das características do bairro. A grosso modo, os relatos pontuam a ausência de pessoas como o principal termômetro de insegurança, seguidas de características físicas como: a iluminação e a tipologia das edificações. Se sobressaem, também, a ausência de policiamento, a existência de ruas predominantemente residenciais com grandes estruturas muradas, becos, pouca infraestrutura de transporte público e a ausência de comércio.

Dentre as sugestões de adequação desses espaços, foram sugeridas: a) a promoção da diversidade, incentivando o desenvolvimento de atividades destinadas à ocupação feminina de maneira coletiva; b) a garantia de um policiamento preparado especificamente para lidar com a violência de gênero; c) melhorias na mobilidade urbana, encurtando percursos por meio do incentivo à diversidade e da adequação dos pontos de ônibus; d) a adoção de fachadas ativas e relações público-privado; e e) a melhoria da iluminação noturna, bem

Figura 2: Sentimentos, medos e estratégias de sobrevivência das usuárias da Jatiúca.
Fonte: Elaboração Autoral (2018).



Figura 3: Características e propostas presentes nos relatos.
Fonte: Elaboração Autoral (2018).

¹¹ Em uma pesquisa realizada pelo IPEA no ano de 2014, quase três quintos dos entrevistados (58%) concordaram, total ou parcialmente, que "se as mulheres soubessem se comportar haveria menos estupros". Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/SIPS/140327_sips_violen_cia_mulheres_novo.pdf. Acesso em: 01 abr. 2017.

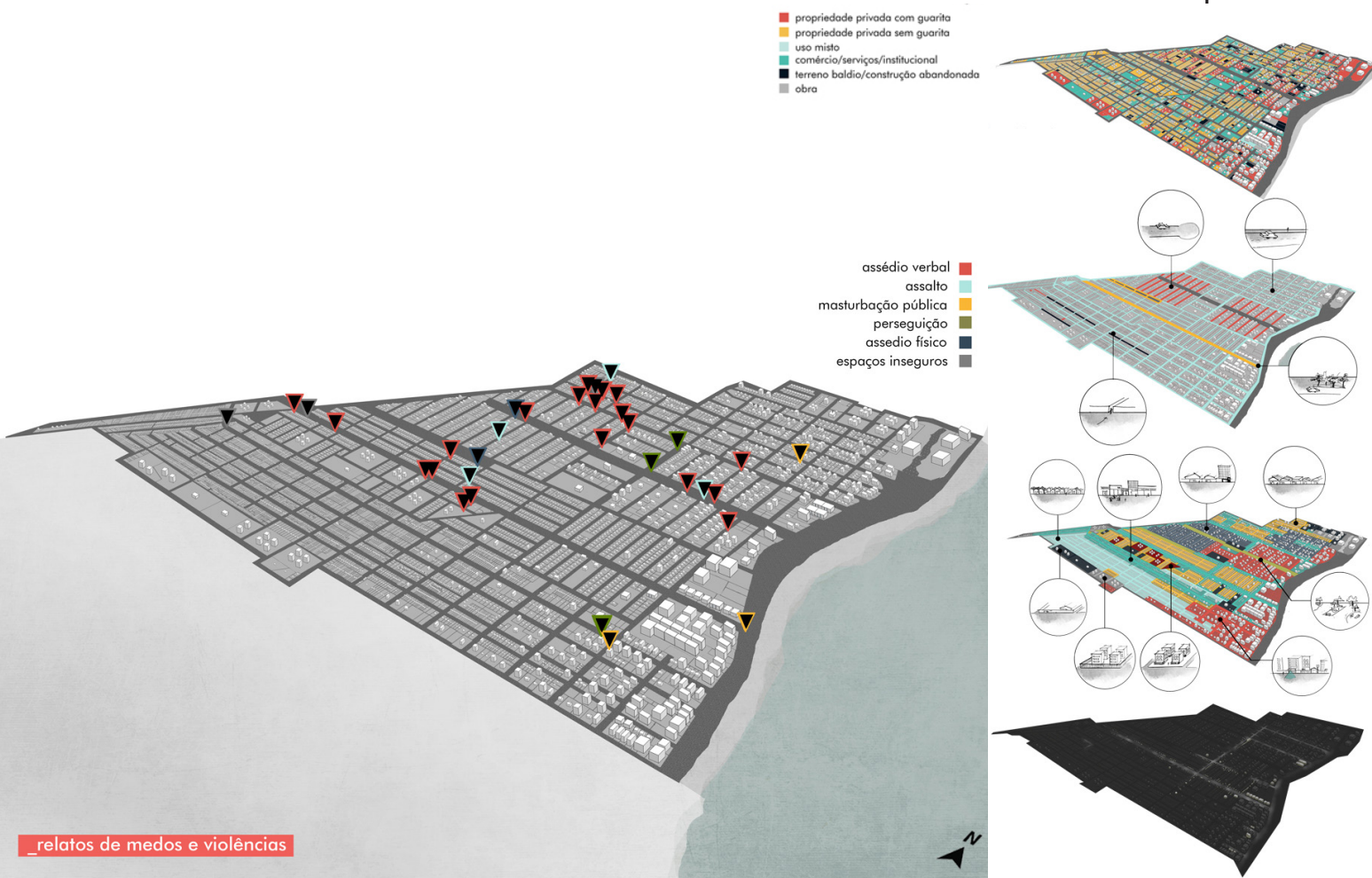
como o incentivo de atividades neste período, impulsionando o movimento nas ruas.

Por fim, relativamente às diversas violências narradas e mapeadas, alguns pontos de maior recorrência ou absurdez evidenciam-se na análise: a) o número extenso de relatos de abordagem com crianças entre 8 e 12 anos, mesmo de dentro de seus prédios; b) casos de perseguição onde a vítima, para fugir do agressor, conseguiu abrigar-se em um ponto comercial próximo; e c) os assíduos casos de masturbação pública, com maior expressão nas proximidades de praias e colégios. No primeiro ponto, fica clara a ampliação do espaço privado enquanto espaço público que, através da possibilidade de interação do sujeito, torna a sujeita uma possível vítima – especialmente crianças em estado de vulnerabilidade longe da supervisão de adultos. Enquanto o segundo ponto reforça a importância de locais e estabelecimentos que funcionem como pontos de fuga de iminentes situações de risco, o último discorre sobre a correlação entre

instituições de ensino e praias com os casos de masturbação pública, associando espaços de concentração de crianças, adolescentes e mulheres com trajes de banho para alertar não somente sobre a concentração dos casos descritos, mas especialmente de possíveis homens pedófilos.

Foram observadas, também, significativas “coincidências” territoriais: a) todos os casos de perseguição relatados ocorreram em grandes avenidas, nas proximidades de colégios ou de pontos de ônibus; b) os assaltos concentravam-se nas ruas adjacentes, menos movimentadas e predominantemente residenciais; e c) as ruas de maior movimentação coincidiam também com as ruas de maior número de assédios verbais, em sua maioria provenientes de veículos particulares em movimento. Considerando que o assédio ocorre de maneira mais exposta do que o assalto, pode-se supor que a violação do corpo da mulher é, portanto, mais aceitável do que a própria violação à propriedade privada.

Figura 4: Mapeamento de medos e violências de gênero.
Fonte: Elaboração Autoral (2018).



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreender como, simultaneamente, usufruímos das conquistas de lutas de outras mulheres e que somos reféns de um sistema econômico e patriarcal é o primeiro passo para que possamos refletir o nosso papel como agentes fundamentais na garantia da autonomia das mulheres, em especial numa conjuntura de ameaças aos direitos democráticos e ao Estado laico.

Em primeiro lugar, é preciso enxergar a autonomia urbana como dependente indissociável do acesso da mulher ao poder. Deve-se, portanto, ir além da luta pelo direito à cidade, mas exigir o direito das mulheres ao poder e à política, em todas as instâncias. É urgente, como visto antes, reforçar a pauta da segurança enquanto prioritária dentro da vivência urbana, mas não pode e não deve ser a única. Repensar o espaço através de uma perspectiva de gênero ressalta características sociais normalizadas expressas territorialmente numa lógica masculina, que renega o direito da mulher ao lazer, à ocupação, à permanência e à livre circulação nos espaços públicos. Precisamos de mais espaços destinados às mulheres, utilizados por mulheres e pensados também por mulheres. Para isso, dentro da profissão, cabe ainda promover mecanismos voltados exclusivamente à recolha e escuta de suas demandas, evitando políticas e projetos que reforçam ainda mais os estereótipos do que é ser mulher – mãe, dona de casa, que cuida dos filhos e do marido – enfatizando a responsabilidade feminina perante as atividades domésticas e reprodutivas.

Por fim, cabe induzi-los à reflexão: o quanto do que foi visto é espaço, o quanto é imaginário e o quanto é tradição?

REFERÊNCIAS

ALAMBERT, Z. **Mulher**: Uma trajetória épica. Brasília: Imesp, 1997.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa**: Mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

GONZAGA, T. O. **A cidade e a arquitetura também mulher**: Planejamento urbano, projetos

arquitetônicos e gênero. São Paulo: Annablume, 2011.

HARKOT, M. **A mulher, a cidade de o debate sobre o urbano**. Disponível em: <https://observasp.wordpress.com/2015/09/02/a-mulher-a-cidade-e-o-debate-sobre-o-urbano>. Acesso em: maio 2019.

PECCINI, I. R. **Cidade, substantivo feminino: as desigualdades de gênero e o espaço público (não) vivenciado pela mulher**. 2016. Trabalho Final de Graduação (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SILVA, N. A.; FARIA, D.; PIMENTA, M. **Feminismo e o espaço urbano**: apontamentos para o debate. São Paulo: XVII ENANPUR, 2017.

SIQUEIRA, L. A. **Por onde andam as mulheres? Percursos e medos que limitam a experiência de mulheres no centro do Recife**. 2015. Dissertação de Mestrado (Pós Graduação em Desenvolvimento Urbano) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

VIANNA, F. L. **Mulheres na cidade**: A invisibilidade e a exploração da condição da mulher no espaço urbano. São Paulo: Dissertação, Universidade de São Paulo, 2014.

Submetido em: 16/05/2019.

Aprovado em: 04/06/2019.

MACEIÓ E O DIREITO À CIDADE: REFLEXÕES SOBRE RACISMO, PATRIARCADO E PLANEJAMENTO URBANO¹

MAYARA ALMEIDA DE PAULA

Graduada em Arquitetura e Urbanismo na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Alagoas (FAU-UFAL).

E-mail: ma-almeida@live.com

A cidade de Maceió é composta, em maioria, por mulheres e pela população negra. No entanto, quando observamos a lógica do planejamento, é possível perceber que são reproduzidas, muitas vezes, estratégias que promovem a manutenção de relações racistas e patriarcais. Nesse sentido, as mulheres e a população negra têm suas demandas, geralmente, negligenciadas, o que incide de maneira ainda mais drástica sobre as mulheres negras que vivenciam as disparidades advindas de raça e gênero, questões que influenciam diretamente na forma como esses grupos sociais vivenciam as cidades. Partindo da espacialização de dados e análises de mapas, o artigo visa trazer reflexões sobre o direito à cidade, entendendo sua ocupação no que se refere, principalmente, à raça e classe, partindo dessas perspectivas que sugerem que o planejamento é, comumente, negligente ao não considerar as violências vivenciadas por mulheres e pela população negra no habitar da cidade e suas demandas.

Palavras-chave: Raça. Gênero. Planejamento urbano.

INTRODUÇÃO

Sabemos que a população brasileira é composta, majoritariamente, por pessoas negras. São 54% (IBGE, 2010). Em Maceió, essa porcentagem chega a quase 62%, entre pardas/os e pretas/os. Mulheres representam 53% da população total da cidade e, em todos os nichos, mulheres negras são maioria, como demonstra o Gráfico 1.

No entanto, quando observamos os dados sobre quem está representada/o nos cargos de grande chefia em empresas e cargos políticos, vemos que essas proporções não se mantêm:

18% dos cargos de destaque no país, por exemplo, são ocupados por pessoas negras (FOLHA, 2015). E, dentre eles, seguramente, mulheres são minoria.

Ainda, ao falarmos sobre as violências sofridas por mulheres e pela população negra, notamos que, advindas de uma estrutura patriarcal e racista – questões posteriormente aprofundadas – as disparidades são muitas. Em 2016, no Brasil, foram relatados 45.600 casos de estupro, número que, provavelmente é muito maior, dada a subnotificação dos casos advinda de uma cultura que comumente culpabiliza a vítima (ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2016). Além disso, o sistema racista impõe diversas violências à população negra que são as maiores vítimas de homicídio, concentram as menores rendas e habitam bairros com menos serviços de infraestrutura, por exemplo.

Uma das principais facetas da desigualdade racial no Brasil é a forte concentração de homicídios na população negra. Quando calculadas dentro de grupos populacionais de negros (pretos e pardos) e não negros (brancos, amarelos e indígenas), as taxas de homicídio revelam a magnitude da desigualdade. É como se, em relação à violência letal, negros e não negros vivessem em países completamente distintos. Em 2016, por exemplo, a taxa de homicídios de negros foi duas vezes e meia superior à de não negros (16,0% contra 40,2%). Em um período de uma década, entre 2006 e 2016, a taxa de homicídios de negros cresceu 23,1%. No mesmo período, a taxa entre os não negros teve uma redução de 6,8% (Atlas da Violência, 2018, p.40).

Dentro da questão da desigualdade racial, é pertinente destacar as mulheres negras, sobre as quais recaem as violências advindas, tanto das desigualdades de gênero, quanto étnico-raciais. Nesse sentido, mulheres negras tornam-se ainda mais suscetíveis.

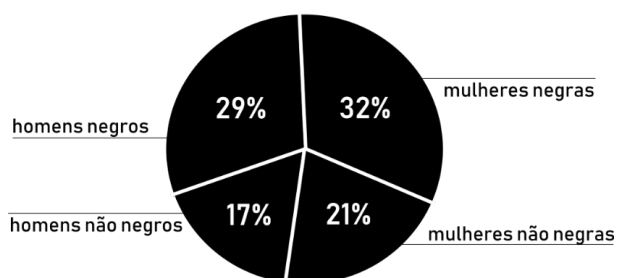
A desigualdade racial pode ser vista também quando verificamos a propor-

¹ Artigo baseado no Trabalho Final de Graduação do curso de Arquitetura e Urbanismo, intitulado “Análise interseccional da vida urbana: reflexões acerca da condição das mulheres negras na cidade de Maceió-AL”, apresentado à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Alagoas em julho de 2019 e orientado pela prof. Dra. Flávia de Sousa Araújo.

ção de mulheres negras entre vítimas da violência letal: 66% de todas as mulheres assassinadas no país em 2017. O crescimento muito superior da violência letal entre mulheres negras em comparação com as não negras evidencia a enorme dificuldade que o Estado brasileiro tem de garantir a universalização de suas políticas públicas (ATLAS DA VIOLÊNCIA, p.36, 2019).

Gráfico 1: População maceioense.

Fonte: Produzido pela autora a partir de dados do IBGE (2010).



Partindo destas informações, é possível perceber que mulheres, entre negras e não-negras, representam percentuais significativos nos quantitativos de habitantes da cidade. No entanto, suas demandas muitas vezes não estão consideradas, uma vez que a cidade reforça e permite que tais violências ocorram. E quando falamos sobre a população negra, não é diferente. Se uma cidade ideal necessita partir de soluções que sejam acessíveis e democráticas, é possível afirmar que, ao não atender essas mesmas demandas, o direito à cidade é, também, restrito e que, nesse sentido, o planejamento urbano atual tem tido diversas falhas, favorecendo uma minoria, como veremos ao longo deste artigo.

Sendo assim, vemos a importância de compreender as especificidades de grupos sociais, entendendo que políticas universais podem desconsiderar tais particularidades e, muitas vezes, reproduzir os mesmos preceitos que excluem e invisibilizam determinados públicos.

Quando, muitas vezes, é apresentada a importância de se pensar políticas públicas para mulheres, comumente ouvimos que as políticas devem ser para todos. Mas quem são esses "todos" ou quantos cabem nesses "todos"? Se mulheres, sobretudo negras, estão num lugar de maior vulnerabilidade social justamente porque essa sociedade produz essas desigualdades, se não se olhar

atentamente para elas, se impossibilita o avanço de modo mais profundo. Melhorar o índice de desenvolvimento humano de grupos vulneráveis deveria ser entendido como melhorar o índice de desenvolvimento humanos de uma cidade, de um país. E, para tal, é preciso focar nessa realidade, ou como as feministas negras afirmam há muito: nomear. Se não se nomeia uma realidade, sequer serão pensadas melhorias para uma realidade que segue invisível (RIBEIRO, 2017, p.41).

Partindo dessa problemática, o presente artigo visa trazer reflexões acerca da ocupação da cidade e das atuais práticas no que diz respeito ao planejamento urbano, a partir de uma perspectiva sobre as questões de raça e gênero inseridas no direito à cidade, buscando contribuir para a visibilidade sobre a discussão proposta e tendo como recorte de análise a cidade de Maceió, Alagoas.

A análise parte de uma revisão bibliográfica a respeito das questões de gênero, raça e cidade, constituindo o referencial teórico. Em seguida, são realizados cruzamentos de dados do Censo do IBGE (2010), que são especializados, permitindo a produção de mapas que auxiliam na interpretação das informações obtidas, as quais permitem o desenvolvimento da discussão e contribuição para o atual conhecimento sobre a temática.

SOBRE CONCEITOS, POPULAÇÃO E CIDADE

Racismo, Patriarcado e Iniquidades

Sabendo que raça e gênero são dois importantes elementos identitários na sociedade que vivemos, ou seja, marcadores de grupos sociais e que, através destes mesmos marcadores, diversas opressões estruturam grande parte da dinâmica de vida desses mesmos grupos, nos é necessário compreendê-los de forma a entender, também, as responsabilidades que o planejamento urbano tem na manutenção dessas desigualdades impostas. Sendo assim, iremos, inicialmente, pensar sobre essas estruturas de opressão e como essas influenciam nas cidades.

Pensar racismo e patriarcado, enquanto estruturas sociais, é entender que as disparidades advindas desses sistemas de domina-

ção, exclusão e inferiorização, influenciam diretamente na forma como as pessoas vivenciam as cidades e nas oportunidades que essas possuem. No primeiro, há a relação de dominação histórica sobre o povo negro que, segundo a Lei nº 7.716 (BRASIL, 1989), pode demonstrar-se também através “da indução, incitação da discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional”, o que, na prática, acarreta diversas desigualdades, sejam os empregos com menores salários, as habitações em áreas menos infraestruturadas, o racismo institucional que modifica a forma como a população negra é recebida pelo sistema de saúde ou adentra e permanece [ou não] na universidade, por exemplo, ou seja no genocídio, muitas vezes legitimado e institucionalizado, contra este grupo social no contexto brasileiro.

Ou seja, o racismo é uma ideologia que atravessa o tempo e acompanha o desenvolvimento e transformações históricas da sociedade brasileira. Se, no processo de construção da ideia de descobrimento, o racismo se colocou explicitamente pela instituição da escravidão, ele seguiu pela hierarquização e teorias raciais no transcorrer dos séculos XIX e XX, e foi se refazendo e se representando em outras configurações neste percurso histórico, permanecendo sempre ali, latente nas relações sociais e pela estrutura e instituições do Estado. A “fundação” de nosso país acontece tendo a escravidão baseada na hierarquização racial como pilar. O racismo é uma das ideologias fundadoras da sociedade brasileira. Algo tão fundamental no processo de formação, não some em um estalar de olhos pela simples destituição da monarquia e por pretensões modernizantes (BORGES, 2018, p.53).

Quando falamos em patriarcado, precisamos compreender que há uma relação, também estrutural, mas dessa vez voltada às questões de gênero, que impõe papéis diferentes aos homens e mulheres. E, nessa imposição, que pressupõe a dominação, na qual as mulheres são subjugadas, diversas violências ocorrem. Isso acontece desde o acúmulo de diversas

tarefas, tanto produtivas² quanto reprodutivas, até os medos e inseguranças em relação aos seus corpos, seja pelos casos de estupro ou pelos casos de feminicídio, por exemplo, que influenciam diretamente na forma como as mulheres se deslocam pela cidade. E essa condição, mais uma vez, pode ser reforçada pela maneira como planejamos o espaço urbano.

O conceito binário mulher/homem ocupa todos os cantos da cidade e reproduz as relações de poder impostas por essa dualidade. Se, na composição de gêneros tal qual a conhecemos, os privilégios são concentrados nas mãos masculinas por livre atuação do sistema vigente, quando falamos no planejamento das cidades essas relações também estão presentes, ainda que negligenciadas (BERTH, 2016, p. 73).

É válido, então, questionar pra quem e por quem têm sido produzidas nossas cidades. O planejamento urbano, tal qual ele se faz atualmente, tem sido democrático e tem atendido satisfatoriamente às demandas dos mais variados grupos sociais? Se, mulheres como um todo e, principalmente, mulheres negras, são maioria na sociedade, por que tantas violências incidem sobre elas e por que a lógica atual das cidades têm reforçado essas opressões? Enquanto estruturas, racismo e patriarcado estão presentes nas ações cotidianas, na política, na forma de planejar as cidades e, conseqüentemente, no pensamento social brasileiro. Portanto, é de extrema relevância que pensemos estratégias urgentes de modificação desse contexto, partindo de narrativas de grupos específicos que, rotineiramente, são negligenciados.

No Brasil, podemos afirmar, que é uma marca registrada nos processos de produção das cidades, a perpetuação das relações capitalistas, patriarcais e racistas, e essa característica se expressa de forma significativa na vida dos/as diversos/as sujeitos/as que a ocupam. Desde a dicotomia imposta, que separa o “lar” e a “rua”, reservando às mulheres o espaço de confinamento privado e de

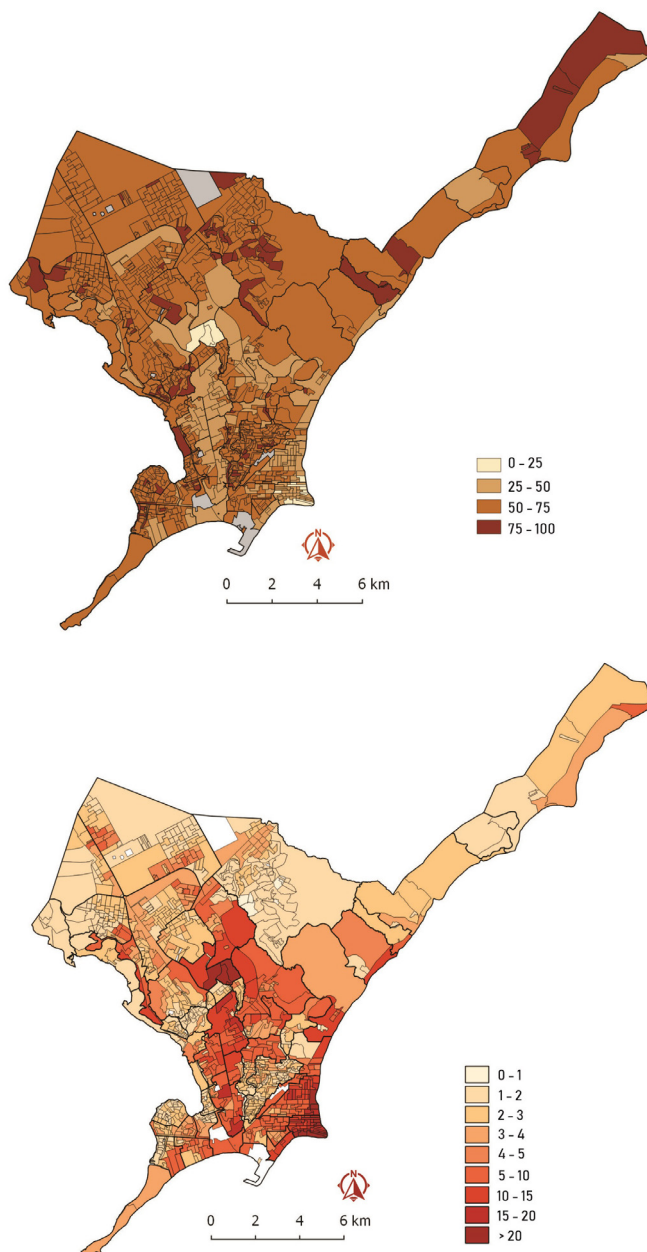
² Tarefas produtivas são aquelas relacionadas aos cuidados da família e do lar como um todo; Tarefas reprodutivas estão relacionadas à geração de renda.

violência pública, até o extermínio da juventude negra e periférica como forma de controle social dos centros urbanos (GARCIA, 2017).

Maceió de Cores e Disparidades

Como dito no início deste artigo, a população maceioense é composta, majoritariamente, por pessoas negras, entre pardas e pretas, correspondendo a quase 62% da população quando utilizamos o critério de raça, sem distinção de gênero (IBGE, 2010). A população não-negra corresponde, portanto, a uma minoria. A partir desses dados, observaremos a distribuição das populações negra e não-negra na cidade, comparando com a distribuição de renda por domicílio (Figura 1).

Figura 1: Comparação entre a distribuição de população negra (%) e renda familiar (salários mínimos).
Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados do IBGE (2010).



Observemos, nesta primeira comparação que os locais mais claros no primeiro mapa, onde há menor concentração de pessoas negras, são, justamente, os setores censitários de tonalidades mais intensas no mapa de distribuição de renda familiar, nos permitindo constatar que, ao passo que os bairros tornam-se mais negros, menor é o poder aquisitivo das famílias (Figura 2).

No entanto, nesta segunda comparação verificamos que a população não-negra ocupa os mesmos bairros onde há as maiores concentrações de renda, o que confirma uma racialização da malha urbana que se dá também, impreterivelmente, pela renda.

Os mapas sugerem, portanto, a existência incontestável de uma segregação socioespacial, uma vez que observa-se que, para além das questões de raça e renda, – as quais são indissociáveis – os bairros ocupados majoritariamente pela população negra são os mesmos bairros onde há menor investimento em infraestrutura, por exemplo, e menor acesso aos espaços tidos como elitizados, o que não acontece quando falamos sobre a população não-negra que, na maioria das vezes, habita esses mesmos espaços considerados elitizados. Um exemplo evidente disso é o bairro da Ponta Verde, localizado na orla litorânea maceioense, onde é possível destacar uma das maiores concentrações de renda presentes no mapa.

Entendendo, portanto, que existe essa segregação espacial na cidade e que, na maior parte dos casos, é notada por um viés econômico e, conseqüentemente, étnico-racial, percebe-se que a racialização na ocupação urbana enuncia as desigualdades presentes, também, no ato de pensar as cidades. Ao permitir e reforçar a manutenção dessa segregação, o planejamento urbano torna-se, afinal, uma ferramenta racista.

Mulheres Negras e o Acesso à Infraestrutura

Ao pensar a cidade de Maceió a partir das perspectivas de raça e gênero, é importante refletirmos sobre o papel das mulheres negras. Nesse contexto, sobre essas, incidem as violências advindas dessas duas estruturas. Cabe então pensar que, se a população negra ocupa os bairros com menores rendas e, em grande parte dos casos, mais periféricos, tornariam as relações de gênero essas dinâmicas ainda mais difíceis?

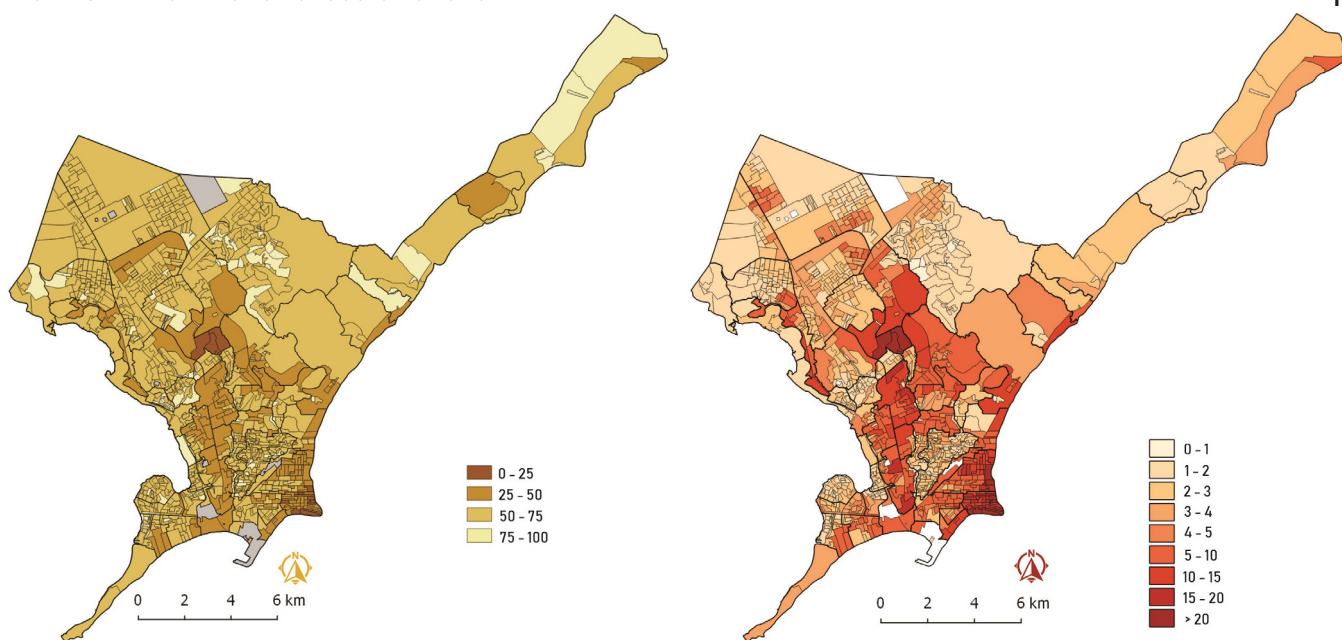
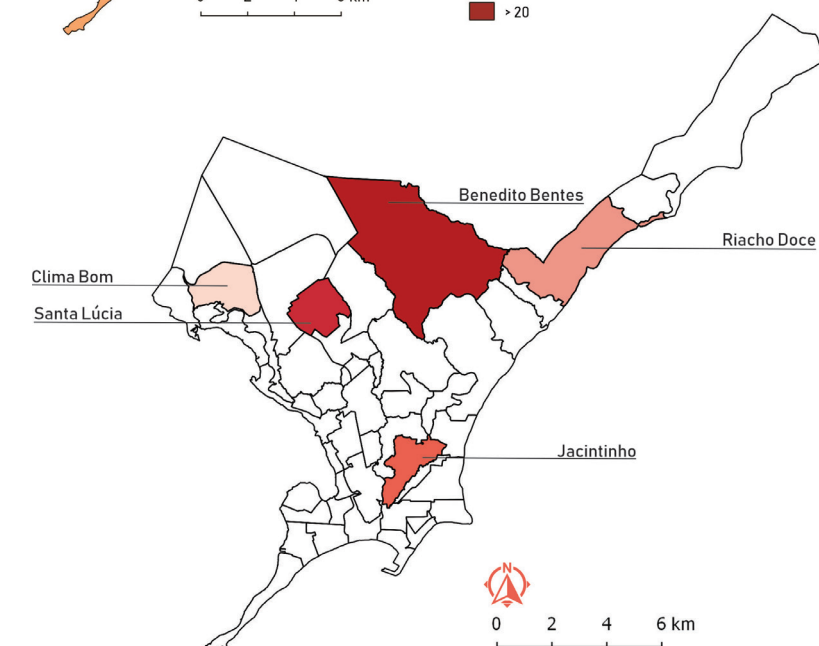


Figura 2: Comparação entre a distribuição de população negra (%) e renda familiar (salários mínimos).
Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados do IBGE (2010).

A segregação urbana ou ambiental é uma das faces mais importantes da desigualdade social e parte promotora da mesma. À dificuldade de acesso aos serviços e infra-estrutura urbana (transporte precário, saneamento deficiente, drenagem inexistente, dificuldade de abastecimento, difícil acesso aos serviços de saúde, educação e creches, maior exposição à ocorrência de enchentes e desmoronamentos etc.) somam-se menos oportunidades de emprego (particularmente do emprego formal), menos oportunidades de profissionalização, maior exposição à violência (marginal ou policial), discriminação racial, discriminação contra mulheres e crianças, difícil acesso à justiça oficial, difícil acesso ao lazer. A lista é interminável (MARICATO, 2003, p.2).

Para além dos preconceitos e violências, muitas questões assolam essas dinâmicas de vida. Dos bairros com maior população negra e maior quantidade de mulheres responsáveis pelo domicílio, destacam-se: Benedito Bentes, Santa Lúcia, Jacintinho, Riacho Doce e Clima Bom (Figura 3).

O cruzamento dessas informações com as condições de infraestrutura nos permite intuir que é sobre as mulheres negras que recaem os piores problemas, pois, no que se refere à distribuição de água, iluminação pública, coleta de lixo, esgotamento sanitário, pavimen-



tação, calçadas, esgoto a céu aberto e lixo na rua, foram pontuados problemas, como pode ser visto no Quadro 1.

Constatamos, portanto, que os bairros habitados em maior parte por pessoas negras e onde há maior quantidade de mulheres responsáveis pelo lar são os mesmos que, na maioria das vezes, concentram as condições mais desfavoráveis à respeito da infraestrutura. Neles, há lacunas em quase ou em todos os quesitos analisados.

Essas informações se fazem extremamente relevantes, pois comprovam que, se esses problemas são intensificados nesses bairros, a cidade não tem sido pensada sob a perspectiva das mulheres negras que estão suscetíveis

Figura 3: Bairros que possuem, simultaneamente, grande população negra e mais mulheres responsáveis por domicílio.
Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados do IBGE (2010).

	Benedito Bentes	Santa Lúcia	Jacintinho	Riacho Doce	Clima Bom
Água	X	X	X	X	X
Iluminação pública	X		X		
Coleta de lixo	X		X		X
Esgotamento sanitário	X	X	X	X	X
Pavimentação	X	X	X	X	X
Calçadas	X	X	X	X	X
Esgoto a céu aberto	X	X	X	X	X
Lixo na rua	X		X	X	X

Quadro 1: Condições de infraestrutura.

Fonte: Elaborado pela autora.

ao racismo, sexismo e às violências mantidas e reproduzidas por espaços que não consideram seus deslocamentos diários, as necessidades de seus bairros e famílias, as violências aos seus corpos e a inacessibilidade no que se refere ao direito pleno à cidade como um todo, o que é visivelmente percebido na segregação aparente nos mapas apresentados.

Os bairros de Maceió destacados anteriormente representam uma parte daqueles que concentram mais de 50% ou 75% de habitantes negras/os, porém aliados a uma maioria de mulheres que são responsáveis pelos domicílios. Ou seja, nesse sentido, a maior parte da população maceioense está representada nas necessidades desses bairros. E esse fator tem grande relevância se pensarmos que esses mesmos lugares, não concentram soluções acessíveis e suficientes, necessárias para suprir as demandas quanto à saúde, lazer, geração de emprego e renda, mobilidade, infraestrutura e educação, eixos essenciais para se pensar o direito adequado à cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É de extrema importância refletir sobre a lógica na qual o planejamento urbano atual se baseia. Se os dados apresentados neste artigo confirmam uma racialização da malha urbana e, nessa mesma racialização, a população negra vê-se desassistida, como visto nos quesitos de infraestrutura, tem-se, nitidamente, uma lógica que, ao reproduzir os estigmas estruturantes da sociedade, se faz racista. E, nesse mesmo pensamento, entendendo que as demandas de mulheres também não estão contempladas, mesmo que estas sejam maioria, é válido afirmar que há também uma componente sexista que estrutura o pensamento de produção das cidades atualmente.

Sendo assim, partir da narrativa de mulheres negras é essencial para que, mais uma vez, esse grupo social não seja negligenciado ao pensarmos perspectivas antirracistas e antissexistas separadamente. Para além disso, é válido afirmar que, quando consideramos as particularidades e demandas das mulheres negras, o que se tem, na prática, é o atendimento efetivo de toda a população sem que, dessa vez, uma parte significativa das/os habitantes da cidade passe por um processo de invisibilização. É mais do que urgente, afinal, que a atual lógica de produção das cidades seja subvertida e revolucionada.

REFERÊNCIAS

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA 2016. **Fórum Brasileiro de Segurança Pública**, São Paulo, Ano 10, 138 p. Disponível em: http://www.forumseguranca.org.br/storage/10_anuario_site_18-11-2016-retificado.pdf. Acesso em: abr. 2018.

Atlas da violência 2019. Organizadores: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Atlas da violência 2018. Organizadores: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

BRASIL (1989). **Lei n. 7.716, de 05 jan. 1989**. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17716.htm. Acesso em: jun. 2019.

BERTH, Joice. O caminho da equidade no planejamento do espaço urbano. **Arquitetas invisíveis: pioneiras**. Brasília. p. 73-74. 2016. Anual. ISSN 2525-3832.

BORGES, J. **O que é encarceramento em massa?** Belo Horizonte: Letramento, 2018. 53 p.

FOLHA, R. Desigualdade no Brasil. **Folha de São Paulo**, jun. 2015. Disponível em: <http://temas.folha.uol.com.br/desigualdade-no-brasil/negros/com-metade-da-populacao-negros-sao-so-18-em-cargos-de-destaque-no-brasil.shtml>. Acesso em: jul. 2019.

GARCIA, J. **A cor dessa cidade sou eu? A mulher negra na cidade**, Salvador, 25 jul. 2017. Disponível em: <http://sengeba.org.br/artigo-a-cor-dessa-cidade-sou-eu-a-mulher-negra-na-cidade/>. Acesso em: ago. 2018.

IBGE. Censo demográfico, 2000-2010. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/3175>. Acesso em: jan. 2019.

MARICATO, E. MetrÓpole, legislação e desigualdade. **Estudos avançados**, São Paulo, p. 2, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v17n48/v17n48a13.pdf>. Acesso em: jan. 2019.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017. p. 41.

Submetido em: 24/07/2019.

Aprovado em: 26/06/2019.





“AS CIDADES TÊM CAPACIDADE DE OFERECER ALGO A TODOS,
MAS SÓ PORQUE E QUANDO SÃO CRIADAS POR TODOS”.

JANE JACOBS



Formato: 210mm x 297mm
Tipologia: texto - Roboto Slab, títulos Ubuntu Condensed
Papel Miolo: Off-set 75g/m²
Papel Capa: Reciclato 180g/m²
Tiragem: 70 exemplares
Impresso em 2019



Esta obra foi impressa na oficina da Editora Q Gráfica
Campus Universitário, BR 101, km 97,6
Tabuleiro dos Martins - Fone: (82) 9 9351.2234
CEP: 57.072-970 - Maceió - Alagoas - Brasil
E-mail: qgrafica@yahoo.com.br - www.qgrafica.com.br

REALIZAÇÃO:

